

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO DIANTE DA CHEGADA E
PERMANÊNCIA DE REFUGIADOS NO
TERRITÓRIO FLUMINENSE**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

JULIANA BASTOS DE SALES

Rio de Janeiro - 2019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MAP

JULIANA BASTOS DE SALES

**ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIANTE DA CHEGADA E PERMANÊNCIA DE REFUGIADOS
NO TERRITÓRIO FLUMINENSE**

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas (EBAPE), Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Área de concentração: Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório

Rio de Janeiro

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Sales, Juliana Bastos de

Atuação do governo do Estado do Rio de Janeiro diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense / Juliana Bastos de Sales. – 2019.

154 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Fernando Guilherme Tenório.

Inclui bibliografia.

1. Refugiados – Rio de Janeiro (Estado). 2. Migração forçada. 3. Políticas públicas – Rio de Janeiro (Estado). 4. Migração – Aspectos sociais. 5. Rio de Janeiro (Estado) – Migração. I. Tenório, Fernando Guilherme, 1948-. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 304.82

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

JULIANA BASTOS DE SALES

"ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA CHEGADA E PERMANÊNCIA DE REFUGIADOS NO TERRITÓRIO FLUMINENSE".

Trabalho de conclusão apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública do(a) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas para obtenção do grau de Mestre(a) em Administração Pública.

Data da defesa: 21/11/2019

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Profº Fernando Guilherme Tenório



Fernando Guilherme Tenório
Orientador



Fátima Bayma de Oliveira
Membro



Carlos Frederico Bom Kraemer
Membro

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Criador que possibilitou minha chegada até este patamar do conhecimento e me proporcionou todas as oportunidades na vida e enviou pessoas que puderam me guiar para o caminho correto. Gratidão ao Universo.

A meus Pais Júlio e Anunciada, que sempre me orientaram pelo exemplo de ser humano e de cidadã, me dando suporte material e emocional para que eu galgasse mais esta vitória em meu currículo profissional, além de terem entendido minha ausência em diversos momentos. Gratidão por terem revisado inúmeras vezes meu trabalho e compartilhado críticas para uma construção sólida da teoria na prática.

A meu Professor Orientador Fernando Tenório, que direcionou minha pesquisa e minhas buscas pelos dados fidedignos. Ao Professor Paulo Motta, que sempre muito atencioso conduzia as explanações sobre o melhor que a Administração Pública tinha a oferecer à sociedade. Ao Professor Flávio Alcoforado, que veio a ser meu colega de trabalho e muito me impressionou por sua seriedade perante os primeiros obstáculos da nova gestão estadual.

Ao Professor José Mauro, que me ensinou, na prática, que é possível ser um profissional extremamente conceituado e, ao mesmo tempo, um mestre das artes, conciliando estudo e lazer em um mesmo momento. À Professora Lúcia Oliveira, que resgatou meus conceitos de gestão empresarial perante minha nova caminhada holística. À Professora Fátima Bayma, que incentivou e lapidou minhas alocações perante as novas oportunidades que buscarei a partir deste fim de ciclo.

A meus Amigos Humberto, meu Canga, que desde o primeiro dia de aula já demonstrou camaradagem e afinidade; Ursula, sempre responsável e meiga ao falar e explicar seu vasto conhecimento; Sandoval que, assim como eu, está num período de resgate da essência interior e muito me incentivou ao caminho do propósito real de vida; a Bruno que abriu meus caminhos às entrevistas que realizei nesta dissertação; João que acreditou em minha capacidade terapêutica; Daniela, mulher decidida que me inspirou à grandiosidade profissional; Rafael, meu querido co-irmão de farda e camarada e a Jorge, que por muitas vezes me guiou nas dúvidas repentinas e me orientou nos trabalhos com sua organização única.

Assim, minha gratidão a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

"O primeiro passo para chegar a algum lugar é decidir que você não ficará onde está". (J.P. Morgan)

RESUMO

Objetivo - Este estudo pretende avaliar de que maneira o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem atuado diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense. A crescente relevância dos temas relacionados com a migração, em âmbito nacional e internacional, impulsionou o desenvolvimento da pesquisa.

Metodologia - A metodologia buscou o alcance dos objetivos específicos, criados a partir de pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, consulta a periódicos mais recentes e literatura voltada ao tema, assim como coleta e análise de dados. Por meio de uma análise bibliográfica e documental, pesquisa de campo, entrevistas e estudo de caso foi possível esmiuçar características ímpares do tema. Foi utilizado o método de abordagem indutivo de forma a alcançar conclusões mais abrangentes do que as premissas nas quais se basearam. Foram conduzidas entrevistas com diversos atores envolvidos local e nacionalmente com o tema. Considerando a importância do objeto em questão, este trabalho destinou-se à organização de escopo doutrinário para solução de problemas diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense.

Resultados - Foi demonstrado que a maioria das Secretarias Estaduais não se baseiam no Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro para as atuações perante a chegada e permanência de estrangeiros que chegam ao território. Além disso, identificamos que a maior parte das atividades são coordenadas por Órgãos fora da estrutura oficial do Governo.

Limitações - A principal limitação da pesquisa foi a impossibilidade de contato com membros das Secretarias Estaduais e a dificuldade de acesso a documentos oficiais que norteiem e garantam uma fluidez do trabalho. Tal limitação foi abreviada por um estudo cauteloso do Plano Estadual de Atenção aos refugiados do Rio de Janeiro com especial cuidado nos Eixos Temáticos (documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural conscientização para a temática) estabelecidos no documento.

Contribuições práticas - Ao identificar focos de intervenção, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e suas Secretarias podem atuar na convergência de diretrizes e objetivos, facilitando a acolhida dos refugiados que adentram o território fluminense. Por fim, como produto final do trabalho, foi elaborado um conjunto de recomendações que consolida os principais ensinamentos colhidos para uma solução do problema em pauta.

Contribuições sociais - A promoção de iniciativas de aproximação entre Governo do Estado do Rio de Janeiro e os estrangeiros amparados, promovendo movimentos de conscientização do caráter humanitário das políticas de atenção aos refugiados, bem como sobre as culturas e realidades experimentadas em seus países originários do refúgio. Adicionalmente, as ações das Secretarias Estaduais ampliariam o conhecimento e a informação da população em geral sobre a temática.

Originalidade - Tal estudo tenta explorar, em caráter inédito, cada uma das ações das pastas governamentais fluminenses perante a entrada e permanência de refugiados no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave - Refugiados, Políticas Públicas, Governo do Rio de Janeiro, Acolhimento

ABSTRACT

Purpose - The aim of this work is to evaluate how the Rio de Janeiro's State Government has acted considering the arrival and permanence of refugees in Rio de Janeiro. The growing relevance of migration-related themes, both nationally and internationally, has driven the development of research.

Methodology - The methodology was aimed to achieve specific objectives, created from field research, semi-structured interviews, information from recent journals and literature focused on the theme, as well as data collection and analysis. Through a bibliographic and documental research, field research, interviews and case study it was possible to detail unique characteristics of the theme. The inductive approach method was used to reach broader conclusions than the assumptions on which they were based. Interviews were conducted with various actors involved locally and nationally with the theme. Considering the importance of the object in question, this work was intended to organize a doctrinal scope for problem solving in view of the arrival and permanence of refugees in Rio de Janeiro.

Findings - It has been shown that most of the State Secretariats do not rely on the Rio de Janeiro State Refugee Care Policy Plan for the actions taken by foreigners arriving in the territory. In addition, we identified that most activities are coordinated by Institutions outside the official Government structure.

Research limitations - The main limitation of this research is the impossibility of contact with members of the State Secretariats and the difficulty of access to official documents that could guide and guarantee a flowing work. This limitation was abbreviated by a cautious study of the Rio de Janeiro State Refugee Care Plan with special care in the Thematic Axes (documentation, education, employment and income, habitation, health and the socio-cultural environment for awareness of the theme) established in the document.

Practical implications - By identifying focal points of intervention, the Rio de Janeiro State Government and its Secretariats can act in the convergence of guidelines and objectives, facilitating the reception of refugees that enter in Rio de Janeiro's territory. Finally, as the final product of the work, a set of recommendations was elaborated that consolidate the main lessons learned to solve the problem on the agenda.

Social implications - The promotion of rapprochement initiatives between the State Government of Rio de Janeiro and the foreigners supported, promoting movements to raise awareness of the humanitarian character of refugee care policies, as well as the cultures and realities experienced in their refugee countries. Additionally, the actions of the State Secretariats would broaden the knowledge and information of the general population on the subject.

Originality - This study attempts to explore, in an unprecedented way, each of the actions of the Secretariats of the government of Rio de Janeiro, regarding the entry and permanence of refugees in the State of Rio de Janeiro.

Keywords - Refugees, Public Policy, Government of Rio de Janeiro, Reception

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CADÚnico	Cadastro Único
CASCH	Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos
CEDPIR	Centro de Estudos em Direito e Política de Imigração e Refúgio
CEIPAR	Comitê Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados
CEIPARM	Comitê Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CEPRI	Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes
CEDPIR	Centro de Estudos em Direito e Política de Imigração e Refúgio
CGARE	Coordenação-Geral para Assuntos de Refugiados
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DEAPE	Diretoria do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade
DELEMIG	Delegacia de Imigração da Polícia Federal
DPGE	Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro
DPU	Defensoria Pública da União
FAB	Força Aérea Brasileira
Faetec	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pessoas Trans e Intersex
MPF	Ministério Público Federal
OAB-RJ	Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro
OIM	Organização Internacional de Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PARES	Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio
PEAR/RJ	Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RMRP	Plano Regional Humanitários de Resposta para Refugiados e Migrantes
RNM	Registro Nacional Migratório
RN	Resolução Normativa
SEASDH	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
SECCG	Secretaria da Casa Civil e Governança
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
SEDEGER	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
SEDS DH	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
SEH	Secretaria de Estado de Habitação
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SETRAB	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda
SINE-RJ	Sistema Nacional de Empregos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por País de origem em 2018	35
Figura 2	Reconhecimento por país de origem pelo CONARE em 2018	37
Figura 3	Perfil das Pessoas refugiadas reconhecidas em 2018	38
Figura 4	Arquivamento de Processos pelo CONARE em 2018	40
Figura 5	Refugiados e Migrantes da Venezuela	44
Figura 6	Estados de destino de Refugiados e Migrantes da Venezuela beneficiários no Brasil	45
Figura 7	Situação da Venezuela e refúgio no Brasil em 2018.....	47
Figura 8	Decisões CONARE por nacionalidade (Mapa-Mundi)	51
Figura 9	Decisões CONARE por nacionalidade	51
Figura 10	Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por estado de solicitação em 2018	55
Figura 11	Diretrizes do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados.....	55
Figura 12	Cartaz de Defesa de Direito dos Refugiados da SES	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por País de origem em 2018	34
Gráfico 2	Decisões dos Processos pelo CONARE em 2018	35
Gráfico 3	Países cujos refugiados foram reconhecidos por elegibilidade pelo CONARE em 2018	36
Gráfico 4	Decisões por deferimento dos Processos de concessão de extensão dos efeitos da condição de refugiado pelo CONARE em 2018	37
Gráfico 5	Extinção de Processos pelo CONARE em 2018	39
Gráfico 6	Solicitações de Reconhecimento da condição de Refugiado (2011 – 2018)....	41
Gráfico 7	Principais Nacionalidades das Solicitações em trâmite	41
Gráfico 8	Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado recebidas de Haitianos (2011 – 2018)	42
Gráfico 9	Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado recebidas de Venezuelanos (2011 – 2018)	43
Gráfico 10	Perfil dos Venezuelanos em território brasileiro	46
Gráfico 11	Perfil dos Grupos Familiares Venezuelanos em território brasileiro	46
Gráfico 12	Tipos de voo para deslocamento de venezuelanos entre Estados brasileiros ..	47
Gráfico 13	Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado por ano (2011 – 2018) sem Haitianos e Venezuelanos	48
Gráfico 14	Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil (2011 – 2018)	48
Gráfico 15	Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil por Nacionalidade (2011 – 2018).....	49
Gráfico 16	Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil por Nacionalidade (2011 – 2018).....	49
Gráfico 17	Pessoas reassentadas pelo CONARE (2011 – 2018)	50
Gráfico 18	Perfil de pessoas reassentadas (total acumulado)	50
Gráfico 19	Solicitações de decisões do CONARE por Estados da Federação	55
Gráfico 20	Atendimentos da PARES Cáritas RJ em 2018	54

SUMÁRIO

1	Introdução	17
1.1	Problema	19
1.2	Contexto do problema	19
1.3	Objetivo geral	25
1.4	Objetivos específicos	25
1.5	Justificativa	26
2	Referencial teórico	27
2.1	Revisão da literatura	27
2.1.1	Teorias acerca da implantação de Políticas Públicas	28
2.1.2	As Organizações das Nações Unidas e o Brasil	31
2.1.3	As Organizações das Nações Unidas e o Rio de Janeiro	52
2.1.4	A atuação das Secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro	55
2.1.4.1	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes	56
2.1.4.2	Secretaria de Estado de Segurança	58
2.1.4.3	Secretaria de Estado de Educação	59
2.1.4.4	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	60
2.1.4.5	Secretaria de Estado de Habitação	61
2.1.4.6	Secretaria de Estado de Saúde	62
2.1.4.7	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	64
3	Metodologia	66
3.1	Delimitação do estudo	66
3.2	Apresentação e Descrição do Método utilizado	67
3.3	Premissas Básicas Adotadas	69
3.4	Limitações do Método	69
4	Análise/Resultados	71
4.1	Entrevistas	71
4.2	Observação Direta	88
4.3	Documentação	107
4.4	Educação	108
4.5	Emprego e Renda	110

4.6	Moradia	111
4.7	Saúde	112
4.8	Ambiente Sociocultural e Conscientização para a Temática	113
5	Considerações finais	114
	BIBLIOGRAFIA	120
	APÊNDICE A – DIRETRIZES GERAIS DA AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	129
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS	133
	APÊNDICE C – DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO LOCAL E PROTEÇÃO NO CONTEXTO URBANO SEGUNDO A AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS	134
	ANEXO A – ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2018	135
	ANEXO B – ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2019	142
	ANEXO C – DECRETO Nº 44924 DE 22 DE AGOSTO DE 2014	148
	ANEXO D – PROJETO DE LEI Nº 826/2015 DE 9 DE SETEMBRO DE 2015	153
	ANEXO E – OS PÉROLAS NEGRAS NO HAITI E NO BRASIL - RELATÓRIO DE JUNHO 2019	155

1 Introdução

A ascensão do Brasil ao posto de uma das dez maiores economias do mundo é um respeitável fator atrativo aos estrangeiros. Além disso, trata-se um país pacífico, isto é, que não tem a tradição de participar de guerras e conflitos. O aumento considerável do fluxo migratório mundial é um fenômeno contemporâneo que é verificado nos últimos anos, trazendo consequências não só para todas as Nações, como também para o país (BARRETO, 2010).

Por isso residir no Brasil é a aspiração de muitos imigrantes, seja para evitar adversidades como a falta de emprego ou de catástrofes naturais que assolaram seus países, muitos deles em desenvolvimento. Desta forma, o Brasil torna-se o destino dessas pessoas que estão em busca de emprego e uma vida melhor (EVANS et al, 2019).

Perante a crise global e humanitária é preciso ter regras de conduta e leis para receber estes novos moradores para evitar que se tornem moradores de rua. No caso do Rio de Janeiro não é diferente: deverá criar e gerir políticas públicas de proteção e assistência para os refugiados, salvaguardando os direitos humanos e promovendo a sua integração como novos cidadãos no estado fluminense (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

As soluções habituais até aqui praticadas para solucionar a curto e longo prazo os problemas e as necessidades dos refugiados tem sido insuficientes e inadequadas diante do crescente número de pessoas que todos os dias necessita de assistência e proteção (BARRETO, 2010).

Esta dissertação tem o propósito de explorar a atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro perante a chegada e permanência de refugiados em seu território e tem como objetivo verificar se as atuais estratégias de apoio aos refugiados não são suficientes para garantir a sua proteção e o seu bem-estar, e que a maioria destes se encontra em situações peculiares de longa duração sem uma solução à vista.

Embora nos últimos cinco anos o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em conjunto com outros agentes internacionais e com os Estados da Federação brasileira, tenha iniciado algumas medidas e alguns projetos-piloto no apoio aos refugiados, estes não são suficientes para alcançar o elevado número de situações que se verificam. Analisam-se ainda as novas ideias e inovações que têm surgido como solução e que pretendem mudar o modo de abordagem ao problema dos refugiados, incentivando não só à

sua integração local, como também à cooperação dos setores privados e públicos que acolhem os refugiados para fazerem parte da solução do problema (SAADEH et al, 2018).

Para fins de estudo, entender-se-á por Governo do Estado do Rio de Janeiro como a atuação do Poder Executivo, traduzido pelo Governador e Vice-Governador, seus Secretários, além dos Chefes das Pastas da Controladoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. Os Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa) e o Poder Judiciário (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) serão citados como atores complementares às atuações do Executivo quando suas iniciativas conferirem suporte ao Governo (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019) .

Dessa forma, constata-se que a chegada e a permanência de refugiados fazem parte dos assuntos da atualidade e que são vistos cada vez mais no nosso dia a dia. Isso demonstra que, a resposta ao evento, por meio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, requer uma coordenação capaz de induzir a uma ação colaborativa de todos, já que não existe relação de subordinação entre as organizações e os trabalhos realizados por todos precisam ser sinérgicos (FREY, 2000).

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo será composto pela definição de Problema e Objetivos. No segundo capítulo, no Referencial Teórico, será apresentado o embasamento da mesma por meio de livros, artigos, teses e dissertações de autores que já abordaram o mesmo assunto anteriormente e que possuam reconhecimento técnico, acadêmico e científico para tal. Já as entrevistas que amparam o Referencial Teórico, tem por finalidade ampliar a visão e corroborar com a Revisão de Literatura, por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado, com profissionais especializados e amplo conhecimento do tema da pesquisa. Ainda neste capítulo, na Revisão de Literatura, são apresentadas as crescentes tendência dos refugiados urbanos, assim como a preocupação de criação de novas políticas tanto para a chegada quanto para a permanência de refugiados no Estado. O terceiro capítulo é a Metodologia onde são apresentadas as tipologias de pesquisa, as formas de coleta e tratamento dos dados e o modo como a análise foi realizada. O quarto capítulo traz a análise e a discussão dos resultados encontrados e esses dados obtidos no estudo são apresentados, comentados, interpretados e discutidos em relação ao que se avançou no conhecimento do problema, em busca do estado da arte. Por último, o quinto capítulo discute as novas ideias e as novas soluções que devem ser implementadas, bem como as que se espera alcançar no futuro diante da atuação do governo do estado do Rio de Janeiro, diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense.

1.1 Problema

Para aprofundar o estudo científico do tema selecionado, o presente trabalho buscará contestar o desempenho do governo do Estado do Rio de Janeiro diante da vinda e permanência de refugiados no território fluminense. Portanto, essa pesquisa se desenvolverá, tendo por base o seguinte problema: de que maneira o Governo do Estado do Rio de Janeiro tem atuado diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense?

1.2 Contexto do problema

Considerando o contexto histórico do tema, é percebido que a evasão de migrantes de seus países de origem é um fato mundial. Segundo a Anistia Internacional e a Comissão Europeia, o mundo tem enfrentado a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial (AFP, 2019).

Segundo relatório da ONU mais recente, publicado em 17 de setembro de 2019, há 272 milhões de imigrantes no mundo; destes 272 milhões, a maioria está localizada no continente europeu (82 milhões) e na América do Norte (59 milhões). Comparando com o ano de 2010, equivale a 51 milhões a mais de imigrantes. Ainda segundo o mesmo relatório, o número de refugiados e solicitantes de asilo aumentou cerca de 13 milhões entre 2010 e 2017, o que equivale a quase 25% do aumento do número de imigrantes. Além disso, os imigrantes representam 3,5% da população mundial em 2019, enquanto em 2000 eram 2,8%(AFP, 2019).

Segundo o Chefe do Departamento da ONU responsável pelo relatório, Zhenmin, os resultados são fundamentais para compreender o importante papel da população migrante e das migrações no progresso dos países tanto de origem como os de destino. Outrossim, simplificar uma imigração organizada e segura coopera para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável determinado pela ONU (ONU, 2018).

No ano de 2015 a Chanceler alemã Merkel anunciou que seu país concederia asilo a cerca de 800 mil refugiados naquele ano, vindos sobretudo da Síria, África, dentre outros países do Oriente Médio. Segundo reportagem da rádio BBC, a líder afirmou que todo o continente europeu deveria se envolver com este problema de crise mundial, denominando como um "o ideal europeu comum": "Se a Europa fracassar no assunto dos refugiados, sua

estreita relação com os direitos civis universais serão destruídos. Como um país financeiramente saudável e forte, temos a força para fazer o que é necessário" (MERKEL, 2015).

A Alemanha, maior economia da União Europeia, percebeu a chegada destes migrantes como um benefício em diversos aspectos altruístas. Assim, a colocação de Merkel gerou um consenso inédito no país, onde diversos políticos de diferentes grupos apoiaram tal posicionamento. Ao mesmo tempo, setores de extrema-direita são tradicionalmente contrários à entrada de migrantes, o que provocou críticas ao governo alemão (BBC NEWS BRASIL, 2015).

O primeiro dos benefícios altruístas é o envelhecimento da população europeia: de acordo com estimativas da Comissão Europeia de 2013, considera-se que em 2060 a população do país diminuirá em 10 milhões de pessoas, fazendo com que 81,3 milhões em 2013 passem a contabilizar 70,8 milhões. Estima-se ainda que a proporção de alemães com mais de 65 anos, assim como a população entre 15 e 64 anos passará de 32% em 2013 para 59% em 2060 (BBC NEWS BRASIL, 2015).

Isto faz com que seja benéfica à Alemanha a afluência de trabalhadores jovens, segundo o economista Robert Peston (2015), em reportagem da BBC. Desta maneira, os imigrantes sírios e de outros países estariam demonstrando aos anfitriões que não são um inconveniente, ao mesmo tempo se esforçando para reconstruir suas vidas. Isto representa benefícios demográficos e econômicos (BBC NEWS BRASIL, 2015).

O segundo benefício é a solidariedade com as dezenas de milhares de pessoas fogem de perseguições e guerras locais. Apesar de muitas cidades alemãs alegarem não possuir abrigos aos refugiados e de estarem com seus sistemas de segurança social e orçamentos sobrecarregados por custos adicionais, tal acolhida institui uma oportunidade de se criar "uma nova Alemanha, mais cosmopolita e generosa" (BBC NEWS BRASIL, 2015).

Em 2018, a agência de notícias Reuters abordou o mesmo tema em reportagem que afirma que cada vez mais a população refugiada ajudava a economia alemã. Partindo de avaliações por parte do Governo alemão, o acolhimento ocorrido três anos antes obteve um resultado positivo, uma vez que supria sua falta de mão de obra técnica. Além disso, as empresas da Alemanha conseguiram atrair um grande número de participantes nos programas de formação graças ao crescente pedido de asilo dos sírios e afegãos (REUTERS, 2018).

Ou seja, cada vez mais imigrantes são contratados na Alemanha reiterando a decisão dos apoiadores de Merkel que em 2015 autorizou a entrada de quase um milhão de refugiados

de guerra com a chamada política de *Portas Abertas* sustentada com justificativas humanitárias. Refugiados participam de cursos de integração e de aprendizado da língua alemã, ambos requeridos. Assim, ainda segundo a Reuters (2018) as preocupações dos gestores quanto à escassez de mão-de-obra qualificada, além da carência de público jovem disposto a integrar programas de formação até três anos foram sanadas.

E, finalizando o caso alemão, é importante destacar reportagem mais recente, de maio de 2019, do periódico *The Washington Post*. Nela, afirma-se que dos 1,5 milhão de refugiados que entraram no país, quase 200 mil estão registrados como desempregados, após um investimento de bilhões de euros para acomodá-los. Ao mesmo tempo, o ex-diretor do Instituto para Integração Empírica e Pesquisa sobre Migração, Wolfgang Kaschuba, garante que se o povo alemão deseja garantir seu bem-estar econômico, teria que acolher cerca de meio milhão de imigrantes a cada ano, uma vez que o envelhecimento da população local tem sido considerado grave (THE WASHINGTON POST, 2019).

Considerando o cenário brasileiro, depois dos anos 2000, com equilíbrio econômico e político, o Brasil tornou-se opção de residência para cidadãos tanto de países desenvolvidos como subdesenvolvidos. Acontecimentos como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) foram atrativos para a imigração (ACNUR, 2019).

Os mais importantes grupos de imigrantes que chegam hoje são de haitianos, bolivianos e refugiados de guerra, como os sírios, senegaleses e nigerianos. Da mesma forma, devido à anormalidade na Venezuela, muitos cidadãos desse país estão atravessando a fronteira, especialmente em Roraima. Asiáticos, chineses e coreanos vêm para abrir comércio e se estabelecem, sobretudo nas metrópoles. Entretanto, em muitos casos trata-se de um movimento ilegal, principalmente, de haitianos e bolivianos (ACNUR, 2019).

Apesar da distância de mais de 10 mil quilômetros, o Brasil mantém atenção à crise humanitária, diferentemente da postura demonstrada por países fronteiriços ao problema ao receber sírios. Segundo reportagem da BBC de setembro de 2015, desde o início da crise na Síria, o Brasil concedeu mais refúgios a sírios do que países da rota europeia. A reportagem afirma que:

“Segundo dados do CONARE, órgão ligado ao Ministério da Justiça, 2.077 sírios receberam status de refugiados do governo brasileiro de 2011 até agosto deste ano. Trata-se da nacionalidade com mais refugiados reconhecidos no Brasil, à frente da angolana e da congolesa. O número é superior ao dos Estados Unidos (1.243) e ao de países no sul da Europa que recebem grandes quantidades de imigrantes ilegais — não apenas sírios, mas também de todo o Oriente Médio e da África — que atravessaram o Mediterrâneo em busca de refúgio, como Grécia (1.275), Espanha (1.335), Itália (1.005) e Portugal (15)” (BBC NEWS BRASIL, 2015).

Na época, o despacho de documentos tinha maior saída nas embaixadas do Brasil no Líbano, Jordânia e Turquia; a representação diplomática na Síria foi oficialmente fechada em 2012 alegando-se problemas de garantia de segurança.

Soma-se a isso a estatística de o Brasil também ser, em 2015, o país que mais concedeu asilo a refugiados sírios na América Latina, só perdendo para o Canadá em todo o continente americano, entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015. Por outro lado, no mesmo período o governo brasileiro recebeu menos refugiados que “Alemanha (65.075), Suécia (39.325), Noruega (2.995), Bélgica (5.430), França (4.975) e Reino Unido (4.035)” (BBC NEWS BRASIL, 2015).

Na reportagem, o representante do ACNUR, Andrés Ramirez, lembrou que o Brasil tem realizado uma política de portas abertas que, diferentemente de outros países, o refugiado tem direito à saúde e à educação antes mesmo de lhe ser concedida a concessão. E o maior desafio é integrar o imigrante à sociedade brasileira social, econômica e culturalmente (ACNUR, 2019).

Em 2017, o Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas (*National Bureau of Economic Research*) realizou uma pesquisa intitulada “Os resultados econômicos e sociais dos refugiados nos Estados Unidos: evidências da Pesquisa na Comunidade Americana (*The Economic and Social Outcomes of Refugees in the United States: Evidence from the ACS*). A pesquisa versa sobre o custo de recepção e permanência dos refugiados em solo norte-americano. A pesquisa foi realizada com 19 mil adultos estrangeiros que migraram para os Estados Unidos nos últimos 25 anos (UNESCO, 2018).

Constatou-se que os refugiados possuem mais despesas com impostos do que efetivamente recebem em benefícios do estado, o que faz com que sua vinda gere divisas ao país que o recebe. Além disso, a análise também concluiu que após aproximadamente seis anos da permanência do refugiado no país, este tem a probabilidade maior de obter emprego do que o nativo, tornando-se, mais uma vez, produtivo em solo estrangeiro. Segundo o estudo, comprova-se também que quanto mais tempo o refugiado permanece no país, mais lucro oferece ao governo (UNESCO, 2018).

O Brasil é um país constituído por diferentes grupos étnico-raciais (UNESCO, 2018), composto por uma diversidade de etnias, tradições, culturas e outros elementos, onde imigrantes e refugiados formaram parte da massa de trabalhadores que auxiliaram a constituir e estruturar a nação. Nossa nação é também internacionalmente reconhecida como um país acolhedor. Nos últimos anos, 3% da população mundial migra todos os anos em busca de

melhor qualidade de vida, além de fuga de áreas de conflitos, segundo declaração em 2015 de Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (ACNUR, 2018).

Ao mesmo tempo, Paulo Almeida cita corretamente que “há no Brasil políticas inclusivas para todos, sejam migrantes ou refugiados”. O presidente do Conselho reitera que esse compromisso foi ratificado pela presidente Dilma Roussef, em setembro de 2015, na abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas e que, apesar de o país estar passando por ajuste econômico rígido, o Brasil continuou o acolhimento de migrantes e refugiados. A presidente destacou a realidade da crise migratória, defendendo que “em um mundo onde circulam livremente mercadorias, capitais, informações e ideias, é absurdo impedir o livre trânsito de pessoas” (ROUSSEF, 2015).

Paulo Almeida (2015) afirma que “estas atuais iniciativas são consideradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como modelo de boas práticas”. Assim, pode-se deduzir que nossa nação é um exemplo para o mundo em Políticas Públicas de imigração (ACNUR, 2018).

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ao final do ano de 2016, 1 em cada 113 pessoas no mundo (cerca de 65,6 milhões de pessoas) foram forçadas a se retirar de seu local de origem, por diferentes causas de conflitos. Destes, aproximadamente 22,5 milhões são refugiados e 2,8 milhões solicitam reconhecimento da condição de refugiado.

Criado pela Lei No 9.474/1997, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) tem como objetivo o reconhecimento e tomada de decisões sobre as condições de refugiados no Brasil, na qual estabelece os direitos e deveres desta população no Brasil. O CONARE, por ser um órgão multiministerial composto pelo governo, a sociedade civil e a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do ACNUR, promove também a integração local desta população e é vinculado ao Ministério da Justiça (ACNUR, 2018).

Segundo o CONARE, 2.077 sírios receberam asilo do Governo Brasileiro, de 2011 a agosto de 2015. Nessa época, esse número era superior aos dos Estados Unidos da América e ao de países do Sul da Europa (principalmente Grécia, Espanha, Itália e Portugal). Estes países que receberam muitos imigrantes ilegais atravessavam o Mar Mediterrâneo em busca de refúgio, não apenas vindos da Síria, mas também do Oriente Médio e África.

Ainda segundo o CONARE, até o final de 2017, cerca de 10 mil refugiados foram reconhecidos. Diversas são as suas nacionalidades, apenas aproximadamente 5 mil continuam

com registro ativo no país e cerca de 86 mil solicitações de reconhecimento estão em andamento. Em 2015, segundo a rede de notícias BBC News Brasil, desde que o CONARE publicou uma normativa que facilitaria a concessão de vistos aos imigrantes, os sírios passaram a escolher o Brasil como rota para a fuga de suas guerras, opressões e miséria locais.

O governo brasileiro vem mantendo uma política distinta daquela instituída em muitos países europeus e da mesma forma que o Brasil acolhe refugiados, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) também compartilha desta crise humanitária mundial recebendo um grande número de imigrantes. Segundo o Ministério da Justiça (2018), em 2017 houve 670 solicitações de reconhecimento da condição de refugiados somente no território fluminense, conforme Anexo II deste trabalho. Considerando tal demanda, foi aprovado o Projeto de Lei 826/2015, que criou o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro, Política Pública a ser estudada ao longo deste Projeto (MINISTERIO DA JUSTIÇA, 2018).

A atuação do Estado do Rio de Janeiro na política para acolhimento de refugiados relaciona-se com três bases. Enquanto compete ao CONARE, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, analisar os pedidos de refúgio e garantir proteção legal, o ACNUR assessora o governo e traz recursos da comunidade internacional para ONGs assim como as Cáritas Arquidiocesanas do Rio, que fornecem assistência a refugiados e solicitantes e também recebem verbas do Ministério da Justiça. Pretende-se que a política e as ações decorrentes da mesma facilitem o acesso dos imigrantes à educação, saúde, trabalho e outros pontos centrais, diante dos quais os refugiados enfrentam inúmeras dificuldades hoje .

O plano social desenvolvido pelo Estado deve estabelecer metas, indicadores, parceiros e prazos para a realização de ações relativas à educação, saúde, justiça e defesa da cidadania, trabalho, família, desenvolvimento social, cultural e da pessoa com deficiência para refugiados e migrantes. Durante o planejamento de aspectos que envolvem migrantes pelo Estado, torna-se muito importante a valorização da cultura dos refugiados, por meio da expressão da mesma em eventos e iniciativas, para que haja o contato com a comunidade local, favorecendo o intercâmbio cultural e facilitando a integração e adaptação do refugiado no país (CÁRITAS, 2019).

Segundo dados do Programa de Atendimentos a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas RJ, estima-se que cerca de 5 mil vivam na cidade e que há 7.500

refugiados registrados no RJ. A Cáritas atua desde 1976, e é credenciada pela ONU no acolhimento de refugiados e imigrantes (CÁRITAS, 2019).

O modo como o Governo do RJ está gerindo a chegada e permanência de refugiados no território fluminense é o tema desta dissertação, considerando que não só organismos nacionais, mas também estaduais atuam na chegada e permanência de refugiados em solo brasileiro, o que dá importância ao problema proposto. Assim, considerando que os refugiados estão incluídos nas garantias concedidas pelas Políticas Públicas brasileiras desenvolvidas pelo Governo, percebe-se que este Projeto visa descrever ações e programas que têm garantido o bem-estar da população migrante e o cumprimento de seus direitos constitucionais por meio da atuação de diversas Secretarias Estaduais com responsabilidades próprias (CÁRITAS, 2019).

Contudo, para que esses imigrantes se sintam acolhidos, é necessário que o estado invista tanto em saúde e educação como em infraestrutura, além de programas sociais coordenados pelo governo para ajudar na inserção desses imigrantes no rendimento da economia brasileira (BARRETO, 2010).

1.3 Objetivo geral

Com base no problema exposto, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar a atuação do Estado do Rio de Janeiro no acolhimento dos refugiados que se apresentam à jurisdição estadual. Assim, serão verificadas quais as atividades que estão contidas no atual Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio, procurando reduzir as dificuldades pelas quais passam esses emigrados.

1.4 Objetivos específicos

Para isto, visando atingir o propósito deste trabalho, foram formulados os seguintes objetivos específicos, a saber:

- 1) Apresentar como as Secretarias Estaduais têm desenvolvido seus trabalhos perante o acolhimento e permanência dos refugiados no RJ.

2) Descrever os resultados obtidos perante a implantação do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio (PEAR/RJ), confirmando ou não a eficácia de sua aplicação.

3) Propor a maior participação dos Órgãos Estaduais no Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio (PEAR/RJ), atendendo à proteção a esses refugiados e minimizando os impactos na chegada e na permanência desses imigrantes no território fluminense.

4) Apresentar as ideias que reúnam as melhores práticas para uma acolhida dos refugiados no Rio de Janeiro, como produto final da pesquisa.

1.5 Justificativa

Com o intuito de manter as boas práticas observadas no RJ no que tange à proteção internacional, não só de pessoas refugiadas, mas também das deslocadas e apátridas, é de extrema importância a análise das deliberações executadas pelo Governo do Estado com sólidos princípios em Direitos Humanos a fim da garantia das salvaguardas estaduais (CÁRITAS, 2019).

Foi aprovado o atual Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio (PEAR/RJ) em 2014, sendo orientado por seis eixos temáticos: documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural/conscientização da temática. Percebe-se aqui que este Plano é um exemplo prático de Políticas Públicas implantado com eficiência diante das demandas observadas.

Alia-se a isso o fato de que os refugiados podem ter a necessidade de um pronto atendimento por ocasião de algum imprevisto quando de sua chegada ou permanência. Segundo *ranking* divulgado pelo Ministério da Justiça (2018), foram os venezuelanos os que mais pediram refúgio ao governo brasileiro no ano de 2017 (17.865). Entre as nacionalidades que mais recorreram ao Brasil em 2017 solicitando refúgio estão: cubanos (2.373), haitianos (2.362), angolanos (2.036), chineses (1.462) e senegaleses (1.221). Os sírios aparecem em sexto no ranking (823) de pedidos de refúgio ao Brasil.

Diante do exposto, percebe-se que Políticas Públicas voltadas aos Refugiados são de extrema relevância, não somente a nível Federal, mas também perante as responsabilidades das Autoridades Estaduais (CÁRITAS, 2018).

Ao término da pesquisa, espera-se esclarecer as diferentes garantias providenciadas pelo RJ perante as demandas apontadas quando da imigração de refugiados ao território fluminense, avaliando e estudando este impacto. E, mesmo que não exista a atuação efetiva de todos os Órgãos participantes da estrutura de subordinação do Governo do RJ, as análises poderão inspirar futuras interposições e hipóteses a serem estudadas e, se for o caso, implementadas (MINISTERIO DA JUSTIÇA, 2018).

Além disso, a pesquisa procura contribuir para o debate em trono das diversas correntes que discutem as Políticas Públicas voltadas aos Refugiados, na medida em que se propôs avaliar a proteção a esses refugiados e minimizar os impactos na chegada e na permanência desses imigrantes no território local.

Esta pesquisa teve a pretensão de enriquecer o conjunto de informações existentes na área de conhecimento, tendo em vista os órgãos estudados, assim contribuindo para o reforço da base de conhecimentos sobre o assunto. A autora do presente trabalho possui experiência acerca de Políticas Públicas pelo seu constante engajamento como assessora na Secretaria Estadual de Saúde.

O presente estudo poderá servir, ainda, de instrumento de auxílio aos administradores públicos e privados no encaminhamento de políticas e de decisões estratégicas, especialmente pela compreensão de que o engajamento dos diversos atores do processo, e enriquecerá a discussão, assim como legitimará o processo de imigração de refugiados no território fluminense.

2 Referencial teórico

2.1 Revisão da literatura

A Revisão de Literatura procurou abarcar as circunstâncias que envolvem atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense. No decorrer da Revisão da Literatura serão observados o pertinente e estruturado modelo teórico orientados à solução do problema proposto, dentre outras, pesquisadas as seguintes fontes: teorias acerca da implantação de Políticas Públicas, as documentações das ONU e documentos nacionais garantidores de direitos dos refugiados, além de documentos estaduais igualmente garantidores destes direitos.

2.1.1 Teorias acerca da implantação de Políticas Públicas

Para definir Políticas Públicas, Cerna (2013, p. 17) enfatiza a ideia de Fullan (2007), de que “uma mudança de política anda de mãos dadas com a implementação da política”. No mesmo artigo, Mazmanian e Sabatier (1983) definem implementação como “a realização de uma decisão política, geralmente incorporada em um estatuto, mas que também pode assumir a forma de ordens ou decisões judiciais”. Os autores também relembram que tais políticas não garantem sucesso se não forem bem implementadas e complementa-se que os contextos político, econômico e social serão fatores que influenciarão nas condições para uma implementação de Políticas Públicas bem-sucedidas (CERNA, 2013, p. 20).

Cerna (2013) define também que, para que uma implementação seja bem-sucedida, as agências precisam cumprir as diretrizes dos estatutos, sendo elas responsáveis por alcançar os indicadores de sucesso, com as metas locais ou com uma melhora no ambiente político em torno do programa (INGRAM E SCHNEIDER, 1990). Alia-se a isso o processo de implementação ser caracterizado por desenvolvimentos em vários estágios (MCLAUGHLIN, 1987).

Lowi (1972) afirma que o conceito de *policy arena*, que se refere às reações e expectativas criadas por aqueles que são afetados diretamente por medidas públicas no qual os custos e ganhos ao longo do processo geram expectativas e se tornam decisivos para o formato do processo. Ele gera um resultado antecipativo no sistema político de decisão e implementação.

Frey (2000) explica que dentro do modelo de *policy arena*, existem quatro formas de política que podem ser caracterizadas de acordo com seus caracteres referentes à forma e efeitos de implementação, como distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo. As políticas distributivas possuem um baixo grau de conflito dos processos políticos; se por um lado beneficiam um grande número de destinatários, por outro lado atingem uma escala relativamente pequena. As políticas redistributivas são diretamente orientadas para o conflito, tendo como objetivo o desvio e realojamento de direitos, recursos financeiros ou outros valores entre as camadas sociais e grupos da sociedade. Já as Políticas regulatórias fazem uso de ordens e proibições executadas por meio de decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são pré-determináveis e os processos de conflito podem vir a se modificar conforme a configuração das políticas. E, por último, as Políticas constitutivas são

as que determinam as regras do jogo e, conseqüentemente, os processos e as condições sob as quais são negociadas as políticas distributiva, redistributiva e regulatória.

Carvalho (2003) conduz uma análise sobre Políticas Públicas denominando-a como um processo em fluxo, não se configurando como uma “sequência linear de etapas” de formulação, implementação e avaliação de escolhas anteriormente tomadas. Assim:

“[...] a abordagem que melhor expressa o quadro real das políticas públicas é a que a considera como processo contínuo de decisões que, se de um lado pode contribuir para ajustar e melhor adequar as ações ao seu objeto, de outro, pode alterar substancialmente uma política pública (CARVALHO, 2003, p. 20).

Ramos (2012) cita que o ciclo da Política Pública inclui as fases de definição da agenda, formulação, implementação e avaliação, afirmando que no Brasil há um crescimento do interesse dos governos nas avaliações das Políticas Públicas. Isto porque há uma ligação direta a temas relacionados à efetividade, à eficácia, à eficiência, ao desempenho e a *accountability* da gestão pública. Ramos também menciona que avaliar possibilita ao governante conhecer os resultados de um determinado programa ou projeto, tornando possível a melhora da implementação de ações públicas, fundamentando-se decisões.

De natureza semelhante, o ACNUR busca, na prática, a promoção de soluções duradouras, assegurando os direitos e o bem-estar dos refugiados, permitindo a reconstrução de vidas com dignidade e paz. Desta maneira, o ACNUR trabalha com três possibilidades de solução para estes refugiados: reassentamento, repatriação voluntária e integração local. Esta última é definida propriamente como uma aplicação de Política Pública e, para entendê-la, é também necessário definir as duas primeiras.

O chamado “Reassentamento”, que é o caso mais comum, se define pela impossibilidade dos refugiados de voltar a seu país de origem e de também de permanecer no país de refúgio onde se encontra em virtude de questões de segurança, carência de integração local ou omissão de proteção legal e física. Para esta realidade, o ACNUR transfere uma pessoa refugiada a um terceiro Estado disposto a recebê-la. É considerado um instrumento de proteção internacional, satisfazendo as necessidades específicas como uma solução durável.

A “Repatriação Voluntária”, segunda possibilidade de solução para refugiados, é assim denominada pelo ACNUR:

“Repatriação voluntária: é a solução de longo prazo preferida pela maioria dos refugiados, que optam por voltar para seu país de origem com condições de segurança (geralmente quando um conflito termina e um nível mínimo de estabilidade é restaurado). O ACNUR frequentemente fornece transporte e auxílio

para que os repatriados possam recomeçar sua vida, por meio de doações financeiras e projetos de geração de renda, entre outros.”

E, finalmente, definindo-se as práticas do ACNUR como condutas de Políticas Públicas, a cartilha “Protegendo refugiados no Brasil e no mundo” elucida o termo “Integração Local” da seguinte forma:

“Integração local: o ACNUR trabalha para que as pessoas refugiadas tenham plena inserção jurídica, social, econômica e cultural no país de refúgio, além de seus direitos respeitados. Um refugiado está plenamente integrado quando tem a residência permanente ou a cidadania do país de refúgio, podendo acessar as políticas públicas disponíveis a todas as pessoas cidadãos deste país.” (ACNUR, 2019)

Na prática, tanto solicitantes de refúgio como refugiados possuem os mesmos direitos e deveres que qualquer outro imigrante que resida regularmente no país. No Brasil, o caráter universal das políticas sociais é o ponto de partida para a integração local. Percebe-se, então, que a Agência da ONU para Refugiados especifica o direito destes imigrantes ao acesso às Políticas Públicas disponibilizadas pelo governo local, assim como qualquer nativo.

Além disso, Carvalho (2003) afirma que a avaliação integraria todas as fases do processo, incluindo identificação do problema, formulação, implementação e análise das mudanças sociais provenientes da intervenção pública. Esta afirmação é de grande importância para o Trabalho estudado, uma vez que será observado se as diretrizes contidas no PEAR/RJ estão de acordo com as ações de cada uma das Secretarias Estaduais e seus eixos temáticos.

Soma-se a isso o fato de, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil tem sido um exemplo mundial de boas práticas em Políticas Públicas de imigração, conforme declarado pelo Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Paulo Sérgio de Almeida, em 2015. Na época, o CNIg, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tinha como principal finalidade a formulação de uma política nacional de imigração, com participação de representantes do Governo Federal, empresas, trabalhadores e instituições da sociedade civil. A importância do Conselho cresce à medida em que focava sua atuação em questões humanitárias, uma vez que uma das preocupações do Conselho era melhorar o sistema de acolhimento dos imigrantes e agilizar a liberação de documentos: “O avanço das políticas migratórias depende fundamentalmente da aprovação da nova Lei das Migrações” que, na época, tramitava no Congresso Nacional, cujo texto incorporou diversas sugestões dos conselheiros do CNIg (ALMEIDA, 2015, p.11).

Esta pesquisadora ressalta a Plataforma lançada pela Diretoria de Análise de Políticas

Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em novembro de 2018, intitulada *#observamigração*, que indica a imigração como um complexo de pontos de oportunidade. Apresentou-se a importância de observar os fluxos migratórios de entrada no país como adequações positivas tanto para as pessoas refugiadas, com para o desenvolvimento econômico do Brasil e a oportunidade de “auxiliar o governo na ação de Políticas Públicas com as ferramentas apresentadas” (FGV, 2018).

A Plataforma da FGV monitora as variações demográficas por meio de duas ferramentas digitais: o Fluxo Migratório e o Simulador Demográfico. Enquanto a primeira controla a população emigrante e imigrante, a segunda avalia os impactos demográficos e econômicos. Tal lançamento contou com a presença do Coordenador Geral de Imigração do Ministério do Trabalho. Nas apresentações dos expositores, durante o lançamento, foram mencionados que a questão da imigração é um dos grandes impasses do século e as instituições devem estar preparadas para isso, por meio de uma percepção de uma política de maneira inteligente e moderna. Entendendo os indicadores obtidos por meio destas duas ferramentas, é viável facilitar a elaboração de Políticas Públicas adequadas para o assunto tratado.

2.1.2 As Organizações das Nações Unidas e o Brasil

Iniciando-se o estudo dos acontecimentos e documentos que guiam os direitos e deveres dos refugiados, temos a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, também chamada de Convenção de Genebra de 1951. Esta foi legitimada perante a realidade da situação dos emigrados após a Segunda Guerra Mundial. Se por um lado, a Convenção estipula padrões para o tratamento dos refugiados, por outro lado, não há a imposição de limites aos Estados para que estes desenvolvam tais tratamentos.

A Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) possui tal Convenção como Pedra Angular do serviço de proteção aos refugiados. Isto porque, uma vez que alicerça instrumentos internacionais, proporciona-se a decodificação dos direitos dos emigrados a nível internacional.

Em primeiro lugar, necessita-se o entendimento do termo “refúgio” que, segundo o site do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

“O refúgio é uma proteção legal oferecida pelo Brasil para cidadãos de outros países que estejam sofrendo perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda, que estejam sujeitos, em seu país, a grave e generalizada violação de direitos humanos.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

Em segundo lugar, igualmente importante é o entendimento do conceito de “refugiado”. Ainda segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública,

“Refugiado é a pessoa que deixa o seu país de origem ou de residência habitual devido a um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou devido a grave e generalizada violação de Direitos Humanos.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

Ao analisar as nomenclaturas vinculadas aos termos anteriormente definidos, têm-se outros dois termos frequentemente utilizados pelas autoridades brasileiras no que se refere à migração, que são elas: “Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado” e “Apátridas”. Segundo o Relatório Refúgio em Números de 2019, do CONARE, o primeiro é assim denominado:

“Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado são pessoas que solicitam ao Estado Brasileiro serem reconhecidas como refugiadas, mas que ainda não tiveram sua solicitação de reconhecimento da condição de refugiado deliberada pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Enquanto aguarda a decisão, o/a solicitante de reconhecimento da condição de refugiado encontra-se em situação migratória regular em todo o território nacional, bem como possui protocolo provando esta condição e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.”(CONARE, 2019).

O CONARE também faz referências ao Apátridas, segundo a seguinte explicação:

“Apátridas são pessoas que não tem nacionalidade reconhecida por nenhum país por diversas razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos e conflitos de leis entre países. O reconhecimento da condição de apátrida e a possibilidade de aquisição da nacionalidade brasileira estão regulamentados na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto nº 9.199, de 21 de novembro de 2017 e na Portaria Interministerial MJ/MESP nº 05, de 27 de fevereiro de 2018.”

Considerando a existência de todas estas classes de migrante e com o surgimento de novos desafios, perante situações de urgência geradas por confrontos, houve a necessidade da promoção de ações que direcionassem os deslocamentos de refugiados, sob a salvaguarda das provisões da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Elaborou-se, assim, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados em 1966, sendo submetido à Assembleia Geral

das Nações Unidas. No mesmo ano, esta Assembleia solicitou ao Secretário-Geral que submetesse seu conteúdo aos Estados-Membros para sua ratificação. Assim, sendo assinado tanto pelo Presidente da Assembleia Geral como pelo Secretário-Geral, entra em vigor em 1967.

Desta maneira, tanto a Convenção de 1951, como também o Protocolo de 1967 asseguram que, em caso de necessidade, qualquer pessoa pode exercer o direito de procurar e receber refúgio. Iniciava-se assim uma mudança de paradigma. O Brasil aderiu à Convenção e em 1961. Já o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi aderido em 1972. A Constituição Federal (1988) obriga ao país o cumprimento de seu texto no momento que é signatário desses dois instrumentos internacionais – o Estatuto e o Protocolo –, por meio do disposto no artigo 5º, § 2º, na qual afirma que: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

O Brasil demonstra constantemente uma posição pioneira e de liderança perante a proteção internacional dos refugiados. Segundo o ACNUR (2019) o Brasil é pioneiro na proteção internacional na América, uma vez que foi um dos primeiros países da América do Sul a ratificar, em 1960, a Convenção de 1951 que versa sobre o Estatuto dos Refugiados. Soma-se a isso o fato de nossa nação ter sido igualmente pioneira no tema, em 1958, ao integrar o Comitê Executivo (ExCom) do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Tratando-se do trabalho da Agência da ONU para Refugiados no Brasil, o ACNUR, percebe-se que seus princípios visam a promoção de soluções duradouras, favorecendo os instrumentos internacionais a fim de garantir a proteção dos refugiados, no território de qualquer um dos países signatários. Igualmente pioneiro, o Brasil foi um dos primeiros países a integrar o Comitê Executivo do ACNUR, órgão responsável pela aprovação de programas anuais da Agência.

Considerando que este emigrado desfruta da proteção do Governo Brasileiro, é direito seu adquirir documentos, trabalhar, estudar e, enfim, exercer os direitos e garantias individuais semelhantes aos cidadãos estrangeiros legalizados no país.

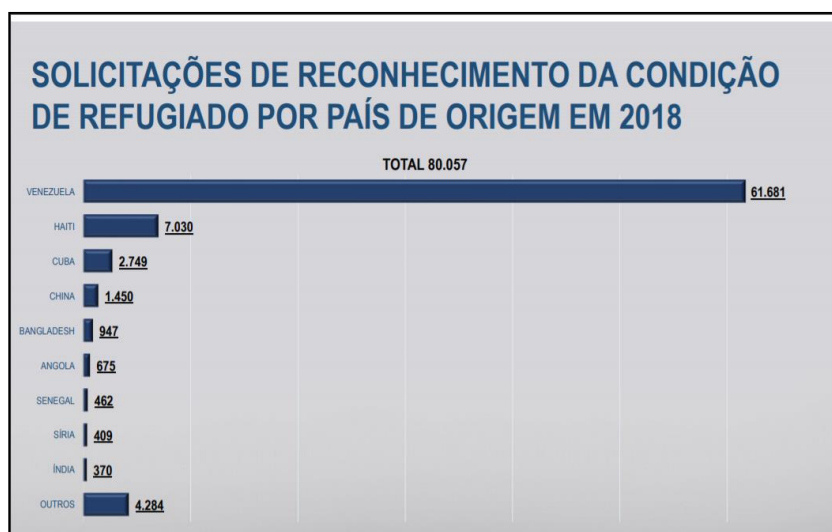
Para entendimento dos números do Ministério da Justiça a serem expostos a seguir, há as principais categorias referentes ao trâmite de processos dos refugiados, são eles:

- a) Deferimento de Eligibilidade – há o reconhecimento da pessoa como refugiado, conforme os termos do art. 1º da Lei nº 9.474/97;

- b) Indeferimento de Elegibilidade – não houve o reconhecimento da pessoa como refugiado, pois estavam ausentes os critérios do art. 1º da Lei nº 9.474/97 ou presentes as cláusulas de exclusão do art. 3º da Lei nº 9.474/97;
- c) Extinção do processo sem resolução do mérito, ocasionado por alguma das razões presentes no art. 6º, 6º-A ou 6º-B da Resolução Normativa (RN) nº 18/CONARE ou no art. 6º da RN nº 23/CONARE.
- d) Extinção do processo, sem resolução do mérito, quando o requerente desiste por meio distinto do formulário próprio para desistência (por exemplo, petição simples).
- e) Deferimento quanto à extensão dos efeitos da condição de refugiado a um membro familiar, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.474/97.
- f) Arquivamento, nos termos dos Parágrafos do art. 6º da RN 18/CONARE ou nos termos do art. 6º da RN 18.
- g) Indeferimento CONARE – Regularizado via Conselho Nacional de Imigração (CNIg), conforme interpretação da Resolução Recomendada nº 08, em conjunto com a RN nº 27, ambas do CNIg.

Segundo dados do Departamento de Polícia Federal de janeiro de 2019, houve 80.057 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por parte de diversos países em 2018. O Gráfico 1 demonstra que a grande maioria partiu de venezuelanos (61.681 solicitações), o que corresponde a 77% de todas as solicitações do ano considerado.

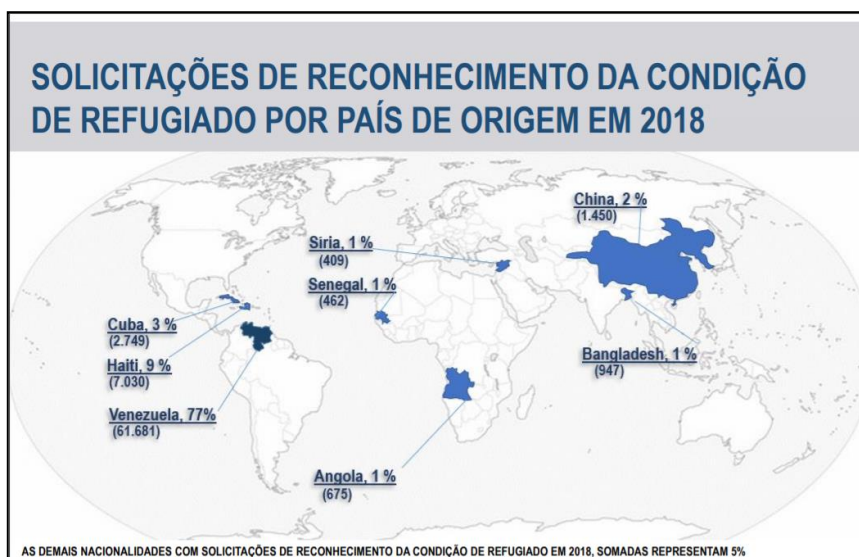
Gráfico 1 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por País de origem em 2018



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

A Figura 1 adiante apresenta estes números distribuídos visualmente no mapa-múndi, demonstrando que Venezuela, Haiti e Cuba correspondem às três maiores demandas de solicitações realizadas em 2018 para reconhecimento da condição de refugiado. Porém, ainda não obtiveram seus pedidos avaliados definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.

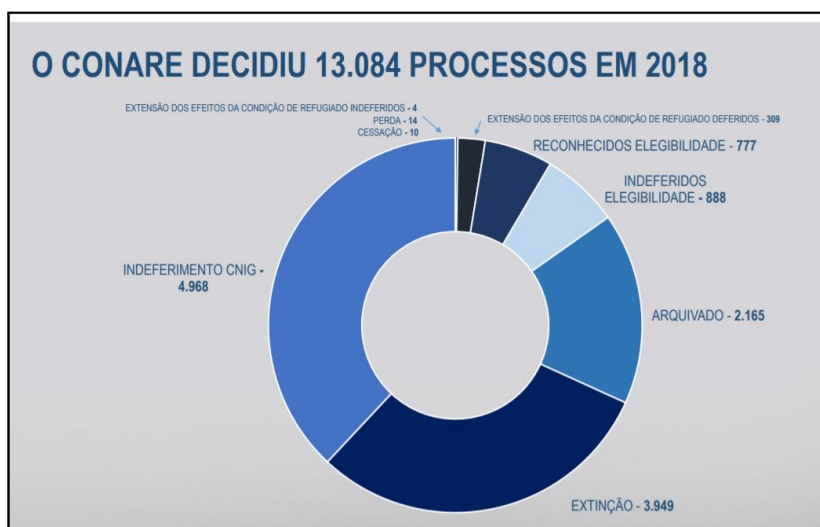
Figura 1 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por País de origem em 2018



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Também no ano de 2018 o CONARE decidiu 13.084 processos, sendo a maioria deles ou por indeferimento, ou por extinção e 777 processos foram reconhecidas suas elegibilidades. Houve também o deferimento da extensão dos efeitos da condição de refugiado a 309 pessoas, conforme o Gráfico 2.

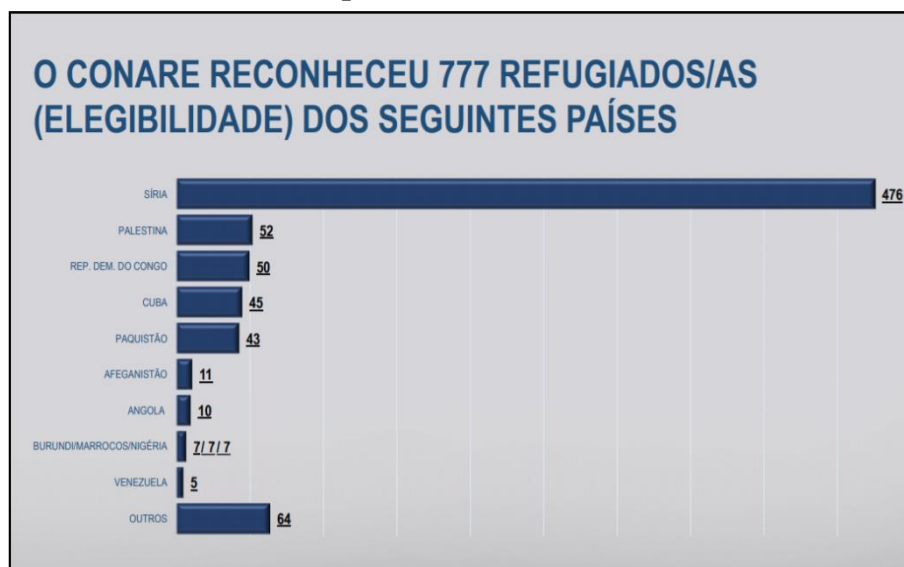
Gráfico 2 – Decisões dos Processos pelo CONARE em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Dentre os Processos que foram reconhecidos por elegibilidade, tem-se a Síria como país que mais recebeu tal deferimento, representando 61% do total de 777 processos, seguido por Palestina, República Democrática do Congo, Cuba e Paquistão.

Gráfico 3 – Países cujos refugiados foram reconhecidos por elegibilidade pelo CONARE em 2018

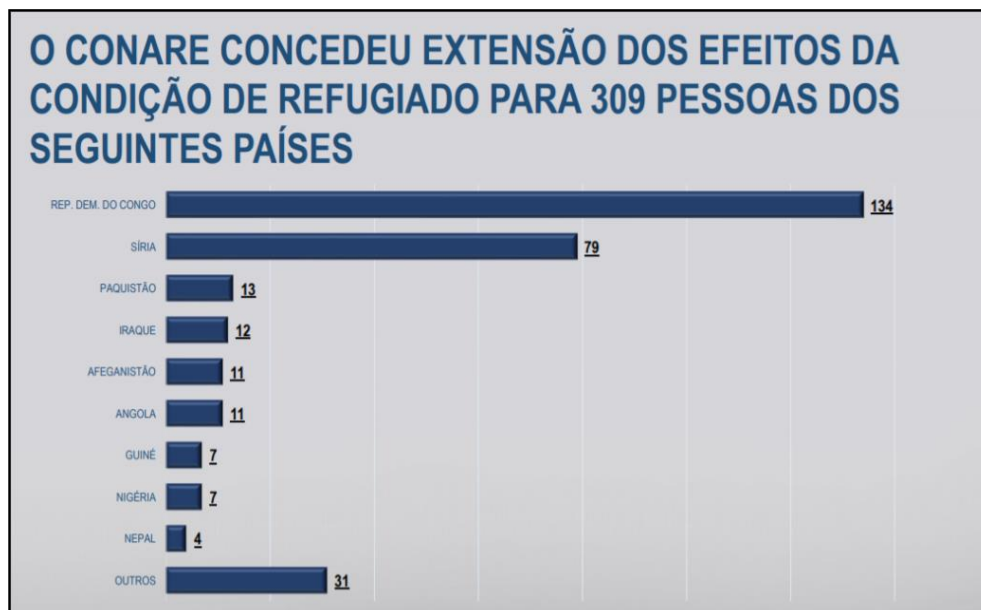


Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Desde que o CONARE publicou uma normativa que facilitou a concessão de vistos a seus imigrantes, os refugiados sírios passaram a ter o Brasil como destino da evasão de suas fronteiras. No mesmo período, o número de vistos havia quadriplicado desde 2011, início da crise. Ressalta-se ainda que estes refugiados sírios possuem os mais diferentes perfis socioeconômicos, como camponeses, advogados e engenheiros (BBC NEWS BRASIL, 2015).

Conforme o Gráfico 4, dentre as 309 pessoas que receberam deferimento da extensão dos efeitos da condição de refugiado, a maioria se refere a congoleses e sírios, sendo respectivamente 43% e 25% do total considerado. Há também os números divulgados dos demais países cujos processos foram deferidos: Paquistão, Iraque, Afeganistão, Angola, Guiné, Nigéria e Nepal.

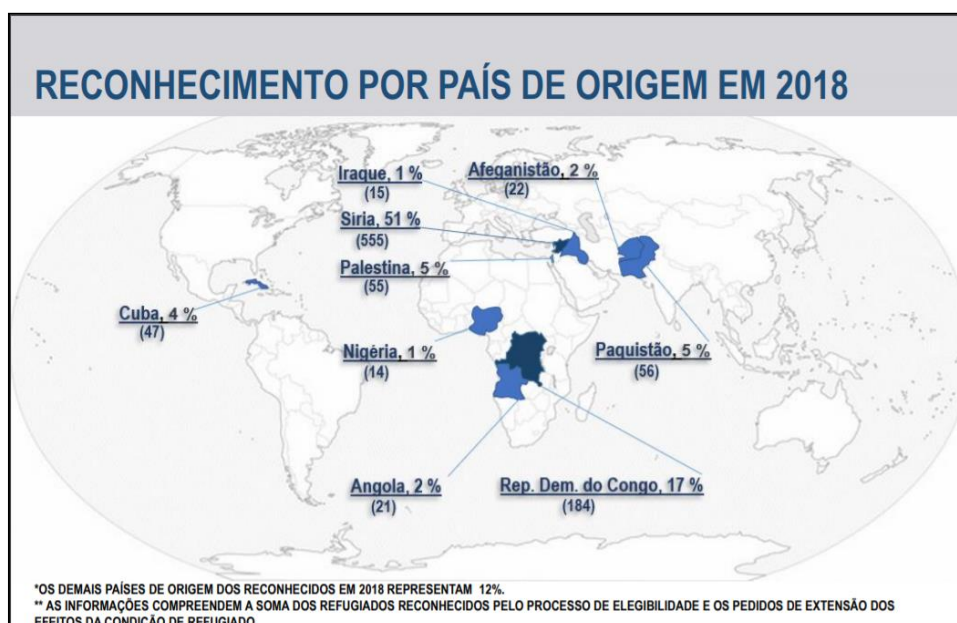
Gráfico 4 - Decisões por deferimento dos Processos de concessão de extensão dos efeitos da condição de refugiado pelo CONARE em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Considerando o somatório de pessoas reconhecidas pelo processo de elegibilidade e pelos pedidos de extensão dos efeitos da condição de refugiados, tem-se a Síria e a República Democrática do Congo como maiores efetivos, com respectivamente 555 e 184 reconhecimentos, conforme a Figura 2 com dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2019).

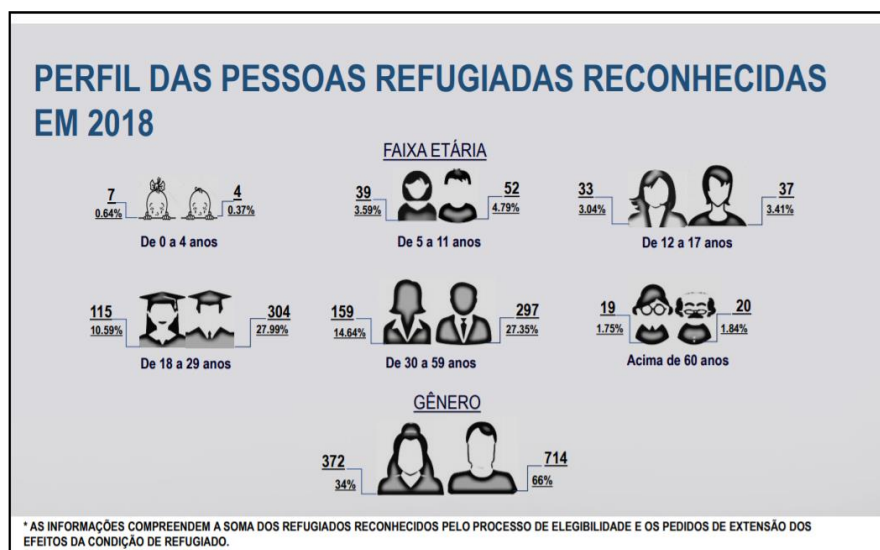
Figura 2 – Reconhecimento por país de origem pelo CONARE em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Destaca-se aqui a análise do perfil dos refugiados com situação reconhecida no ano de 2018, que incluem as pessoas reconhecidas pelo processo de elegibilidade e os pedidos de extensão dos efeitos da condição de refugiado. Enquanto o gênero masculino é predominante, com 66% do total considerado, a faixa etária que prevalece é a de 18 a 29 anos para homens, com 304 dos 714 do gênero masculino, e de 30 a 59 anos para mulheres, com 159 dos 372 do gênero feminino. Tais proporções são facilmente visualizadas na Figura 3, conforme dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados.

Figura 3 – Perfil das Pessoas refugiadas reconhecidas em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Outro dado relevante vem da análise de extinção de processos em 2018 pelo CONARE, conforme Gráfico 5. Levando em consideração as desistências e as autorizações de residência, a maioria de extinções foi de processos pleiteados por venezuelanos, correspondendo a 53,76% dos 3949 processos totais. Segundo a Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em seu Artigo 52, expressa:

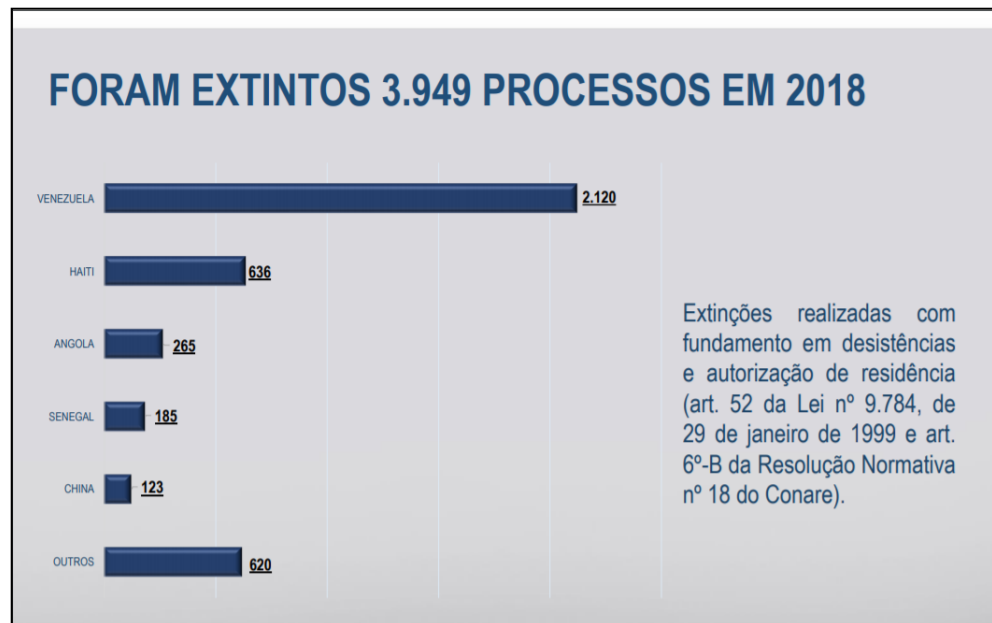
“Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.”

Já o artigo 6º-B da RN nº 18 do CONARE de 30 de abril de 2014, que estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação refúgio, determina:

“Art. 6º Será passível de arquivamento pelo CONARE, sem análise de mérito, a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado daquele que: I - não

comparecer por duas vezes consecutivas à entrevista para a qual foi previamente notificado, com intervalo de 30 (trinta) dias entre as notificações, sem justificção; ou II - deixar de atualizar o seu endereço perante a CGARE num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da sua última notificação. Parágrafo único: O pedido de desarquivamento, através do qual se dará regular seguimento ao feito, deverá ser apresentado em qualquer Unidade da Polícia Federal ou à CGARE.”

Gráfico 5 – Extinção de Processos pelo CONARE em 2018

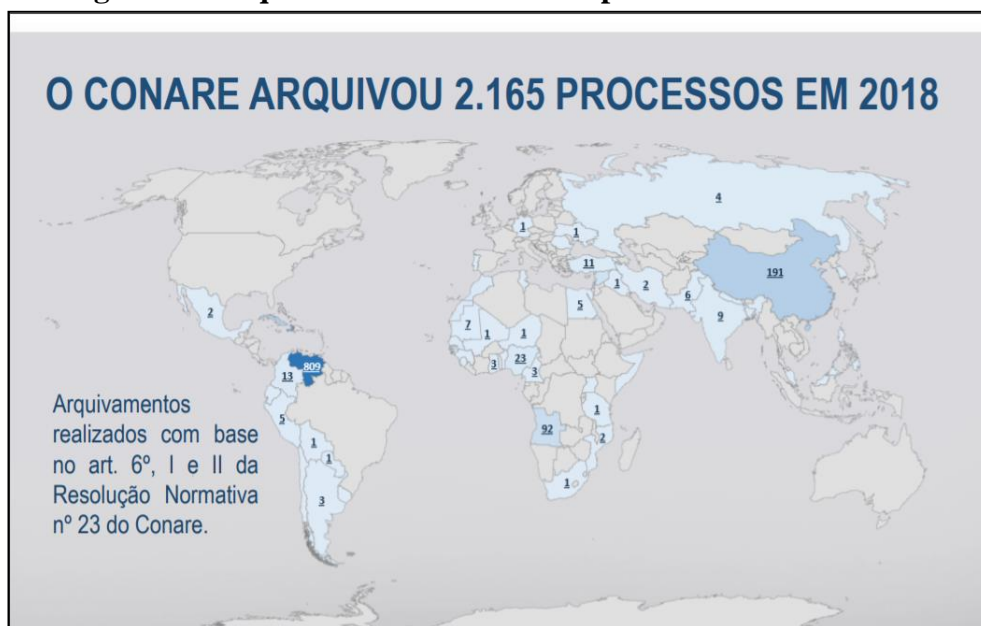


Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Quanto ao arquivamento de processos em 2018 pelo CONARE, tem-se o semelhante número discrepante de 809 processos venezuelanos, seguidos por 191 chineses, conforme figura 3. Tais decisões têm como justificativa a RN CONARE nº 23, de 30 de setembro de 2016, artigo 6, I e II, que afirmam que:

“Art. 6 ° Fica a Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados autorizada a arquivar, sem análise do mérito, o processo de reconhecimento da condição de refugiado do solicitante que: (Redação do caput dada pela Resolução Normativa CONARE Nº 28 DE 20/12/2018). I - sair do território nacional sem previamente comunicar ao CONARE; e II - ainda que realize comunicação de viagem, permaneça fora do território nacional por mais de noventa dias pelo período de um ano”.

Figura 4 – Arquivamento de Processos pelo CONARE em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Ainda segundo o CONARE, historicamente o Brasil já reconheceu mais de 10 mil refugiados até maio de 2019 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019). Considerando a dinâmica das ações e que diversos episódios acontecem após o reconhecimento da condição de refugiado, a página assegura que diversos imigrantes se naturalizaram brasileiros, enquanto outros deixaram de ser oficialmente refugiados, optando por residirem nos termos da Lei de Migração (Lei nº 13.445/17). Em contrapartida, outros ou retornaram ao país de origem, ou tiveram a cessação da condição de refugiado, dentre outras possibilidades.

Além disso, o CONARE não possui informações precisas de onde esses imigrantes habitam, e sim do local onde foi protocolado os pedidos (no caso de solicitantes), e onde o registro foi realizado (no caso de refugiados registrados), lembrando ainda que estas pessoas possuem o direito de livre trânsito em todo o território nacional. O que de certo modo dificulta um mapeamento mais preciso (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019).

É perceptível no Gráfico 6 que, nos últimos anos, houve 206.737 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado pelo CONARE e no último ano houve um aumento considerável destes recebimentos. Deste total, 80.057 foram registradas apenas no último ano, equivalendo a 38% deste total, enquanto nos anos anteriores, não se alcançava nem a metade deste valor.

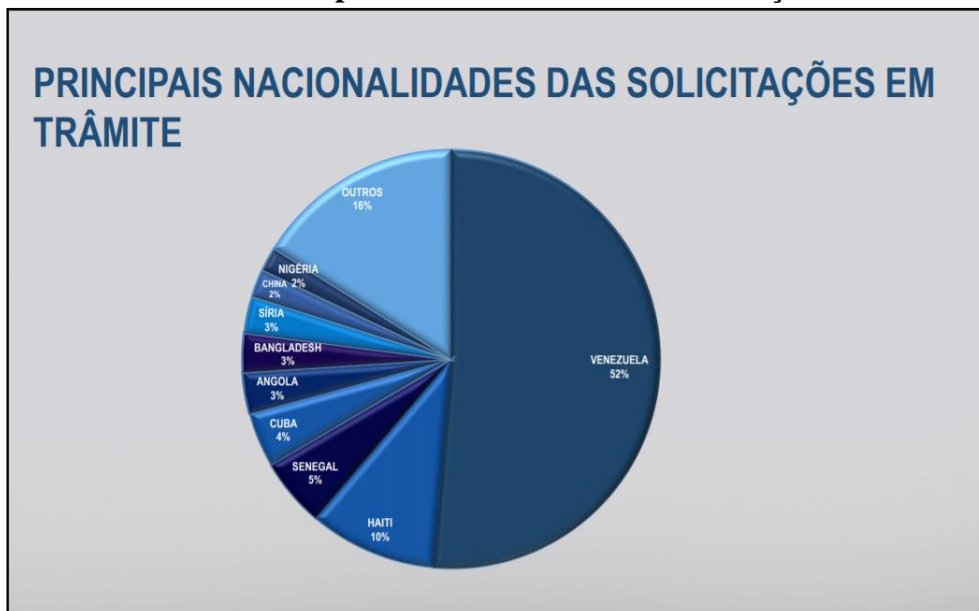
Gráfico 6 – Solicitações de Reconhecimento da condição de Refugiado (2011 – 2018)



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Segundo dados da Polícia Federal, mais da metade de solicitações em trâmite são oriundas de venezuelanos, conforme Gráfico 7, seguidos de haitianos, senegaleses e cubanos.

Gráfico 7 – Principais Nacionalidades das Solicitações em trâmite



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

No que se refere às principais nacionalidades demandantes de refúgio, é possível isolar os dados estatísticos de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado recebidas de haitianos. Percebe-se no Gráfico 8 que o auge foi atingido em 2014 com 16.779 solicitações, enquanto no último ano analisado atingiu 7.030 solicitações.

Gráfico 8 – Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado recebidas de Haitianos (2011 – 2018)



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Diferentemente dos haitianos, o fluxo de solicitações venezuelanas para o mesmo aspecto, no mesmo intervalo de período (2011 a 2018) é completamente distinto. Enquanto em 2011 houve 2.549 solicitações haitianas e apenas 4 venezuelanas, em 2018 ocorreram 7.030 haitianas e 61.681 venezuelanas, conforme Gráfico 9.

Segundo o ACNUR e a OIM (2019), o número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, sendo um dos maiores grupos populacionais deslocados no mundo. Houve, portanto, um aumento significativo de venezuelanos que era de cerca de 695 mil ao final de 2015 até 2018, o número de refugiados aumentou quase um milhão¹.

Dentre os países latino-americanos que estão recebendo esta população da Venezuela, o Brasil recebeu 168 mil. A Colômbia é a que mais acolhe, respondendo cerca de 1,3 milhão, seguida pelo Peru (768 mil) e o Chile (288 mil), além da Argentina (130 mil). Eduardo Stein, Representante Especial Conjunto do ACNUR e da OIM para refugiados e migrantes venezuelanos, afirma que este número alarmante revela a necessidade imprescindível de ajuda internacional às comunidades anfitriãs nesta crise sem precedentes.

Foi lançado o Processo de Quito, iniciativa regional criada por países latino-americanos para coordenação de respostas e facilitação da inclusão legal, social e econômico dos refugiados venezuelanos. Além disso, o Plano Regional Humanitários de Resposta para

¹ Segundo o site *Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela* o número oficial de refugiados e migrantes da Venezuela, em agosto de 2019, era de 4.296.777, enquanto o número de permissões de residência e de estâncias regulares concedidos era de 2.022.116.

Refugiados e Migrantes (RMRP) foi lançado em dezembro de 2018 para complementar estes esforços e é o primeiro deste tipo no território americano.

O RMRP também é considerado um apelo para financiamento, uma vez que há a convocação de instituições financeiras internacionais, sendo concentrado em quatro áreas principais: “assistência emergencial direta, proteção, integração socioeconômica e cultural e fortalecimento das capacidades dos países de acolhida.” (ACNUR, 2018).

“Os venezuelanos que conheci durante minhas visitas falavam da fome, falta de acesso a cuidados médicos, insegurança, ameaças, medo. São famílias, mulheres sozinhas, crianças, meninos e meninas, todos em condições de extrema vulnerabilidade. Todos eles não viram outra opção senão deixar seu país – às vezes andando por dias – buscando viver com dignidade e construir um futuro”, Eduardo Stein (2018).

O Gráfico 9 também confirma que, embora este fluxo de Venezuelanos já aconteça há alguns anos, estes movimentos se expandiram entre 2017 e 2018 de maneira exponencial. De acordo com o ACNUR, em 2018 em média 5.500 venezuelanos deixaram o país por dia. Para esta situação complexa com rápidos desdobramentos, exige-se uma atuação urgente. O ACNUR afirma que a necessidade de aporte ao RMRP totaliza US\$ 738 milhões em 2019; as intervenções alcançarão 2,7 milhões de pessoas de 16 nacionalidades, sendo 2,2 milhões de venezuelanos e outras 500 mil pessoas em comunidades de acolhimento.

“Até o momento, a maioria dos refugiados e migrantes venezuelanos chegou inicialmente à Colômbia. Enquanto alguns permaneceram lá, muitos avançaram, principalmente rumo ao Equador, Peru e, em menor escala, Chile e Argentina. Enquanto isso, o Brasil se tornou outro importante destino. O México e países do Caribe e América Central testemunharam um número menor de chegadas, seja diretamente ou por meio de movimentos secundários. Essas tendências devem continuar em 2019.” (ACNUR, 2018).

Gráfico 9 – Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado recebidas de Venezuelanos (2011 – 2018)



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Há duas iniciativas voltadas ao refúgio venezuelano: o Brasil de Braços Abertos e a Operação Acolhida. A primeira foi assinada pelo Governo Federal brasileiro em janeiro de 2018, por meio de três Medidas Provisórias (nº 823/2018, nº 857/2018 e nº 860/2018), destinando-se R\$ 280,3 milhões para assistência a solicitantes de refúgio da Venezuela. Assim, ampliou-se a oferta de documentação, proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes e das pessoas com deficiência, abrigo, fornecimento de infraestrutura e saneamento, apoio a indígenas venezuelanos, interiorização voluntária a outros estados brasileiros e às comunidades de acolhida (MIGRARIO, 2019); (PLATAFORMA, 2019).

Criada pelo Governo Federal brasileiro em fevereiro de 2018 com apoio de agências da ONU e organizações da sociedade civil junto às Forças Armadas e ao Poder Público com o objetivo de operacionalizar a resposta humanitária às assistências emergenciais para o acolhimento de refugiados e migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade realizou trabalhos de ordenamento de fronteira, abrigo e interiorização. Em maio de 2019, de refugiados, refugiadas e migrantes da Venezuela no Brasil totalizam 178.575. As Solicitações de refúgio de venezuelanos e venezuelanas no Brasil são de 103.697, enquanto os Venezuelanos com visto temporário ou definitivo de residência no Brasil são 74.860 (PLATAFORMA, 2019).

Figura 5 – Refugiados e Migrantes da Venezuela



Fonte: Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (2019)

É possível perceber na Figura 6 o Relatório de movimentos assistidos, segundo a estratégia de interiorização dos venezuelanos com um total de 12.048 beneficiários, percebe-se o Rio de Janeiro com 744 venezuelanos, o que corresponde a 3,6% do total (PLATAFORMA, 2019).

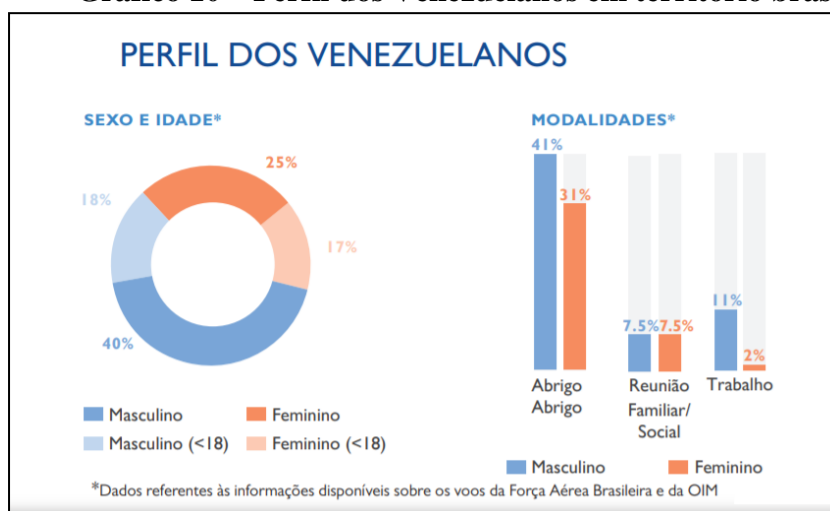
Figura 6 – Estados de destino de Refugiados e Migrantes da Venezuela beneficiários no Brasil



Fonte: Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (2019)

Tratando-se de perfil desta população venezuelana, tem-se 58% do gênero masculino, com maioria acima dos 18 anos de idade, com a maior parcela se deslocando a abrigos.

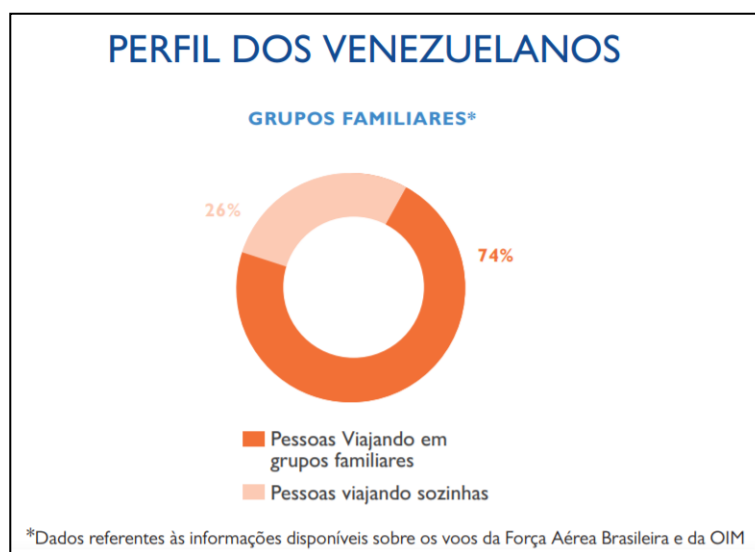
Gráfico 10 – Perfil dos Venezuelanos em território brasileiro



Fonte: *Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela* (2019)

Outro dado relevante é que a maioria desta população que se desloca em grupos familiares, correspondendo a 74% do total.

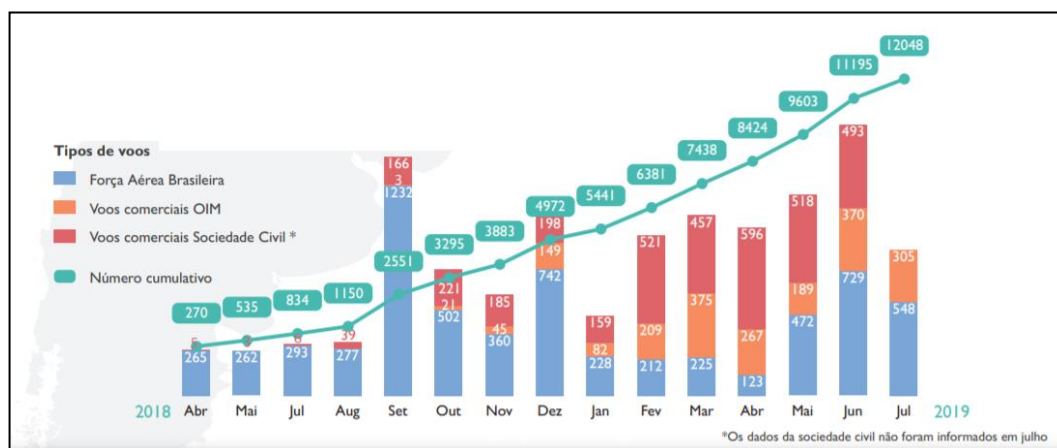
Gráfico 11 – Perfil dos Grupos Familiares Venezuelanos em território brasileiro



Fonte: *Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela* (2019)

A Força Aérea Brasileira (FAB), através da OIM e da sociedade civil quanto à cessão de aeronaves na logística de deslocamento desde o início da mobilização, em abril de 2018, a FAB agia de maneira isolada até o final do ano de 2018, quando a demanda cresceu, a participação da OIM e da sociedade civil passou também a ser expressiva.

Gráfico 12 – Tipos de voo para deslocamento de venezuelanos entre Estados brasileiros



Fonte: Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela (2019)

Em 2018 a Figura 7 aponta Roraima com 49.900 pessoas do país emigrante, além de 2.120 extinções de processos pelo CONARE e 809 processos arquivados.

Figura 7 – Situação da Venezuela e refúgio no Brasil em 2018



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Considerando os haitianos e venezuelanos como os maiores grupos populacionais solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados, no momento em que se exclui estas duas cidadanias, verifica-se uma nova composição numérica, conforme o Gráfico 13.

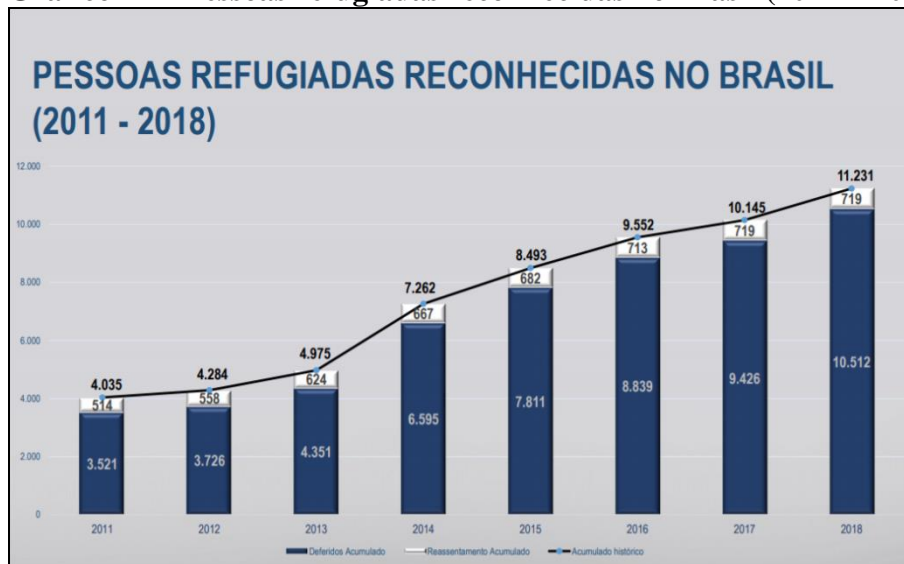
Gráfico 13 – Solicitações de Reconhecimento na condição de Refugiado por ano (2011 – 2018) sem Haitianos e Venezuelanos



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Analisando a totalidade de pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil, incluindo processos deferidos e reassentamentos, tem-se o Gráfico 14, no período de 2011 a 2018, com o total geral de 11.231 refugiados.

Gráfico 14 – Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil (2011 – 2018)



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Dividindo este quantitativo de reconhecimentos de pessoas refugiadas no Brasil por nacionalidade no período de 2011 a 2018, é percebido que os sírios e congoleses possuem os números mais expressivos, conforme Gráfico 15.

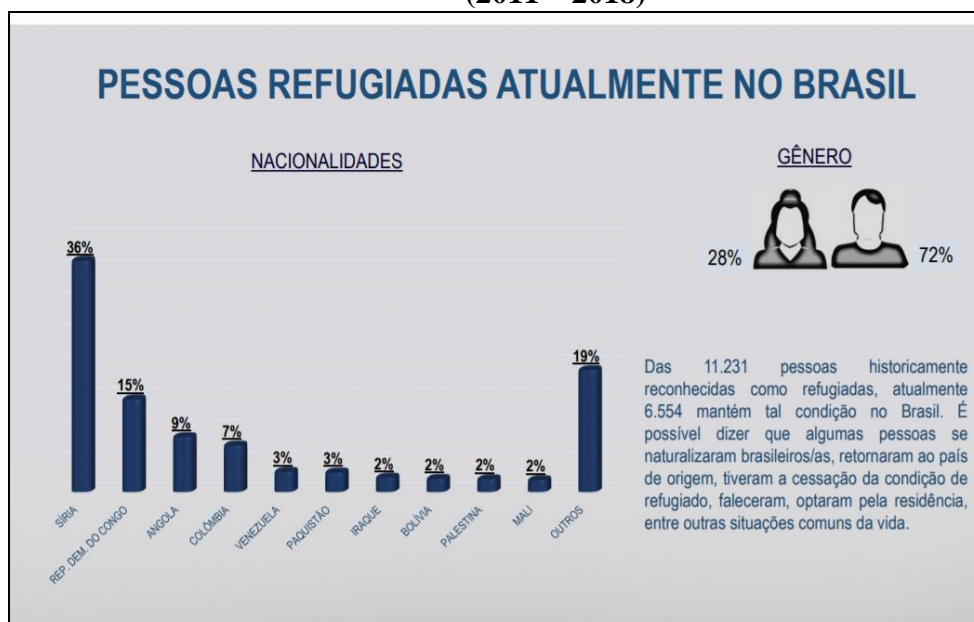
Gráfico 15 – Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil por Nacionalidade (2011 – 2018)



Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

Sírios e congoleses correspondem a 36% e 15%, respectivamente, destas 11.231 pessoas reconhecidas, no qual 72% são do gênero masculino.

Gráfico 16 – Pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil por Nacionalidade (2011 – 2018)



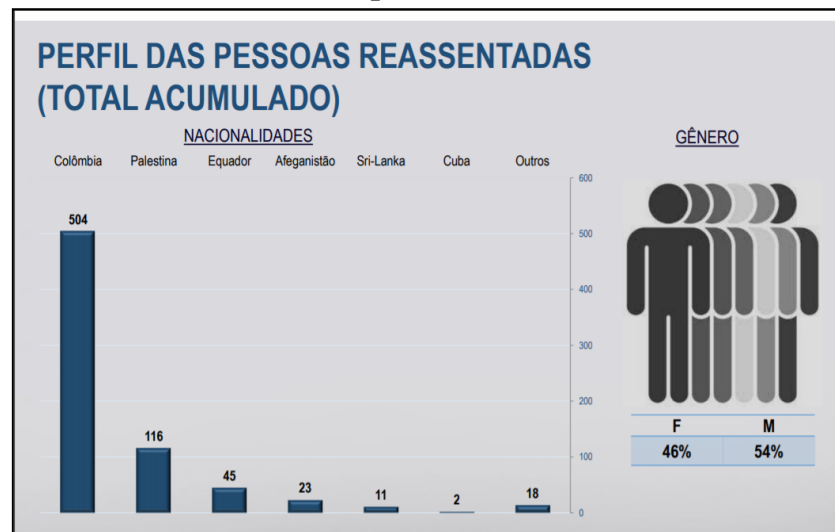
Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019).

Quanto ao número de pessoas refugiadas reassentadas pelo CONARE no período de 2011 a 2018, percebe-se que, curiosamente, no último ano não houve tal ação consolidada, mantendo-se o número do ano anterior, conforme Gráfico 17.

Gráfico 17 – Pessoas reassentadas pelo CONARE (2011 – 2018)

Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019).

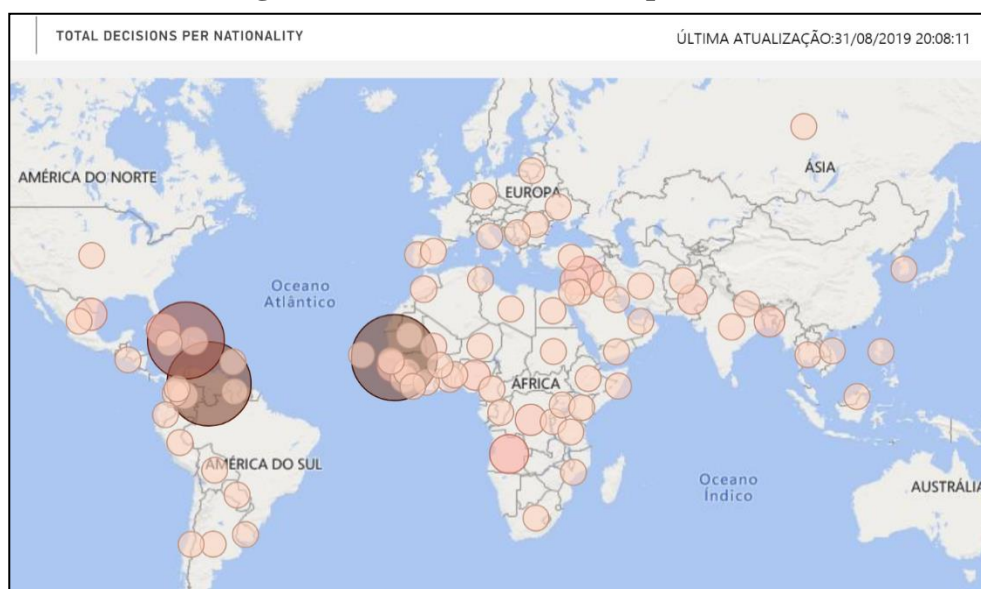
Quanto ao perfil destas pessoas reassentadas, mais da metade são provenientes da Colômbia e da Palestina. Considerando a análise de gráficos anteriores, conclui-se que as origens destes refugiados são, respectivamente, venezuelanos e sírios. Quanto ao gênero, 54% correspondem ao sexo masculino.

Gráfico 18 – Perfil de pessoas reassentadas (total acumulado)

Fonte: Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (2019)

A Figura 8 demonstra no mapa-múndi as decisões do CONARE por nacionalidade, percebendo-se que engloba 6 continentes, de maneira marcante na América e África, além de diversas concentrações na Europa e no Oriente Médio.

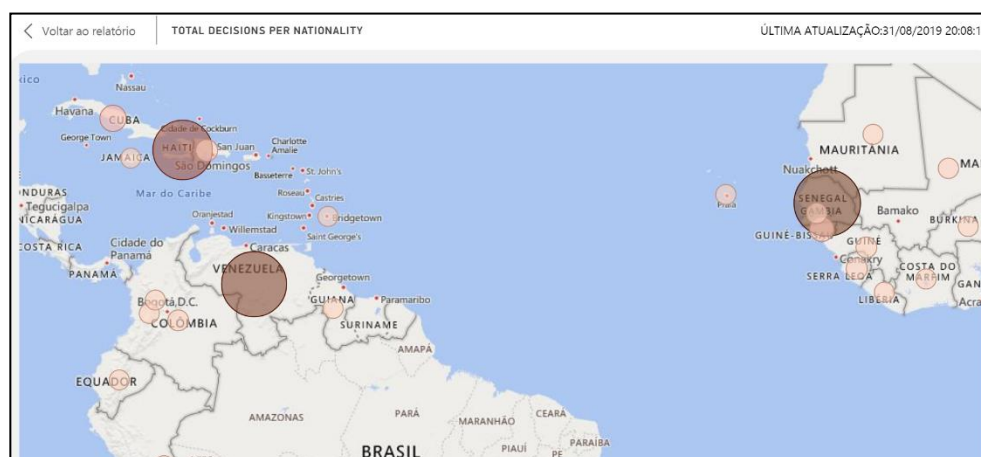
Figura 8 – Decisões CONARE por nacionalidade



Fonte: CONARE (31 de agosto de 2019)

A Figura 9 dá ênfase aos países com maior estatística de decisões no CONARE, são eles: Venezuela, Haiti e Senegal.

Figura 9 – Decisões CONARE por nacionalidade



Fonte: CONARE (31 de agosto de 2019).

Vale destacar declarações mais recentes quanto à política de receptividade de imigrantes por parte do Governo Brasileiro que, segundo relatório do Ministério da Justiça, entre 2011 e 2018, dos 774,4 mil imigrantes do Brasil, 492,7 mil são imigrantes que permanecem por mais de um ano no território brasileiro (os denominados “longo termo”). A maioria destes refugiados é oriunda do Haiti, Bolívia, Venezuela e Colômbia e o Ministro atribui a boa receptividade do Brasil pelo fato de ser formado por grande parcela de imigrantes africanos e europeus (GLOBONEWS, 2018).

Segundo o Coordenador-geral de Imigração Laboral do Ministério da Justiça, Luiz Alberto Matos dos Santos se por um lado os fluxos migratórios permaneceram estáveis nos últimos anos, por outro lado os imigrantes estão sendo empregados em maior quantidade. Entretanto, não há pesquisas que indiquem que a chegada de imigrantes no território brasileiro tem incitado a xenofobia, mesmo com aproximadamente 13 milhões de brasileiros desempregados. E há, segundo ele, três vezes mais brasileiros no exterior que estrangeiros no Brasil (GLOBONEWS, 2018).

Por outro lado, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomendou a suspensão imediata da Portaria nº 666/2019, que estabelece novos parâmetros e regulamentações para a Lei da Migração, sancionada em 2017. O alvo é qualquer "pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal", permitindo sua deportação sumária ou impedimento de ingresso no Brasil, exceto para casos em que há "vedação legal, como de estrangeiro casado com brasileiro ou com filhos brasileiros" (BRASIL, 2017).

O termo “pessoa perigosa” refere à qualquer sujeito envolvido em uma ou mais das cinco condições descritas a seguir: “envolvidos com terrorismo; grupo criminoso com acesso a armas; tráfico de drogas, pessoas ou armas; pornografia ou exploração sexual infanto-juvenil; e torcida organizada com histórico de violência em estádios esportivos”. Não haveria necessidade de já possuir sentença judicial, bastando a existência de investigação em curso. O acusado tem 48h para apresentar defesa ou deixar o país segundo esta nova portaria, enquanto na Lei de Migração a deportação ordinária concede um prazo mínimo de 60 dias para o acusado (BRASIL, 2017).

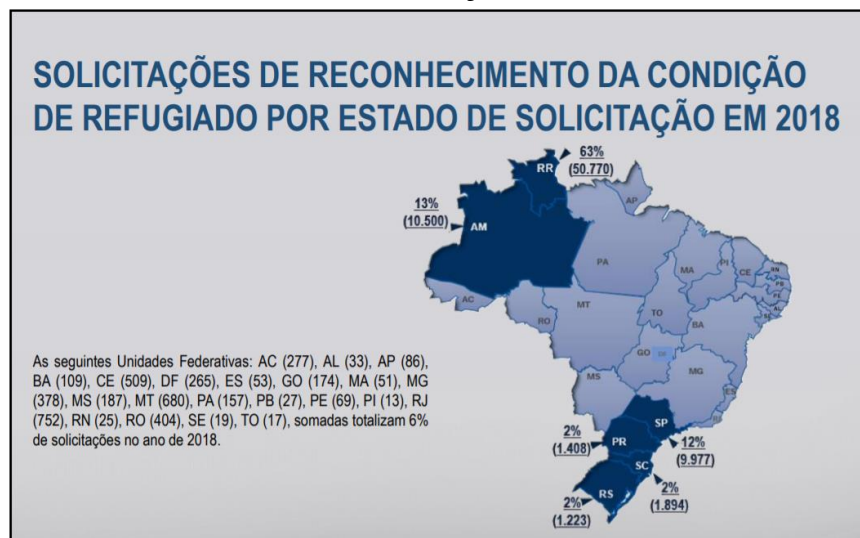
Neste sentido, esta nova portaria permite que tal procedimento seja realizado de maneira imediata, evitando quaisquer atos terroristas. Qualquer que seja o distanciamento físico que exista entre o país do imigrado e o Brasil, o sistema político brasileiro oferece prioridade ao tema de acolhimento a refugiados, o que muitas vezes se difere da política adotada por países fronteiriços.

2.1.3 As Organizações das Nações Unidas e o Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, assim como em todo o território brasileiro, há Organizações Parceiras cujas ações são essenciais para consumação das ações da Agência, uma vez que

facilitam o gerenciamento da complexidade das crises humanitárias. Assim como o Brasil acolhe refugiados, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) também participa desta crise humanitária mundial, recebendo um grande número de imigrantes. Segundo o Departamento de Polícia Federal (2019), em 2018 houve 752 solicitações de reconhecimento da condição de refugiados somente no território fluminense, conforme a Figura 10.

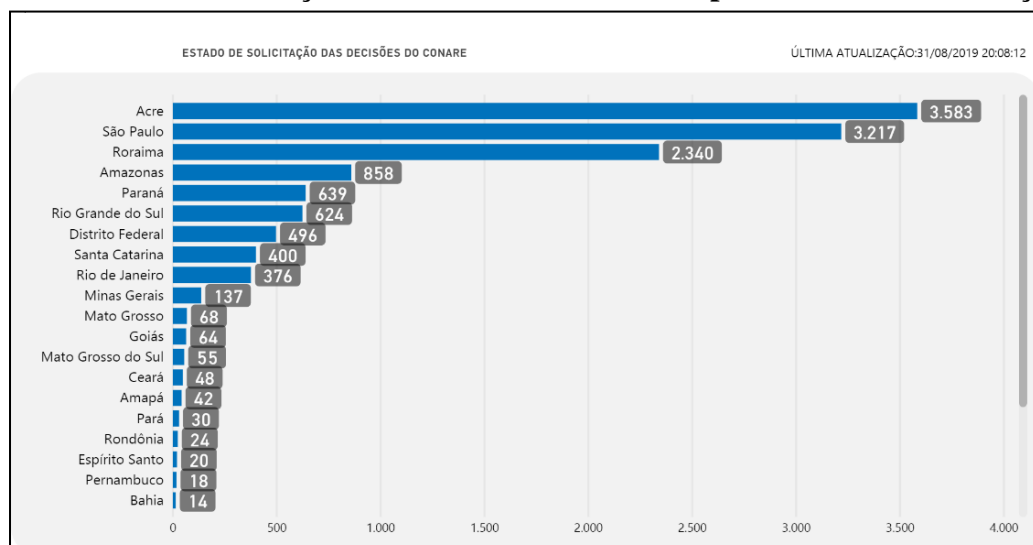
Figura 10 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por estado de solicitação em 2018



Fonte: Departamento de Polícia Federal (2019)

Segundo dados do CONARE de agosto de 2019 o Rio de Janeiro com 376 solicitações de decisões, estando em 9º colocação dentre os Estados da federação.

Gráfico 19 – Solicitações de decisões do CONARE por Estados da Federação



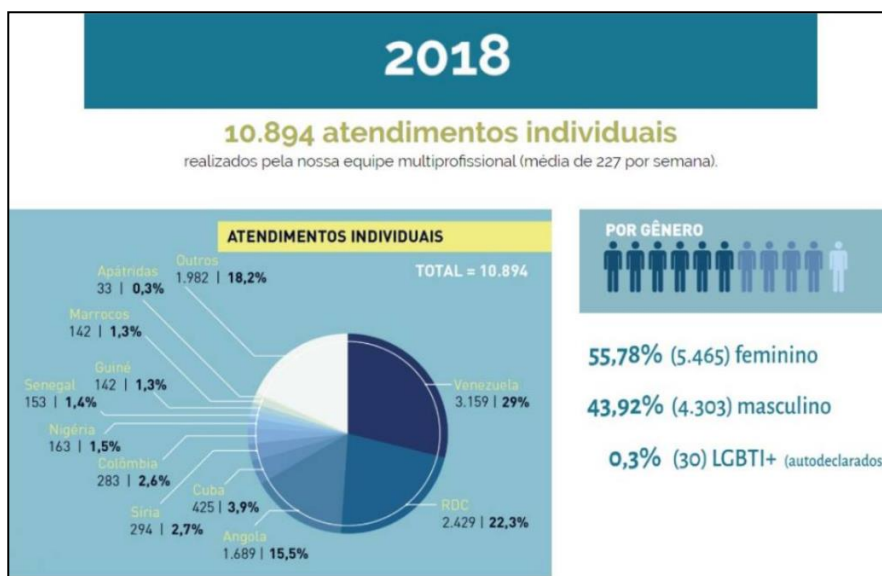
Fonte: CONARE (31 de agosto de 2019).

Considerando esta demanda crescente ao longo de vários anos, o Projeto de Lei 826/2015 levou à criação de uma Política Pública fluminense chamada Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro.

A Cáritas Arquidiocesana do RJ e o Museu do Amanhã são, oficialmente, as duas Organizações Parceiras fluminenses, selecionadas por processo público para desenvolvimento de projetos, tendo como foco a integração dos refugiados. Elas oferecem assistência direta e apoio a eles e aos solicitantes de refúgio no país.

Segundo a PARES Cáritas RJ, em 2018 houve 10.894 atendimentos individuais, realizados pela equipe multiprofissional, isto é, 227 atendimentos semanais. Destes atendimentos, 55,78% foram ao gênero feminino (5.465), enquanto 43,92% se destinaram ao gênero masculino (4.303), com 0,3%, ou seja, 30 pessoas autodeclaradas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas *trans* e *intersex*).

Gráfico 20 – Atendimentos da PARES Cáritas RJ em 2018



Fonte: PARES Cáritas RJ (2019)

Igualmente, o ACNUR e o CONARE atuam em cooperação entre si e em coordenação com os governos federal, estaduais e municipais. Tais alianças contribuem para a formulação de políticas sobre refúgio e de normas, que esclarecem os termos da legislação nacional sobre o assunto.

Com a aprovação do PEAR/RJ no ano de 2014 começou um trabalho conjunto entre diversas Secretarias Estaduais, cujas diretrizes e ações buscam garantir os direitos dos refugiados. O Plano, elaborado pelo Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do RJ é, sem dúvida, um modelo, exemplo teórico e prático de Política

Pública garantidora de direitos e garantias, não somente quando da chegada de refugiados ao território e também de sua permanência.

Desse modo, as mais recentes diretrizes estaduais para a consolidação da proteção e dos direitos básicos dos refugiados que estão em nosso território incluem o lançamento, por parte da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, da cartilha “Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio no Brasil”, na última semana de novembro de 2018 complementada pelo Projeto de Lei n 826/2015, que visa criar o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado, visando facilitar sua adaptação no território fluminense.

2.1.4 A atuação das Secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro

O efeito gerado pela chegada e permanência de refugiados no RJ foi uma ramificação de responsabilidades dentro do Governo do Estado. Assim, atribuições foram assumidas por parte de algumas das Secretarias Estaduais. Tais atribuições foram enumeradas no Anexo ao Decreto nº 44.924, de 22 de agosto de 2014, decreto este que aprova o próprio Plano Estadual. Seu conteúdo encontra-se transcrito no Anexo C deste trabalho.

Na teoria, possui orientações em seis Eixos Temáticos: documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural/conscientização da temática. Cada um destes eixos temáticos é alinhado a Diretrizes, Objetivos, Ações e Produtos.

Figura 11 – Eixos Temáticos do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio



Fonte: Elaboração própria da Pesquisadora.

Respectivamente, tais responsabilidades seriam designadas da seguinte maneira:

- 1) Documentação: Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR) e à Secretaria de Estado de Segurança (SESEG);
- 2) Educação: atribuídas atividades à CEIPAR e à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC);
- 3) Emprego e Renda: CEIPAR e Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB);
- 4) Moradia: Atividades com a supervisão da CEIPAR e da Secretaria de Estado de Habitação (SEH);
- 5) Saúde: Incumbências por parte da CEIPAR e da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
- 6) Ambiente Sociocultural e Conscientização para a temática: tarefas delegadas à CEIPAR, à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).

Este trabalho expõe dois Anexos complementares referentes à listagem de Secretarias Estaduais e Órgãos subordinados ao Governo do RJ. O primeiro foi apensado quando do término de confecção do Projeto de Pesquisa, em dezembro de 2018, e o seguinte, uma nova versão de julho de 2019. Isso demonstra algumas diferenças na Estrutura de Governo ao longo da confecção da dissertação, com distintas nomenclaturas dadas a uma mesma secretaria em momentos variados de gestão governamental, nomenclaturas estas que serão identificadas ao longo da análise de cada uma das atuações das secretarias.

Desta maneira, ao longo dos próximos tópicos serão desmembradas as atuações de cada um destes setores governamentais, suas incumbências e algumas transformações internas sofridas com a mudança de governo.

2.1.4.1 Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes

Inicialmente denominado Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), passou a ser o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM), um órgão vinculado à Secretaria de Estado de

Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). O Comitê garante não só os direitos básicos humanitários, mas também a integração local de migrantes refugiados e apátridas e a promoção de liberdades fundamentais.

Os atuais membros do CEIPARM são: Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, ocupando a presidência, e Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Institucionais.

Outros membros estaduais são: Comissão dos Direitos Humanos da ALERJ, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; além dos Órgãos Federais: Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Justiça, representado pelo CONARE.

Há também participação da Sociedade Civil: PARES Cáritas RJ, Coletivo Migrações Rio, filial RJ da Cruz Vermelha Brasileira, Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ, seccional do RJ da Ordem dos Advogados do Brasil, Pastoral Migrante, Associação Mawon e ONG África do Coração.

Organizações Internacionais também participam do CEIPARM: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Mundial das Migrações (OIM).

Segundo o Decreto Estadual n 42.182, de 11/12/2009, que aprova o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro, cabendo ao Comitê elaborar, implementar e monitorar o PEAR/RJ, além de articular convênios com entidades governamentais e não governamentais, busca assistir aos refugiados em todas as suas necessidades. Além disso, o CEIPARM também acompanha os processos de encaminhamento e acolhimento dos casos que se apresentarem para o Estado do RJ.

Segundo o site do ACNUR, o CEIPARM foi instaurado em 2009, através do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo constituído de órgãos governamentais de nível federal e estadual, organizações da sociedade civil, bem como a ONU. Por meio de reuniões bimestrais, há o monitoramento e a execução do PEAR/RJ, atuando em seis temas: documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural.

A partir do histórico que consta no site IKMR (*I know my rights*), o CEIPARM foi instituído em 2010, a fim de garantir a promoção dos direitos dos refugiados e solicitantes de refúgio que se encontram no território fluminense (IKMR, 2014). Porém, na prática, iniciou as atividades 2014, com mudanças estruturais a fim de obter uma implementação mais ágil do

Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados.

Desta maneira, o poder público pode mais facilmente se mobilizar, se articular e executar as ações que promovam a melhoria da qualidade de vida daqueles que optaram por buscar refúgio no RJ. Ademais, o CEIPARM acelera a articulação de diferentes convênios com entidades, governamentais e não governamentais, acompanhando os processos de acolhimento no RJ.

Convém lembrar que, quando do início das atividades do CEIPARM², o PEAR/RJ havia sido aprovado pela Assessoria Jurídica do Governo e ainda aguardava a anuência de todas as secretarias estaduais envolvidas no que se refere às suas responsabilidades de atuação, a fim de posterior publicação no Diário Oficial do Governo do Estado. Porém, antes mesmo desta publicação oficial, os Grupos de Trabalho já estavam atuando na aplicação de ações definidas pelo plano. IKMR afirma ainda que:

“após a consulta pública, realizada em 2012, o Comitê organizou-se em seis grupos de trabalho, um para cada eixo temático previsto no Plano Estadual: Documentação, Educação, Trabalho e Renda, Moradia, Saúde e Ambiente Sócio-Cultural e Conscientização. Os grupos se reunirão periodicamente para definir uma ação que deve ser realizada até a reunião seguinte. A próxima acontecerá no dia 15 de maio [de 2014].”

Por fim, uma reportagem disponível é a do Boletim informativo sobre acontecimentos do Serviço Pastoral do Migrante em todo o país, de agosto de 2017. No artigo, destaca-se uma reunião mensal do CEIPARM ocorrida nas dependências do Ministério Público do Rio, conduzida, pela primeira vez, por representantes do ACNUR e do CONARE em Brasília, por meio de teleconferência. Esta participação inédita pode direcionar os esforços locais aos nacionais.

2.1.4.2 Secretaria de Estado de Segurança

Quando da criação do PEAR/RJ, a Secretaria Estadual de Segurança (SESEG) abrangia diversos Órgãos Estaduais, conforme Anexo I deste trabalho. Dentre eles, destacam-

² Assim, o CEIPARM é composto pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e Renda, Saúde, Educação e Segurança, como também pela Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados do Brasil, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

se a Polícia Militar RJ e a Polícia Civil RJ.

Considerando que, segundo o Anexo ao Decreto nº 44.924 de 22 de agosto de 2014, que delega à SESEG a responsabilidade do Eixo Temático Documentação, é possível identificar que tal atividade foi delegada a essa Secretaria uma vez que as Polícias Militar e Civil teriam grande facilidade de comunicação com a Polícia Federal, órgão este oficialmente responsável pelos trâmites documentais de imigrantes e refugiados.

Ao longo deste trabalho foi possível realizar entrevista com o ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro Ubiratan Ângelo, que atualmente responde pela Direção de Segurança Humana da Viva Rio. Ele explicou que o trâmite entre refugiados e a Polícia Federal é fácil e rapidamente realizado por um membro da própria Viva Rio. Por outro lado, desconhece que a Polícia Militar RJ tenha tido qualquer responsabilidade perante ações que envolvessem documentações de refugiados.

Segundo ele, não haveria qualquer tipo de Programa voltado a refugiados, do qual a Secretaria de Segurança pudesse fazer parte, nem no nível municipal, nem estadual, tampouco federal, uma vez que o próprio país não havia se preparado para tal cenário.

2.1.4.3 Secretaria de Estado de Educação

Pode-se afirmar que as providências estabelecidas em busca de contato com a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), para o entendimento de aspectos práticos da promoção de acesso à educação por parte da população refugiada, foram realizadas inicialmente diversas tentativas de contato, sem êxito. Estas primeiras investidas foram por meio de e-mails institucionais da Central de Relacionamento e da Ouvidoria da SEEDUC.

Após novo contato telefônico com o número direto do Gabinete da SEEDUC, obteve-se, finalmente, o e-mail para contato com os assessores do próprio Secretário. Assim, foi novamente remetido e-mail à secretaria, desta vez para o endereço orientado, via telefone; na introdução da apresentação, esta pesquisadora se identificou como Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e integrante da Secretaria Estadual de Saúde.

Até o término deste trabalho não foi possível realizar contato com a Secretaria, a fim de adquirir dados mais recentes acerca do assunto. Portanto, essa Secretaria não fez parte da investigação concretizada.

2.1.4.4 Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

Atualmente denominada Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Institucionais, sua missão é a melhoria do ambiente de negócios no Rio de Janeiro, tornando-o propício à geração de novos empregos, ao crescimento, à rentabilidade e ao fomento de novas tecnologias. Tal Secretaria foi objeto da pesquisa realizada.

De maneira geral, pode-se dizer que o trabalho tem como principal finalidade a construção de identidade do cidadão. E, para que isso possa ser consolidado, uma prioridade é a diversificação da economia fluminense, a valorização das vocações econômicas regionais e o fortalecimento das cadeias produtivas do Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento de Políticas Públicas, programas e projetos que estimulem o empreendedorismo e novos modelos de negócios, voltados para o desenvolvimento econômico e para a geração de emprego e renda, a Secretaria de Desenvolvimento espera criar inúmeras e diversificadas oportunidades para o Estado.

Para o entendimento dos encargos desta secretaria, foi necessário o acesso a várias reportagens disponíveis no próprio *website* do Governo do Estado. Segundo os noticiários oficiais, podem-se demonstrar ações exclusivas de atendimento voltadas ao acolhimento e protocolos que certificam as incumbências executadas perante as demandas.

Segundo o site do Governo do Rio de Janeiro, a SETRAB acompanhou, em outubro de 2018, o Programa de Interiorização dos Refugiados e Imigrantes Venezuelanos no RJ, em conjunto com o Ministério do Trabalho. Implantou-se o plano já em novembro do mesmo ano àqueles imigrantes que tiveram acesso ao Brasil pela fronteira com Roraima. Por meio de emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cadastramento para Intermediação de Mão de Obra para vagas no Mercado de Trabalho e inscrição em cursos na escola do Trabalhador, o Plano absorveu 85 imigrantes.

O Secretário da SETRAB supervisionou o andamento da implantação do Plano e reiterou que a importância desta ação, que se baseia no compromisso do Governo do Brasil no amparo a imigrantes e refugiados, por meio da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Assim, para o equacionamento da dificuldade, tem-se um protocolo com ações definidas, cujo objetivo é apoiar os refugiados da Venezuela que adentraram o Brasil por Roraima, garantindo-lhes dignidade.

Assim, considerando o “esgotamento da capacidade de absorção dos imigrantes em Boa Vista (RR)”, segundo a reportagem explica, o plano redistribuiu famílias venezuelanas e

a operação de interiorização foi planejada em quatro etapas: cadastramento transporte para deslocamento às áreas de instalação, abrigo e inclusão socioeconômica. Segundo Cláudia Maria Alves Cunha, Coordenadora Técnica do Sine-RJ, a meta é a interiorização de, no mínimo, 3.3 mil refugiados e imigrantes, cabendo ao Governo do Estado a intermediação da mão de obra, e havendo também o apoio da Cáritas e da Aldeias Infantis SOS Brasil.

Desta maneira, parte deste acolhimento pelo Governo do RJ ocorreu na primeira quinzena de março de 2019, por meio da promoção de uma força-tarefa por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda (SEDEGER). O objetivo foi a integração de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho, e foi realizado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE), houve a promoção de duas atividades a vinte famílias (25 pessoas) venezuelanas vindas de Pacaraima, Roraima. Além do cadastramento para futuro acesso a vagas de emprego de acordo com cada perfil profissional, ofertaram-se também ações de qualificação profissional receberam instruções sobre entrevistas de trabalho, instruindo-se sobre comportamento em entrevistas de trabalho.

De maneira semelhante, na segunda quinzena de março deste mesmo ano, outra força-tarefa da SEDEGER atuou no atendimento de mais 32 venezuelanos, desta vez na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, na sede da Cáritas RJ. Eles foram devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Emprego, sendo auxiliados na obtenção de suas carteiras de trabalho e cartas de encaminhamento para entrevistas de emprego. Em março, totalizou-se 57 imigrantes atendidos. Pelo anteriormente exibido, pode-se entender a participação dessa Secretaria no processo de integração dos estrangeiros.

2.1.4.5 Secretaria de Estado de Habitação

A Secretaria das Cidades – nova nomenclatura do organismo governamental que aglutinou a antiga Secretaria Estadual de Habitação – é a responsável pela cessão de abrigos e facilitadora aos refugiados. De maneira semelhante, buscou-se entender de que maneira este órgão é responsável, no momento em que a população de imigrantes é requerente e recebe deferimento em autorizações de residência.

Assim, foi realizado contato telefônico com o Gabinete atual, quando se adquiriu o e-mail oficial do Secretário. Esta pesquisadora remeteu documentação oficial para agendamento

por meio de correio eletrônico contento assinatura oficial de servidora pública, e apresentando-se como sendo também membro do Governo do Estado.

Até o término desta pesquisa não se obteve êxito em resposta para realização de entrevista, a fim de obter a maneira de atuação desta secretaria perante a chegada e permanência de refugiados no território fluminense. Deste modo, essa Secretaria não participou da averiguação efetivada.

2.1.4.6 Secretaria de Estado de Saúde

É relevante esclarecer que a Secretaria Estadual de Saúde tem membro atuante no CEIPARM, Camila Estrela, Assessora Técnica de Participação Social e Equidade que foi entrevistada para essa pesquisa com o objetivo de coletar informações práticas acerca da participação da SES, dados estes que estão expostos no capítulo seguinte, referente às Entrevistas.

A atuação desta Secretaria no Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado, entende-se que cabe à SES assegurar uma gestão democrática do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de uma ampla participação popular. Aliando esta teoria com o fortalecimento do controle social, há a elaboração de Políticas Estaduais de Saúde de maneira justa, igualitária e universal. Assim, a missão da secretaria é a articulação do governo com a sociedade na estruturação de uma gestão participativa das políticas de saúde. Dentro do organograma da secretaria, a Assessoria Técnica de Gestão Estratégica e Participativa incorpora a Subsecretaria Geral, e desenvolve seu trabalho em parceria direta com Auditoria, Ouvidoria, Planejamento, Área Técnica das Populações em Situação de Vulnerabilidade, Mobilização Social em Vigilância Sanitária e Conselho Estadual de Saúde.

O atual sistema de saúde pública do Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), foi estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e tem como um de seus princípios fundamentais, a universalidade. Conforme o artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, portanto, a universalidade é a garantia de acesso de toda a população aos serviços de saúde, em todos os níveis de assistência. Ou seja, todos devem ter acesso gratuito, não importando o sexo, idade, religião, raça, cor, origem ou nacionalidade. Quando se trata de saúde pública, é garantido que qualquer pessoa seja atendida, mesmo sem portar qualquer documento de identificação (BRASIL, 1988).

A Assessoria Técnica da SES se baseia na Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, legislação esta que tem como princípios a reafirmação da responsabilidade do Estado de diretrizes voltadas à universalidade, equidade, integralidade e participação social, garantindo consolidação de Políticas Públicas de saúde e de inclusão social.

Desta maneira, é possível a integração das medidas de aprimoramento da gestão do SUS nas três esferas de governo e a promoção da equidade na atenção à Saúde é direcionada especificamente às Populações em Situação de Vulnerabilidade. Dentre elas, tem-se o suporte à População Negra, População da Floresta, População em Situação de Rua, Privados de Liberdade e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT).

A estratégia de atividades realizadas pela SES é direcionar por Regiões de Saúde e é uma ferramenta eficaz para o entendimento das realidades de cada município, das demandas necessárias e o planejamento substancial para o avanço. Desta maneira, o diálogo e a integração entre as gestões estadual e municipal e estadual é fundamental para o fortalecimento das ações elaboradas. Para isto, há nove Comissões Intergestores Regionais, subordinadas à Assessoria de Integração Regional da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

Em 2016 foi disponibilizado uma ferramenta de defesa de direito dos usuários, voltado ao tema “Refugiados”, que faz parte dos debates dos Comitês de equidade, além de disponibilizado um cartaz *on line*, o que facilitou as explicações por parte das Unidades de Saúde, por conter textos em inglês, francês, árabe e ioruba (idioma falado por diversos países da África Ocidental), conforme Figura 12.

Figura 12 – Cartaz de Defesa de Direito dos Refugiados da SES



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

E, finalmente, segundo reportagem no site da Secretaria Estadual de Saúde RJ de 2017, Camila Estrela, Assessora Técnica de Participação Social e Equidade e representante da secretaria no CEIPARM, a SES RJ desenvolveu uma pesquisa em parceria com a UERJ sobre saúde da população refugiada, através da parceria com a Superintendência de Atenção Básica e os municípios do Rio de Janeiro (Brás de Pina), Duque de Caxias (Gramacho) e São Gonçalo (Jardim Catarina).

Dessa forma, essa autora teve na Secretaria Estadual de Saúde o apoio necessário para realizar sua pesquisa e agradece a todos que, de alguma forma, contribuíram com esta investigação, seja por meio dos questionários, seja pelas entrevistas, acrescentando suas prestimosas experiências em prol deste trabalho.

2.1.4.7 Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Atualmente denominada Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH), a antiga Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos compõe não só a Presidência, mas também a Secretaria Executiva do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos tem a função de coordenar e operacionalizar as Políticas Públicas de assistência e responsabilidade social, juntamente com a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A atuação desta Secretaria é indispensável na gestão da aplicação das diretrizes, objetivos e ações do PEAR/RJ. Por meio da realização de uma entrevista com um membro da SEDSDH, descrita no item 2.2.1, além da participação do evento oficial mais recente referente ao tema, pormenorizado no item 2.2.2, será possível analisar a efetividade das intervenções desta pasta.

Considerando que esta secretaria é a gestora da pasta referente ao eixo temático “Ambiente Sociocultural e Conscientização para a temática”, vale o entendimento da terminologia referida. O termo “sociocultural” é utilizado para referir-se a qualquer processo ou fenômeno relacionado com os aspectos sociais e culturais de uma comunidade ou sociedade fluminense. Desta forma, um elemento sociocultural tem a ver exclusivamente com as realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida comunitária como para

dar ao imigrante significado para sua permanência no Rio de Janeiro. Desse modo, um elemento sócio-cultural terá a ver exclusivamente com realizações humanas que podem servir tanto para organizar a vida em comunidade e dar significado a ele.

Quando se aplica o adjetivo de sócio-cultural a algum fenômeno ou processo, refere-se a uma realidade construída pelo homem, que pode ter a ver com como as pessoas interagem entre si, o ambiente e outras sociedades. Neste sentido, o progresso ou a criações sócio-culturais do imigrante, desde os primeiros dias da sua chegada ao Rio de Janeiro, podem ser diferentes formas de organização e hierarquia social, as diversas expressões artísticas locais, a conhecimento de instituições que têm ordem objetiva de vida em comunidade, o estabelecimento de padrões de comportamento moral, o desenvolvimento de estruturas de religião e pensamento, a criação de sistemas educacionais, etc.

Segundo o Direito Internacional, refugiados são aqueles que atravessam as fronteiras dos países em busca de proteção, diante de uma conjuntura de confronto ou de crise em seu país de origem. Conceito semelhante e mais amplo é o da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), cujo significado é expresso como:

“[Refugiados] são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados”.

Cortina (2017) analisa de que maneira os pobres causam incômodo na sociedade em que são inseridos. Cortina afirma que os que carecem de poder, os que não possuem habitações são vulneráveis ao extremo e não possuem um espaço de intimidade, fazendo com que sejam necessários programas para que o problema seja evitado. Isto porque, segundo a autora, “dar nomes às realidades sociais perversas, como a rejeição ao pobre, é fundamental para acabar com elas” (CORTINA, 2017, p. 11).

O termo “aporofobia” foi incluído em dezembro no mesmo ano no dicionário da Real Academia Espanhola, sendo também escolhida como a palavra do ano pela Fundação do Espanhol Urgente (Fundéu), uma vez que estava ajudando a “transformar a realidade”. E, enquanto o Ministério do Interior espanhol já havia incluído a aporofobia como crime de ódio, o Senado espanhol votava, na mesma época, para incluí-la como agravante no Código Penal local, assim como a islamofobia e o racismo.

3 Metodologia

A finalidade deste capítulo foi descrever o caminho percorrido ao longo da presente pesquisa, o qual foi realizado dentro de um processo científico pautado em procedimentos metodológicos. Neste mister, esta seção destina-se a apresentar de maneira clara e detalhada de como se pretenderá solucionar o problema de pesquisa elencado, bem como descrever os critérios, instrumentos e estratégias a serem empregados ao longo deste esforço, estando dividida da seguinte forma: Delimitação do Estudo, Apresentação e Descrição do Método a ser Utilizado, Premissas Básicas Adotadas e Limitações do Método (KAHLMAYER-MERTENS, 2007) .

3.1. Delimitação do estudo

A fim de uma delimitação mais clara do problema, tem-se o estudo direcionado ao Poder Executivo fluminense, uma vez que nele estão subordinadas 19 Secretarias Estaduais, além da Controladoria Geral do Estado, da Procuradoria Geral do Estado, e da Defensoria Pública Geral do RJ.

O critério adotado para a definição dos limites do problema foi a relevância da atuação de tais Secretarias, que possuem características peculiares que direcionarão o tema proposto. Ao longo do trabalho foram citadas as atuações dos Poderes Legislativos e Judiciário, uma vez que suas deliberações proporcionam a consolidação das decisões dos membros do Executivo. As entrevistas realizadas e a participação em encontros permitiram verificar a participação de atores não governamentais tais com a Viva Rio, Cáritas RJ, bem como elementos Federais, Estaduais e Municipais atuando conjuntamente em busca em uma adequada recepção aos imigrantes que chegam no território fluminense. Enfim, o Anexo I consolida a configuração da atual estrutura do Governo e do Poder Executivo fluminense.

3.2 Apresentação e Descrição do Método utilizado

A presente pesquisa foi alicerçada em um método de pesquisa indutivo, partindo-se de dados particulares constatados para tentar encontrar uma verdade de aceitação geral. O método utilizado foi um estudo de caso único, cuja pesquisa qualitativa pode ser definida como descritiva e exploratória, uma vez investigados dados para comprovar os argumentos expostos.

Segundo Yin, o estudo de caso “é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência” (YIN, 2009, p.23).

Quanto à forma de abordagem do problema cuja resposta se desejou buscar, a pesquisa foi qualitativa, pois se considerou que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo entre ambos que não pode ser traduzido em números. Entende-se que não requer o uso intensivo de métodos e técnicas estatísticas.

Além disso, quanto aos meios, a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo com consulta a literatura e periódicos, coleta de dados por meio de entrevistas e observação direta e análise de dados. Enfim, a pesquisa foi bibliográfica, de campo e estudo de caso. Pesquisa bibliográfica para o referencial teórico disponível em livros, dissertações, ensaios, trabalhos acadêmicos, relatórios internos e periódicos especializados. Pesquisa de campo com entrevistas e participação em um debate oficial sobre o tema (IYN, 1989).

Estudo de caso, pois a pesquisa foi realizada nas Secretarias do Governo do Estado do Rio de Janeiro e ONGs fluminenses que tratam da temática. Assim, uma análise e a combinação dos dados obtidos de diversas fontes, com triangulação, evita quaisquer distorções, principalmente as decorrentes de viés dos informantes, e produz resultados mais estáveis e confiáveis (YIN, 2009).

Para a escolha dos entrevistados, foi realizada uma seleção de participantes não probabilísticos e intencionais, personagens estes governamentais e diretamente envolvidos na atuação conjunta de acolhida e na permanência dos refugiados.

O instrumento de coleta de dados empregado foi a entrevista semiestruturadas, realizadas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado em diversos níveis.

O contato pessoal com os colaboradores foi priorizado e, na complementação, foi

feito uso da internet, a qual demonstrou grande utilidade, sobretudo evitando grandes deslocamentos e anulando a limitação de tempo para responder algumas perguntas.

Para a escolha dos participantes da pesquisa qualitativa, foi escolhida uma amostra de diferentes entes públicos e organizações não governamentais de notório conhecimento. Tais participantes são: Senhora Rebeca Almeida (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e membro do Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes), Senhora Camila Estrela (Secretaria Estadual de Saúde e membro do CEIPARM), Senhor Rubem Cesar (Fundador e Presidente da Viva Rio), Senhor Ubiratan Ângelo (Diretor de Segurança Humanitária da Viva Rio), e Senhor Wildouard Jean Baptiste (Coordenador Operacional do Haiti Aqui e Assistente Administrativo do Pérolas Negras). O procedimento escolhido para complementar o referencial teórico no entendimento dos contornos do problema foi a seleção de especialistas que possuem notório conhecimento sobre o tema (YIN, 1989).

Além disso, houve uma observação direta por meio da participação em evento oficial da Cáritas RJ, que contou com a presença de membros de diferentes instituições que lidam diretamente com os protocolos de acolhimento e encaminhamento de refugiados. São eles: membros da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, uma solicitante de Refúgio da Venezuela, uma representante do ACNUR Brasil, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, além de um membro no Ministério Público do Trabalho e o depoimento de um Refugiado do Marrocos, além de um membro da própria PARES Cáritas RJ (KAHLMAYER-MERTENS, 2007).

Concomitantemente, foram realizadas explorações das legislações aplicáveis ao tema, juntamente com análises documentais nos arquivos que forneceram subsídios para a inclusão de procedimentos específicos aos direitos dos refugiados assim como um estudo minucioso mediante leitura e análise de literatura especializada nacional e estrangeira. É importante registrar, contudo, que uma dificuldade encontrada tem sido a escassez de trabalhos acadêmicos jurídicos que tratem, com a devida profundidade, sobre a temática das Políticas de Atenção aos Refugiados no Brasil (BARDIN, 2016).

3.3 Premissas Básicas Adotadas

Quanto à sua natureza, este trabalho poderá ser classificado como uma pesquisa do tipo aplicada, pois seu objetivo gerará conhecimentos com aplicação prática, voltados à solução de problemas reais específicos (KAHLMEYER-MERTENS, 2007) .

Quanto ao objetivo geral deste trabalho, esta será uma pesquisa do tipo descritiva, pois ela visará aumentar o conhecimento existente relacionado ao tema por meio do estabelecimento da relação entre as variáveis em estudo.

Os procedimentos técnicos escolhidos serão a pesquisa bibliográfica e documental, realizada por intermédio do levantamento e da seleção da bibliografia afeta ao tema, e da leitura, da coleta e do fichamento dos dados. Estes procedimentos permitirão a análise e a síntese do conhecimento materializados em um referencial teórico atual e pertinente, o qual embasará a argumentação e a discussão dos resultados a serem alcançados. Além do exposto, buscou-se ampliar o espectro de conhecimentos colhendo a opinião embasada de entrevistados de notório conhecimento (YIN, 2009).

Consoante o estudo a ser realizado, há necessidade de entender que haja uma possível relação entre a atuação do Governo do RJ e uma redução dos possíveis óbices estabelecidos aos refugiados que possam chegar e permanecem seu território.

Assim, a premissa básica adotada é que um refugiado que venha para o RJ tem que ser recepcionado, identificado, triado, imunizado e acolhido. E poderão permanecer na sociedade fluminense como cidadãos integrados e úteis à comunidade, minimizados os problemas decorrentes de fluxo migratório (LEE, 1989).

3.4 Limitações do Método

Com base no estudo a ser realizado, uma das limitações é a impossibilidade de acesso a membros participantes da fase inicial de implantação do PEAR/RJ. Isto porque o ano de 2019 houve uma transição entre Governos, com a posse de um novo Governador, o que levou a uma substituição parcial dos servidores envolvidos no processo (BARRETO, 2010).

Outro fato limitador do Projeto de Pesquisa é uma possível carência de literatura,

tanto nacional, quanto internacional, sobre o assunto, reduzindo a pesquisa instrumental a consultas a periódicos, ou a entrevistas com especialistas, como já descrito anteriormente. Além disso, outro fator limitador da pesquisa foi a dificuldade de comunicação com algumas secretarias estaduais, a fim de realização de entrevista. Porém, uma coleta extraoficial de dados foi realizada quando da participação de seminário com abordagem do tema por diversos órgãos internacionais e regionais, possibilitando colher versões sobre a atuação destas secretarias.

Uma outra significativa limitação da pesquisa foi a impossibilidade de contato com membros das Secretarias Estaduais e a dificuldade de acesso a documentos oficiais que norteiem e garantam uma fluidez do trabalho. Tal limitação foi abreviada por um estudo cauteloso do Plano Estadual de Atenção aos refugiados do Rio de Janeiro, Decreto Nº 44924, de 22 de agosto de 2014, com especial cuidado aos Eixos Temáticos (documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural conscientização para a temática) estabelecidos no documento. Assim foi possível averiguar as implicações dos diversos Eixos Temático em relação aos aspectos seguintes Diretrizes e Objetivos, Ações, Produtos, Responsáveis e Prazo e Prioridade.

Concluindo os aspectos metodológicos, este capítulo, abordou-se a metodologia que foi utilizada na investigação científica, que ora se apresenta que se constituiu na delimitação do estudo, apresentação e a descrição do método a ser utilizado, as premissas básicas adotadas, e por fim apresentaram-se as limitações do método adotado.

4 Análise/Resultados

4.1 Entrevistas

Não são apenas órgãos governamentais que participam ativamente da coordenação de recebimento e estabelecimento de refugiados no território fluminense. Para compreender o papel destas instituições foram realizadas entrevistas com membros de organizações não governamentais, em especial a Viva Rio e a Cáritas RJ.

Para a realização das entrevistas, inicialmente foi confeccionado um roteiro de entrevista semiestruturado com diversos itens, visando orientar o desenvolvimento desta tarefa, aproveitando ao máximo as respostas dadas pelo entrevistado. Cada um dos entrevistados se colocou prontamente à disposição em seus próprios ambientes de trabalho para a participação nesta pesquisa. O registro foi realizado por gravação, o que foi autorizado pelos participantes.

Rebeca Almeida – Membro da SEDSDH e do CEIPARM

Conforme previamente organizado no planejamento da pesquisa, foi realizada entrevista com a Senhora Rebeca Almeida³, pertencente à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e ao Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM).

Iniciando a conversação, foi questionado à entrevistada quando havia iniciado seus trabalhos na Secretaria e qual a correta denominação da Política Pública de suporte aos refugiados e ela explicou que foi em 2014, meses após a entrada em vigor do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, e esclareceu que inicialmente esta Política Pública era denominada apenas “Plano Estadual de Atenção aos Refugiados” e manteve-se a sigla

³ O agendamento foi facilmente realizado e três dias após o primeiro contato já havia disponibilidade de agendamento da entrevista para a semana seguinte. No momento em que esta pesquisadora chegou ao andar do prédio correspondente ao Setor da entrevistada, percebeu que não havia mobília em nenhuma das salas, exceto na que foi reservada para a realização da entrevista. E antes mesmo no início da interlocução, a Senhora Rebeca pediu desculpas pela apresentação incomum das salas, uma vez que toda a Secretaria estava de mudança física de endereço. Isso era comum acontecer em sua secretaria, pois até mesmo mudanças no organograma costumavam ser frequentes para a adaptação às demandas e realidades do momento.

PEAR/RJ, mesmo com a introdução da palavra “Política” na terminologia. Também afirmou que este plano tem espelhamento direto nos moldes do CONARE⁴, que versam sobre os temas voltados à Saúde, Educação, Emprego e Renda, Cultura, Direitos e Deveres.

Indagada quais seriam os pontos fortes na atividade que exerce junto ao Comitê Estadual foi incisiva em responder que se tratando de pontos positivos na atividade, destaca que há ações contínuas de curto, médio e longo prazo. Quanto à participação de outras Secretarias, informa que não se recorda da Secretaria de Habitação (eixo 4) e a de Segurança (eixo 1) terem participado das reuniões da CEIPARM.

No que se refere às dificuldades da atividade que exerce como membro da CEIPARM, afirmou serem os abrigos superlotados e a carência de estrutura. Isto porque há um fluxo de alta complexidade no encaminhamento, que é composto por Protocolos de assistência e Protocolos para estrutura ao migrante em situação vulnerável. Por outro lado, as Aldeias evitam que ocorram problemas envolvendo o trabalho escravo. Em adição, a entrevistada desenvolve a explicação de que o Consulado emite três principais tipos de visto: o humanitário, o de residência e por questões governamentais. Complementou que o primeiro maior pedido é a solicitação de refúgio, o segundo, são os haitianos portadores de vistos humanitários e, o terceiro, o pedido de residência⁵.

A entrevistada narra ainda que a chegada de Angolanos se dá por uma demanda espontânea, que a maioria dos Congolese reside no município de Duque de Caxias; que os Venezuelanos e Colombianos são os mais recentes e não possuem local específico de localização no Estado.

Desde julho de 2019 o Estado do Rio de Janeiro recebe refugiados por meio da interiorização do Programa Acolhida, do Governo Federal. Diante do grande fluxo migratório de venezuelanos, o governo passou a trabalhar em três linhas de atuação: o ordenamento de

⁴ O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é um órgão multiministerial que estabelece direito e deveres da população refugiada no Brasil, promovendo integração local com participação do governo, a sociedade civil e a ONU, via ACNUR. Na prática, os Órgãos que compõem o CONARE são: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Departamento de Polícia Federal, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, como representante da sociedade civil organizada (além da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, como suplente), ACNUR (como membro consultivo com direito a voz, porém, sem voto), Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e a Defensoria Pública da União (DPU), ambos como membros consultivos.

⁵ Por meio de uma Portaria assinadas pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Segurança Pública e do Trabalho em abril de 2018, o governo brasileiro passou a conceder vistos humanitários a haitianos. Na época, a própria Embaixada brasileira da capital Porto Príncipe passaria a conceder de visto temporário e da autorização de concessão de residência para fins de acolhida humanitária dois anos a seus estrangeiros. Tal ato regulamenta o visto temporário para acolhida humanitária, recurso anteriormente previsto na Lei de Migração de 2017.

fronteira, o acolhimento e a interiorização. Esta atividade é organizada por um subcomitê subordinado ao Comitê Federal de Assistência Emergencial no Palácio do Planalto. Integram os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Saúde, dos Direitos Humanos e o Extraordinário da Segurança Pública. Três agências da ONU dão suporte a estes Ministérios: ACNUR, OIM e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A entrevistada explica que a Rede Assistência é composta por diversos Órgãos. Os principais são a Cáritas RJ, que auxiliam no abrigo de crianças (no Recreio), as Aldeias Infantis, que auxiliam no acolhimento de Famílias com crianças (em Itaboraí) e a Casa da Mulher portadora de neoplasia, que acolhe mulheres (em Jacarepaguá). Além disso, a Cruz Vermelha também presta assistência. Os abrigos da rede são fornecidos pelas seguintes Organizações Não Governamentais: pela Associação Mahom, a África do Coração e a Associação dos Venezuelanos no Rio. Há também uma parceria com o Ministério da Economia desde março, com a OIM por meio da Firjan.

A entrevistada foi estimulada para que apresentasse outros exemplos da PEAR/RJ existentes em outros Estados da Federação e respondeu que o Estado do Paraná tem desenvolvido um trabalho voltado ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, da mesma forma que Minas Gerais possui instituído Comitê Estadual com tema semelhante ao fluminense.

A fim de adquirir números oficiais da população refugiada no Rio de Janeiro, foi solicitado à mesma algum tipo de pesquisa realizada ou documentos oficiais que pudessem ser fornecidos para compor este trabalho e a Polícia Federal foi citada como o órgão controlador de estatísticas de chegada de refugiados em terras nacionais. Ao mesmo tempo, quanto às estatísticas de acolhimentos, a Cáritas é o contato mais eficaz para tais coletas de dados. Ela se colocou à disposição para ceder as Atas de Reuniões, que são confeccionadas bimestralmente e Resoluções.

Entre os principais eventos de grande vulto vindouros relacionados ao tema citou em junho, Pontifícia Universidade Católica (PUC), com exposições de imigrantes quenianos acerca de suas experiências pessoais. Além disso, no dia 20 de junho é comemorado em todo o mundo o Dia Mundial do Refugiado, assim como no dia 29 de setembro é celebrado o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado e em tais datas sempre são organizados encontros e painéis de interesse dos refugiados e da sociedade fluminense.

Camila Estrela – Secretaria Estadual de Saúde

Camila Estrela, membro da Assessoria Técnica de Participação Social e Equidade da Secretaria Estadual de Saúde de participante do CEIPARM trabalha com o tema imigrantes. Sua Assessoria Técnica é subordinada à Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade.

Iniciou suas atividades na SES em 2015, quando se deparou concomitantemente com sua designação às atividades da PEAR/RJ, ou seja, quando o Plano Estadual já havia sido criado e estava sendo implantado. Considerando as diretrizes e objetivos estipulados à SES, a entrevistada explica que o mapeamento, a divulgação e a orientação dos serviços são realizados a partir da criação de um cruzamento de dados internos, o que facilita o acesso e o cuidado aos principais agravos físicos e psicossociais que atingem a população refugiada. Desde então, havia uma comunicação direta com a Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade, representada pela Senhora Karen Athié.

Em setembro de 2019, na última reunião mensal do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro (Cosems RJ), foi debatida uma proposta de cofinanciamento da Saúde Mental que auxiliaria o fluxo de verbas, dentre outros programas, à Atenção Primária à Saúde. Segundo Karen Athié, existiria uma lacuna no setor voltado à Saúde Mental e a necessidade seria injetar cerca de R\$ 30 milhões até o final do ano de 2019, o que cobriria 95% dos municípios fluminenses. Mesmo com a carência de financiamento, estão sendo implantadas as ações dentro do disponível.

A Assessoria Técnica de Participação Social e Equidade constituiu em novembro de 2017 um Grupo de Trabalho (GT) para condução de atividades junto à população imigrante e refugiada do Estado do Rio de Janeiro, em especial nas regiões de Brás de Pina, Jardim Catarina e Gramacho. O GT inclui a participação de ONG's, universidades e setores técnicos da SES. Dentre as ações executadas, estão levantamentos de dados para a realização de diagnóstico inicial das populações refugiadas congolesas, cujo resultado dessa primeira etapa do trabalho vem sendo sistematizada, desdobrando em algumas primeiras realizações.

Dentre estes feitos, destaca-se a capacitação e qualificação dos agentes comunitários, em articulação com as prefeituras locais, em de saúde nestas três regiões, a elaboração de *folders* sobre o SUS nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, confecção de cartilhas informativas e a elaboração de material didático sobre a população refugiada e imigrante.

A entrevistada explica que Oficinas Intersetoriais com o Ministério da Saúde são

realizadas mensalmente, ao final do mês, e os temas deliberados são devidamente encaminhados à Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RJ). Cabe salientar que em reunião ordinária recente da CIB, realizada em maio de 2019, composta por membros efetivos e suplentes da SES, foram deliberadas justamente a Cartilha de Orientação sobre o SUS à População Refugiada, assim como a Oficina de Prioridades em Saúde dos Refugiados. A primeira expõe os desdobramentos do diagnóstico inicial realizado em 2017, enquanto a segunda informa que, considerando a demanda emergente de interiorização de imigrantes venezuelanos, houve o convite por parte do Ministério da Saúde e da SES para que os diferentes atores envolvidos na temática de população em situação de refúgio discutissem e selecionassem prioridades para a elaboração e execução de Políticas Públicas específicas em saúde no Estado do Rio de Janeiro. Planejamento, monitoramento e a avaliação são importantes ferramentas para a qualificação da gestão e aquela oficina tinha como um dos objetivos a estruturação de habilidades e competências para que os funcionários as utilizem como suporte às questões de saúde envolvendo refugiados.

A entrevistada destacou como um dos pontos fortes de seu serviço a facilidade de comunicação com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) da Organização Mundial da Saúde, que está em constante sintonia com a SES em diversos temas de assistência, dentre eles os refugiados. Além disso, a superintendente Karen possui facilidade de diálogo direto com membros do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, o que reduz quaisquer obstáculos nas burocracias entre os órgãos. Tratando-se de dificuldades na estrutura, ocorrem contratempos logística de transporte e de alimentação para a locomoção para reuniões e realização de visitas técnicas, além de inconvenientes da impressão colorida de cartazes e cartilhas para apresentações e exposições do tema.

Ao ser questionada sobre a realização na secretaria de algum tipo de pesquisa oficial de atendimento a refugiados, assim como estatísticas de atendimento ex explicou que a Superintendente de Educação em Saúde da SES, Carina Pacheco, oferece colaboração com os estudos e ações de formação e qualificação do efeito de trabalhadores, no chamado Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS)⁶.

⁶ Cabe destacar que tal Plano versa sobre a disseminação de informações sobre grupos em situação de vulnerabilidade, juntamente com a necessária interface com movimentos sociais. Isto por meio da implementação de estratégias de educação em saúde com o intuito de melhoria eficaz dos processos de trabalho e de assistência à saúde da população. Assim, por meio de “estratégias discutidas, propostas e pactuadas entre as regiões de saúde e o Estado” (PEEPS, 2018), uma das ações para o ano de 2019 a ser executado pela Assessoria Técnica de Participação Social seria uma Oficina de Saúde de Refugiados para Gestores e Conselheiros dos principais municípios de moradia destes indivíduos.

Além disso, desde 2017 o Doutor Pedro Coscateli, que integra o efetivo médico do Hospital Universitário Pedro Ernesto, sistematizava na unidade de saúde o fluxo de atendimento a imigrantes e havia realizado uma pesquisa com congoleses. De maneira semelhante, o serviço social da unidade também dava suporte a tais gerenciamento de tais dados. Porém, a fim de números oficiais de atendimentos, é a Cáritas e seu controle etnográfico que possuirá uma informação mais atualizada quanto às demandas oficiais. Ao final afirmou que está otimista com as conquistas da Secretaria perante os obstáculos e aprendizados oferecidos pela experiência em lidar com o tema.

Rubem Cesar – Fundador e Presidente da Viva Rio

Viva Rio, fundada em 1993 por diversos representantes da sociedade civil, é uma organização não governamental que desenvolve e implanta projetos e ações que se converteram em Políticas Públicas, não somente estaduais, mas também reproduzidas por empresas. Sua instituição se deu na época em que ocorriam no RJ as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, sedo sua criação voltada para a difusão de uma cultura de paz. Suas áreas de atuação, além da segurança humana, também incluem educação, saúde, meio ambiente, cultura e esporte; seus projetos socioambientais buscam oferecer qualidade de vida e desenvolvimento local.

O “Pérolas Negras” é um clube de futebol criado pelo Viva Rio para servir de motivação para permitir um maior impacto social⁷. Pode-se dizer que seus projetos no Haiti e no Brasil representam, ao mesmo tempo, casa, escola e centro de treinamento para jovens em busca de um futuro melhor.

Seus projetos sociais promovem a inclusão e a integração de imigrantes e jovens em situação de risco e atendem a todas as exigências da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) a um clube de futebol formador. A Academia Pérolas Negras combina exercícios com educação básica, valores e cidadania. As atividades desenvolvem as habilidades físicas e interpessoais dos jovens, além de um senso de responsabilidade⁸.

⁷ Criada depois do terremoto de 2010 no Haiti, o Pérolas Negras tem como objetivo inicial levar o futebol às crianças carentes do Haiti. O Viva Rio é filiado à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, a fim de fazer o Pérolas Negras disputar o Campeonato Carioca.

⁸ Os atletas recebem alimentação balanceada e treinamento tático, físico e técnico para uma performance de alto nível. Eles também vão para a escola local, e têm acesso a cuidados médicos. O Anexo E deste trabalho conta com o relatório mais atual disponível do Projeto “Pérolas Negras no Haiti e no Brasil”, de junho de 2019,

“De maneira semelhante, o Projeto Haiti Aqui, criado em 2014, tem como objetivo facilitar a adaptação e associação do imigrante haitiano à cultura brasileira. Em seu endereço eletrônico há a disponibilização da Rádio “A Voz do Haiti”, além de diversas informações sobre formas de se adquirir documentos e processos administrativos no Brasil. Por meio de eventos de integração com temas relacionados à educação, trabalho, saúde, lazer e família, há o suporte à inserção do migrante à nova localidade.” (Rubem Cesar, 2019)

No início da entrevista, que se deu na filial do Viva Rio no Bairro da Glória, o entrevistado explicou que a sede na Comunidade do Cantagalo está temporariamente inativa por causa das fortes chuvas de 2019. Assim, toda a estrutura foi remobilizada para a Glória. A Sede em Cantagalo possui toda infraestrutura para acolhimento de refugiados, realização de atividades culturais e integração com a população local a fim de garantia de direitos e equidade racial.

O fundador do Viva Rio inicia sua explicação referente à atuação junto a refugiados. Explicando que as atividades com refugiados iniciaram em 2004, em território Haitiano. Por ser antropólogo, houve uma facilidade de entendimento da situação pela qual o país passava. Em 2005, convida o Coronel Ubiratan Ângelo, para acompanhá-lo nas primeiras diretrizes a serem instaladas do Viva Rio no Haiti. Quando ocorreu o terremoto em 2010, se empenhou em campanhas para arrecadação e distribuição de donativos para desabrigados. Destacou que a maioria das atividades exercidas pelo Viva Rio se tornaram políticas a serem reproduzidas não só pelo Estado mas também por outras ONGs. Assim, o Viva Rio não é mais somente uma ONG, mas passou a ser uma “Empresa Social”. Em 2014, novamente com o suporte do Coronel Ubiratan, lança o Programa “Haiti Aqui”, coincidindo com um momento em que se inicia um cenário de crise humanitária do Brasil. Em relação aos pontos fortes da atuação do Viva Rio, assim como as maiores dificuldades vividas pela Instituição naquele momento voltados ao tema refugiados o entrevistado falou com orgulho do Projeto Pérolas Negras. Citou que a ideia foi colocada em prática após o terremoto de 2010, e a Academia é um dos símbolos do renascimento do Haiti.

Possui uma estrutura de 50.000m² de área total e possui capacidade não somente de investir em um espaço de acolhida para formação esportiva, mas também de espaço de educação e de serviços comunitários para centenas de jovens haitianos em todo o país, principalmente dos bairros mais humildes de Porto Príncipe. O Pérolas Negras possui sua sede, desde 2016, na região sul do Rio de Janeiro, em Paty do Alferes. Os treinos eram

realizados no Estádio do Avelar⁹. Outro ponto forte da organização é a existência de seu próprio serviço de despachante, que realiza contato com a Embaixada e agiliza as entrevistas para visto.

“Isto é facilitado a partir do momento em que há a consciência da existência de uma crise humanitária por parte do governo brasileiro, que atribuiu aos haitianos um tratamento prioritário para fins humanitários. Assim, há a regulamentação de visto temporário para acolhida humanitária, o que também permite a continuidade da política humanitária do Brasil no Haiti.” (Rubem Cesar, 2019)

Uma das dificuldades é o grande fluxo de entrada de haitianos, sírios e venezuelanos no Rio de Janeiro nos últimos anos, o que não é acompanhada pela atuação das instituições, devido à crise financeira e institucional que ocorre no Rio de Janeiro. Quanto às orientações recebidas pelo Governo do Estado, o Viva Rio participa como membro do Comitê Estadual (CEIPARM) desde 2015, nas discussões com o Estado do Rio de Janeiro para garantia de direitos humanos aos refugiados.

A pesquisadora teve a curiosidade de saber se haviam pesquisas ou estudos internos realizados sobre a temática, com estatísticas ou números atingidos pelas ações da Viva Rio e recebeu a resposta que há o Relatório mais atual de “Os Pérolas Negras - No Haiti e no Brasil”, que apresenta números e detalha todas as atividades realizadas junto aos jovens refugiados. Destaca ainda que, apesar da diversificação das atividades, a construção da paz continua sendo uma prioridade da Instituição. Assim, há a produção de material com análises técnicas e reflexões, o que gera a possibilidade de realização de cobrança para soluções duradouras.

Ubiratan Ângelo – Diretor de Segurança Humanitária da Viva Rio

A convite da ONU, desde 2004, o Viva Rio atua no Haiti com projetos sociais, culturais e ambientais, além de ter promovido a assinatura de cinco acordos de paz entre grupos rivais e ter participado do suporte às equipes de resgate durante o terremoto de 2010.

Perguntado sobre suas experiências pessoais, iniciou a narrativa explicando que a

⁹ No começo de junho de 2019, o clube mudou sua sede para Resende, também na região sul do Estado, e tal mudança ocorreu pela disponibilidade de mais recursos de estrutura para os treinos, maiores possibilidades de parceria econômica e oportunidades educacionais aos atletas. Os treinos passaram a se dar no Estádio do Trabalhador. Atualmente conta não só com atletas haitianos, mas com diversas nacionalidades, incluindo jordanianos e sírios, promovendo uma efetiva inserção social.

primeira vez que esteve no Haiti foi em 2005. Relembrou que em 2004 houve a intervenção da ONU no Haiti.

Quando a ONU atuava nas missões de Paz, havia diversos tipos de intervenções: dentre eles a intervenção política. Dentro destas intervenções, há o componente militar e o de reconstituição civil. Assim, a primeira estratégia foi a DDR (desarmamento, desestabilização e reestruturação). Neste sentido, entra-se com a Força Militar e com a UNPOL (United Nation Police) no sentido de desarmar e desestabilizar quem tiver em confronto, reestruturando o cenário de ordem pública.

Quando se faz isso, a experiência é que, normalmente, há um lado A contra um lado B, como no Congo e diversas outras guerrilhas. Porém, no Haiti não se conseguia adaptar o Programa DDR, porque no Haiti existiam diversas gangues que lutavam entre si e contra a questão governamental. Assim, percebendo a existências de várias gangues atuando autonomamente, houve uma comparação de um local no mundo onde ocorre caso semelhante: no Rio de Janeiro. E quem trabalha com isso no Rio de Janeiro seria a Viva Rio.

Nesse contexto, Rubem César foi convidado como consultor e seguiu para o Haiti. Como o entrevistado estava servindo como Militar na ativa, comandando o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gepae), que depois passou a se chamar UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), foi também convidado a participar da consultoria. Passou aproximadamente 20 dias no Haiti, realizando uma análise do cenário voltada à segurança. Por sua vez, o Viva Rio não só prestou consultoria, mas também fez uma análise das relações comunitárias do Haiti, em 2005.

O entrevistado foi novamente convidado a participar da consultoria, mas como continuava no serviço ativo, estava impossibilitado de voltar. Em 2007, foi nomeado Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e em 2008, foi exonerado do Cargo e deixou de estar em ativo serviço.

A partir daí, pode aceitar o convite de trabalhar com o Viva Rio, coordenando a área de segurança comunitária, que passou a se chamar depois de Segurança Humana da Viva Rio. Fez-se relações com o povo haitiano, entendendo o convívio, conversando até mesmo com grupos armados, estabelecendo um plano de segurança do Viva Rio, que ficava numa área de 25 mil metros quadrados, dentro da comunidade haitiana de Bel Air, que era considerada pela ONU como área vermelha, onde os integrantes da Viva Rio trabalhavam e moravam. O Coronel fazia a relação entre a ONG e a Polícia, e o BRABAT (Batalhão Brasileiro de Força de Paz).

Durante os anos de 2008, 2009 e 2010, permaneceu por 4 vezes a cada ano no Haiti. Por todo o ano de 2011, revezava um mês no Haiti, e um mês no Brasil; de 2012 a 2015, permanecia de 110 a 120 dias por ano no país caribenho. Assim, pode-se dizer que se aculturou. Auxiliava nas conversas que a Polícia Comunitária realizava com a Polícia Nacional, ministrava palestras sobre Polícia Comunitária na Academia de Polícia Nacional do Haiti, no idioma nativo denominado creole.

“O povo haitiano, independente do terremoto, tem um laço afetivo e cultural com o povo brasileiro, em primeiro lugar devido à diáspora africana. Algumas nações que habitaram o Haiti no Século XVII e XVIII possuem as mesmas raízes das tribos trazidas ao Maranhão e Bahia, por exemplo. Em segundo lugar, sua cultura é muito próxima da cultura brasileira, por adorarem bossa nova, tropicália, jazz, já sendo parte do circuito mundial do jazz. O terceiro link importante é o potencial atlético dos haitianos e dos negros brasileiros, que são muito semelhantes.” (Ubiratan Ângelo, 2019).

Isso faz com que sejam considerados “bons de bola”, apesar de os primeiros não possuírem a expertise do futebol brasileiro, mas apresentarem habilidade e a potência necessária. Ele observou que, nos campeonatos mundiais, mais da metade dos haitianos torce pelo time do Brasil e outra parcela torce pela Argentina, todos os haitianos conhecem a escalação de futebol brasileira. Quando se levou a capoeira ao Haiti, o entrevistado considerou um sucesso, e que rapidamente se adaptaram.

O entrevistado considera o dia 12 de janeiro de 2010 como um importante marco. Sempre houve a vinda de haitianos ao Brasil, mas não com uma quantidade tão significativa. O terremoto provocou uma evasão do país. A principal meta sempre eram os Estados Unidos pela proximidade, por se considerar uma vida promissora. Considerando as proximidades culturais já citadas e pelo comportamento das tropas brasileiras e dos *force commanders* (comandantes das tropas) na relação com os haitianos, eles passaram a ter uma relação mais próxima ao Brasil, se tornando uma possibilidade de destino.

As migrações saíram do controle das relações internacionais, do caminho formal (passaporte, visto, etc) e muitos migraram por meio de agentes clandestinos, entrando pelo norte do Brasil, passando por qualquer outro país da América do Sul como porta. Assim, não tendo as documentações, não pode viajar na formalidade. Passaporte muitos possuíam, mas visto, a minoria não. Por não entender a extensão territorial do Brasil, que comparada ao de seu país de origem é gigantesca, muitos imigrantes achavam que ao chegar em Rio Branco ou em Campo Grande, em algumas horas de transporte denominado *tap tap* (ônibus) já estariam no Rio de Janeiro.

Alguma das características interessantes dos haitianos é sua conectividade, estando sempre em contato, qualidade também do povo africano. Por exemplo, durante o terremoto as linhas telefônicas foram um dos serviços que não pararam de funcionar. Isto porque a conectividade era seu meio de sobrevivência, que o mantinha conectado para garantir um emprego informal. Outra característica é a mobilidade, se deslocando, se transferindo com rapidez, além de disposição para trabalho muito grande. Muitos vinham por meio de um investimento de toda a família para que o imigrante conseguisse, posteriormente, remeter dinheiro de volta aos que haviam permanecido no Haiti. No Haiti há três moedas: a Gourde, que é a moeda nacional, o Dólar americano, além do Dólar haitiano, que é uma moeda virtual e é extremamente desvalorizado perante o Real. Assim, para mandar dinheiro para a família, precisava trabalhar em mais de um emprego.

Os haitianos no Brasil se espalharam. Há na região Norte, local da própria entrada; em São Paulo devido às oportunidades em sua área metropolitana; no Sul também pela oferta de trabalho nas fábricas e fazendas. E, no Rio de Janeiro, acabavam por procurar o Viva Rio. Assim, desenvolveu-se o trabalho “Haiti Aqui” que está disponível na internet, mas não está mais tão ativo.

Foi perguntado se a baixa atividade se deve à diminuição da demanda, o que foi negado pelo entrevistado. A causa da queda de atividade se deve à carência de recursos financeiros do atual momento. Neste site anteriormente citado é possível ter as informações das localizações, quem são, possibilitando uma conectividade entre eles, por meio de Rádio web, chamando sua atenção para identificar os nichos e criar oportunidades. Assim, o primeiro grupo de refugiados com que a Viva Rio trabalhou foram os haitianos.

E o entrevistado realça o porquê de chamá-los “refugiados”: entrando clandestinamente, em torno de 60 mil, na época do início dos trabalhos, era necessário regularizar suas situações, devendo regularizar a entrada por ser um refugiado de acidente natural, e sua vida se devia à sua sobrevivência ao desastre e de sua família. Ubiratan esclarece que estes imigrantes não era refugiados políticos, diferentemente dos venezuelanos, de congoleses e sírios. Assim, o que antes era um trabalho para haitianos no Haiti, passou a ser também um trabalho para haitianos no Brasil.

O site “Haiti Aqui” foi recomendado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para quaisquer estrangeiros, contendo informações nos idiomas inglês, espanhol, creole e francês. As informações contidas no site continham todas orientações necessárias aos haitianos que desejassem legalizar sua situação no novo país, e também serviam a qualquer estrangeiro,

independentemente de sua nacionalidade (inclusive para brasileiros). Ou seja, o foco eram os imigrantes, principalmente os haitianos e passou a ser haitiano refugiado.

Percebe-se que o haitiano tem paixão por futebol maior que o próprio brasileiro, mesmo sem aspectos estratégicos e táticos. Em sua terra natal há dezenas de campos de futebol sendo um esporte apreciado por homens e mulheres. Assim, o entrevistado conta que foi ideia do Fundador do Viva Rio, Dr. Rubem, que não se precisava iniciação no futebol, de escolinhas de futebol, mas sim, de auto rendimento. Assim, criou-se o Centro de Treinamento de Atletas de Auto Rendimento no futebol, começando na categoria considerada Sub-13¹⁰. A proposta era pegar essas “Pérolas Negras” e serem destacados no mercado de futebol internacional, o que é uma realidade não só no Brasil, mas nos Estados Unidos e na Europa.

Foram realizados jogos no Brasil e parte da equipe foi deslocada para o Brasil: o Profissional (séries A, B, B2 e C), o Sub-20, Sub-18 e Sub-16. Um detalhe: o que era um time de haitianos, como haitianos não poderiam disputar campeonatos, por que há um número máximo de estrangeiros previstos na regra para participarem nas equipes.

As Olimpíadas de 2016 trouxeram uma modificação: o Comitê Olímpico Internacional (COI) criou uma equipe de não apátridas, pois continuavam com sua nacionalidade, mas de uma categoria como um processo de inclusão: a categoria ‘Refugiados’. E isso provocou uma modificação na legislação brasileira: o refugiado passou a não contar com o número de estrangeiro nos times, fazendo com que se montassem times de refugiados, com brasileiros, haitianos, sírios, venezuelanos, etc. Da mesma forma, o que era um programa para haitianos, para haitianos imigrante, haitiano refugiado e estrangeiros, tornou-se um programa de refugiados.

Ao ser perguntado se conhecia algum integrante que tenha participado do PEAR/RJ, afirmou que:

“O ‘Haiti Aqui’ fazia parte tanto do Comitê Nacional como do Comitê, Conselho Estadual voltado a imigrantes afirmou que não há programas nas Secretarias de Segurança Municipais, nem Estaduais, tampouco na Nacional, porque o Brasil não se preparou para isso.” (Ubiratan Ângelo, 2019).

Assim, o Papel da Vida Rio é mais do que oferecer atividades voltadas a eles, mas também ajudar na quebra do preconceito. Pois o posicionamento do brasileiro é ver no refugiado um concorrente às vagas de emprego. Sendo que o Brasil já é por si só um país de

¹⁰ Entravam na academia na segunda-feira e só saíam no sábado. Possuíam casa, comida, roupa esportiva, material, treinamento, assistência médica e escola, numa espécie de supletivo. Ao final, alguns continuavam e ascendiam a um nível mais elevado de treinamento, mas os que não continuavam não perdiam seus benefícios. Mantinham-se alojados, se alimentando, com sociabilidade.

imigrantes, com exceção dos indígenas. Quando os atuais Presidente e Governador assumiram seus cargos, foram veiculadas reportagens que explicavam a origem e descendência de suas famílias e sobrenomes e nenhum dos dois possuem sobrenomes indígenas. Assim, nosso país é cosmopolita de imigrantes.

Respeitar a dignidade da figura humana, dar ao imigrante respeito e conforto não significa tomar o lugar do outro é restabelecer a vida de uma pessoa. Afinal, não é possível para o nacional saber o que é ser um refugiado, porém, o entrevistado afirmou que sabe o que é ser um negro, o que é ser um policial e sofrer tais preconceitos, mas não o que é ser um refugiado. Quando estava no Haiti, por ter seus documentos, seu emprego, poderia transitar livremente de um país para outro, diferentemente dos que passam por estas dificuldades.

Dentre os pontos fortes da Viva Rio, além da quebra de preconceito, foi indagado ao entrevistado quais os demais pontos a serem destacados. Ele afirma que não se parte do ideal para a ação, mas sim da ação para o ideal. Assim, as situações foram se alterando com as ações da Viva Rio. Trata-se de valorização da autoestima e a exportação haitiana de Pérolas Negras. Passado um tempo, estes destaques vêm para o Brasil, dando-se visibilidade a eles. Muda-se o *modus operandi*, conforme a situação se modifica, mas sem perder o foco.

As reuniões são na Sede da Viva Rio, em Cantagalo, o que para alguns é considerada área vermelha, mas o entrevistado não abre mão de que o primeiro encontro das reuniões seja na sede. É um espaço que ele denomina *Kay Nou*, que significa “nossa/vossa casa” do idioma crioulo haitiano. Lá se apresentavam diversos projetos: dança folclórica, arte, música, pintura, capoeira. Havia também uma brigada de proteção comunitária.

Cabe aqui ressaltar que em 2007 se inaugurou a sede da Viva Rio, o *Kay Nou*. Este primeiro centro comunitário promove a inclusão social de jovens e a paz por meio de eventos esportivos e culturais já citados pelo entrevistado, além de cursos técnicos de engenharia civil. O Viva Rio também possui o centro de capacitação R. Louis Roy, no qual haitianos recebem treinamento na área de hotelaria e turismo, estimulando o uso de recursos locais, melhorando a taxa de emprego na comunidade.

Dando continuidade às dificuldades pela qual o Viva Rio passa para arcar com suas missões, o Coronel explica que antes do terremoto, o Haiti possuía diversas intersecções da ONU, com diversas organizações mundiais e facilidade de recursos próprios. Com o terremoto, os recursos aumentaram, mas, como ele mesmo cita, “o mundo ocidental é bom de emergência, mas é ruim de continuidade”, diferentemente dos asiáticos, por exemplo. Outra dificuldade foi a legislação, não como crítica à legislação em si, mas esta precisou ser

adaptada às novas realidades, tanto na questão de aceitabilidade para regularização das situações dos refugiados, como para a adaptação internacional. Lembrando que recurso não é só dinheiro, pois investimento dá também maior visibilidade. Isso tanto no cenário da Viva Rio no Haiti, como no Rio de Janeiro.

Perguntado se há alguma comunicação direta com o Consulado ou Embaixada haitiana, explicou:

“No programa Haiti Aqui é possível a um haitiano renovar o passaporte, sem precisar se deslocar à Embaixada em Brasília – o que se torna inviável pelos custos de deslocamento por duas vezes, para dar entrada e para receber a documentação. Assim, a própria Viva Rio possui toda a estrutura necessária: o haitiano entrega suas documentações na ONG, preenche um formulário que é remetido à Brasília. Isto porque há um acordo, devidamente assinado. Ou seja, o Viva Rio não é um consulado, mas funciona como um consulado homologado.” (Ubiratan Ângelo, 2019).

Perguntado se há algum vínculo de trabalho conjunto com o governo ou seus membros, afirma que havia contato com o Comitê de Políticas, onde há um assento. Porém, as relações mais estreitas são com a Polícia Federal, pois por meio de Wildouard Jean Baptiste, que atua de maneira semelhante a um despachante, há a coordenação nestas necessidades documentais junto à Polícia Federal. O Coronel Ubiratan apresentou Jean Baptiste pessoalmente à sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro para oficializá-lo como representante da ONG.

Atualmente, quando um estrangeiro, de qualquer nacionalidade, na Polícia Federal, os próprios policiais fazem contato diretamente com Jean Baptiste, facilitando enormemente essa resposta burocrática. Certa vez um membro da Assessora Jurídica do Consulado da Angola fez contato com o entrevistado perguntando se conhecia Jean Baptiste, dizendo que ele estaria resolvendo diversas pendências de maneira eficaz na Polícia Federal.

Além disso, conta-se também com o apoio da Polícia Militar, por meio de um acordo de colaboração, não somente voltado ao estrangeiro, mas de maneira generalizada. Por ter havido vários nichos de haitianos irregulares, a PM auxiliou, sobretudo no período pré-olimpíada por que o eixo Jacarepaguá de Freguesia até o Parque olímpico é repleto de comunidades haitianas por causa das obras, dos empregos; em Curicica há uma comunidade haitiana imensa, inclusive com cultos e missas no idioma creole. Por estes imigrantes não terem documentação adequada, eles eram ilegais, mas não eram bandidos, o que foi identificado e entendido pela Polícia Militar, em especial o 31º BPM [Batalhão de Polícia Militar localizado no Recreio dos Bandeirantes).

A atuação da Viva Rio com a Polícia ocorre há mais de 20 anos, não só em projetos

de informatização da instituição, mas também em cursos de policiamento de proximidade, contando-se com uma rede de articulação comunitária, o que facilita a comunicação com os moradores das regiões violentas da cidade.

Perguntado sobre o tema saúde e se os haitianos procuram a Viva Rio quando há demandas de problemas de saúde, o Coronel explicou que, como a ONG atua como uma OS [Organização Social], criou muito espaço na área de saúde e auxiliou no Sistema Municipal de Saúde a prestarem atendimento aos haitianos para serem atendidos. O entrevistado reitera que antes a Viva Rio não trabalhava com imigrantes, refugiados, essa era uma responsabilidade da Cáritas. Esta trabalha com refugiados e é esta a sua expertise, e não imigrantes.

Wildouard Jean Baptiste – Coordenador Operacional do Haiti Aqui e Assistente Administrativo do Pérolas Negras

Conforme previsto no planejamento da pesquisa, em setembro de 2019, foi realizada entrevista com Wildouard Jean Baptiste, por indicação do Coronel Policial Militar Ubiratan Ângelo, por ser este haitiano o responsável pela comunicação direta com a Polícia Federal, quando de pendências em documentações desse público migrante. A entrevista foi realizada na Sede do Viva Rio, no Cantagalo, sito à Rua Alberto de Campos, 12, em Ipanema.

Wildouard, atualmente, responde pela coordenação Operacional do “Haiti Aqui” e é Assistente Administrativo do Pérolas Negras. Partindo desses pressupostos ele é responsável pelo registro dos atletas – inclusive dos imigrantes sírios que também compõe o time de futebol. Além disso, o haitiano também faz contato com os gestores dos estádios futebolístico a fim de obter autorização para os jogos, assim como a contratação e pagamento dos auxiliares de campo. Ele está, também, buscando suporte de uma das empresas que costumam auxiliar o Viva Rio na disponibilização de um ônibus para a locomoção da torcida para o jogo da semifinal que deverá, em breve, ocorrer no município de Resende.

Indagado como teriam sido iniciados os trabalhos junto a Instituição Viva Rio foi incisivo em responder que em uma das vezes em que esteve no Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, conheceu um integrante do Viva Rio que o convidou para participar das atividades do Viva Rio¹¹.

¹¹ Cabe ressaltar que o Hospital Municipal Lourenço Jorge é a Unidade de Saúde de referência desde 2015,

Ao ser perguntado sobre sua vinda para o Rio de Janeiro, qual roteiro seguiu e por quais motivos deixou seu país respondeu que saiu do Haiti por motivos culturais, em março de 2013 e percorreu diversos países: República Dominicana, Equador, Peru, atravessando a fronteira brasileira pela cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas. Desde lá, deslocou-se para Manaus, onde permaneceu por cerca de 4 meses. Em Manaus, uma empresa arcou com seu deslocamento para o Rio de Janeiro. Essa ação está sendo preparada pela Organização Não Governamental (ONG) Cáritas do Brasil. Ao chegar ao Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano, sem conhecer ninguém.

Na cidade do Rio de Janeiro, se abrigou no Bairro de Jacarepaguá, onde há moradias para haitianos, o que se denomina “Associação Haitiano Carioca” e nessa agregação começou a aprender o idioma português, no seu dia a dia. O entrevistado informa que esta associação não possui mais atuação. É notório que a ONG Cáritas foi fundada em 1956 é um a organização que participa, juntamente com 164 organizações, da Rede Cáritas Internacional. Entre as ações desenvolvidas pela ONG está o acolhimento e integração de imigrantes que chegam ao Rio de Janeiro.

O entrevistado já foi responsável pela articulação entre os haitianos que chegavam pelo Aeroporto Internacional do Galeão perante a regularização da situação de imigrante diante da Polícia Federal. Isso porque a grande maioria dos haitianos que chegavam por este aeroporto estavam somente de passagem para outros Estados da Região Sul ou para São Paulo, e necessitavam de um tradutor para explicar os trâmites de documentações pendentes, esta responsabilidade foi então delegada a ele. O haitiano explica que a vinda destes refugiados se dá por diferentes motivos, sendo o principal motivo o político.

Desde então ficou responsável diretamente por quaisquer pendências de documentações por parte de haitianos e a própria Polícia Federal contata diretamente o Viva Rio quando há casos semelhantes acontecessem. Complementou que auxilia na confecção de Solicitação de Refúgio e dos Protocolos de Solicitação de Refúgio, que costuma demorar cerca de 1 ano para o deferimento. Citou que recentemente a Resolução Normativa de 10 de abril de 2018¹² possibilitou aos haitianos a residirem por 2 (dois) anos no Brasil e terem a oportunidade de uma acolhida humanitária. É expedida uma Certidão Consular, há o

juntamente com a UPA Municipal Lourenço Jorge, possuem estrutura de assistência social para acolher haitianos que moram nas proximidades com quaisquer enfermidades. Ambas ficam localizadas também no Bairro de Jacarepaguá. Desde então Wildouard atua no “Projeto Haiti Aqui”.

¹² Disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País, com prazo de estada superior a 90 -noventa dias

pagamento de uma taxa e ele mesmo envia para a Embaixada do Haiti em Brasília, com antecedentes criminais, dentre outras certidões. E em normalmente 90 (noventa) dias há a resposta quanto ao seu deferimento.

O entrevistado foi estimulado para que apresentasse como estava sendo realizado o contato com a Embaixada do país de origem e afirmou que o principal contato é realizado por meio do Viva Rio e que também auxilia na renovação de seus vistos dos passaportes, fazendo contato diretamente com a Embaixada do Haiti em Brasília. Citou que até mesmo pessoas residentes de outros Estados da federação fazem contato com ele, uma vez que a página Haiti Aqui tem grande repercussão nos sites de pesquisa quando se realiza a busca pela palavra "Haiti". Porém, o Viva Rio indica a estes solicitantes de outros Estados que procurem organismos locais responsáveis pelas demandas solicitadas.

“A embaixada haitiana auxiliava quando havia recursos disponíveis e dependendo do caso em questão. Em geral, quando o refugiado desejava regressar a sua própria nação ou quando havia caso de doença grave. Já o Projeto Haiti Aqui nunca dispôs de verba própria para os exercícios de atividades autônomas.” (Wildouard Jean Baptiste, 2019)

Quanto à Educação, afirmou que também é preocupação do Viva Rio que auxilia na inscrição via internet das crianças e adolescentes em instituições de ensino. O entrevistado enfatiza que o mais difícil é concorrer às vagas disponíveis nas creches e que raramente consegue ajudar da maneira esperada pelos imigrantes.

Consta da pesquisa efetivada que seja por causa de longos deslocamentos, seja pela necessidade de entrar no mercado de trabalho, mesmo sem formação precoce, ou custo das faculdades particulares, o ingresso para a formação escolar sempre foi um degrau alto demais para parte da população brasileira. Percebendo essa necessidade, o Viva Rio e o Descomplica (plataforma de Ensino a Distância oferecido pelo Governo Federal) criaram o projeto “Viva Educação”. O projeto oferece descontos de até 40% na mensalidade nos diversos cursos oferecidos pelo Descomplica, que é a maior plataforma de educação a distância do Brasil.

É necessário entender que vários são os cursos ofertados pelo Viva Educação, desde preparatórios para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), incluído a modalidade especial focada no vestibular para Medicina, preparatório para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), reforço escolar para o Ensino Médio, preparatórios para concursos públicos de nível superior e médio, além de oportunidades em cursos de pós-graduação e de Ensino a Distância.

É notório que a parceria do Viva Rio com o Descomplica começou em 2016, atuando

na área de educação formal (aceleração mais reforço escolar), tecnologia e inovação para jovens em situação de vulnerabilidade social. A união das duas instituições visa democratizar a educação para oferecer à população de baixa renda oportunidades em construir um futuro melhor. Por último, existe a previsão de doações do projeto para atividades educacionais da Academia Pérolas Negras consoante os aspectos anteriormente apresentados.

Quanto a vagas de emprego, o haitiano afirma com veemência que tem sido muito difícil obter emprego na atualidade no Rio de Janeiro. Normalmente são as empresas que fazem contato com o Viva Rio oferecendo ocupações. A mais recente oportunidade de serviços foi de uma casa de câmbio que fez contato oferecendo chances de emprego a haitianos. Afirmou que também proporciona a ajuda aos refugiados que precisam remeter parte de seu pagamento auferidos com o emprego para suas famílias em outros países.

Foi indagado se há alguma pesquisa ou números oficiais de atendimentos a Refugiados realizados pela Viva Rio. Sobre o assunto explicou que de 2014 até 2019, cerca de 10.700 (dez mil e setecentos) haitianos foram atendidos pelo Viva Rio, em todas as modalidades de necessidades exemplificadas na entrevista.

Para concluir, o entrevistado explica que a comunicação dos refugiados com suas famílias se dá por meio de aplicativos de internet, principalmente pelo *Facebook*, para descobrir sua localização, e pelo *Whatsapp*, no qual é possível realizar chamadas telefônicas sem o custo internacional das chamadas. Ele cita rapidamente que existe um abrigo em Realengo, mas que não é muito usado pelo Viva Rio.

Sobre as dificuldades percebidas nas atividades diárias junto à Viva Rio afirmou com convicção que a maior dificuldade é simplesmente conciliar, de maneira eficaz, os estudos que realiza com o trabalho que exerce. Isto porque iniciou uma graduação em Administração à noite, o que facilita um pouco a harmonização entre as atividades, não permitindo que falte nenhum tipo de amparo aos refugiados que ainda possam necessitar de auxílio.

4.2 Observação Direta

No dia 26 de setembro de 2019, foi possível realizar uma observação direta ao participar da Primeira Edição do Encontro PARES – Pensando o Acolhimento a Pessoas em Situação de Refúgio no Rio de Janeiro, organizado pela Cáritas RJ. Contando com a

participação de palestrantes de diferentes Instituições em torno do tema do refúgio, o debate ocorreu nas dependências do Auditório Desembargador José Navega Cretton, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

As palestras foram compostas por membros da PARES Cáritas RJ, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, uma solicitante de Refúgio da Venezuela, uma representante do ACNUR Brasil, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, além de um membro no Ministério Público do Trabalho e o depoimento de um Refugiado do Marrocos.

Na abertura do encontro, foi afirmado que o evento foi pensado a partir do desejo de criar um momento de reflexão e compartilhamento de informações tendo em vista o período atual em que o Brasil se vê, mais do que nunca, inserido num contexto global de grandes migrações. Assim, devido à crise humanitária em curso na Venezuela, o Brasil ocupou a 6ª posição no *ranking* mundial de países que receberam o maior número de pedidos de refúgio em 2018, um recorde. Cerca de 80 mil solicitações ficaram registradas no país nesses anos considerados, sendo que 77% dessas solicitações de refúgio foram realizadas por venezuelanos. O mediador esclareceu que esta realidade não tem previsão de recuo num futuro próximo; pelo contrário, a tendência é de intensificação dos fluxos.

Nesse sentido, é mais do que evidente a necessidade de um esforço de resposta articulado envolvendo não apenas o poder público, mas diversos setores da sociedade. Para isso, é preciso criatividade, inovação e, sobretudo, diálogo. O compartilhamento de informações entre os atores envolvidos no tema do refúgio no Rio de Janeiro é fundamental: a sociedade civil, o poder público, a academia e quaisquer interessados no tema do refúgio os quais poderão trocar conhecimentos a respeito dos desafios e boas práticas.

Para a Mesa de abertura, foram convidados Cândido Feliciano da Ponte Neto, Diretor Executivo da Cáritas RJ, Rosiléia Di Masi Palheiro, Diretora do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (GABPRES/DEAPE) e o Padre Omar Raposo, Reitor do Santuário Cristo Redentor e Pároco da Igreja São José da Lagoa.

Rosiléia é Assistente Social de formação, trabalha há 15 anos no mesmo departamento no TJRJ, que envolve questões sociais e ambientais, que são temas interdisciplinares. A questão dos refugiados foi incorporada por meio de reuniões onde a própria Presidência do TJRJ autorizou a realização de seminários, feiras dos Refugiados,

assim como oficinas, contribuindo para o desenvolvimento de aspectos que possam facilitar a vida do imigrante.

O Senhor Cândido frisou que se encontrava lisonjeado pela oportunidade de estar sentado a uma mesa do Tribunal de Justiça com uma assistente social, uma vez que a Diretora do Departamento de Ações Pró-sustentabilidade possui considerável sensibilidade para com o tema. Afirmou também que todos têm responsabilidade social com a solução de problemas relacionado ao tema. A Cáritas, que trabalha com refugiados, garantiu que: “nunca na história do mundo, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, o planeta havia passado por uma crise humanitária tão grave quanto passa nos dias de hoje”. Também foi enfatizado que a mídia valoriza e destaca algumas situações pontuais de tempos passados, referente a barcos à deriva em travessias no Mediterrâneo. Porém, tais consequências da crise humanitária não cessaram, mas simplesmente não há mais divulgação nos meios de comunicação. Como exemplo da divulgação desses aspectos, a situação venezuelana está cada vez mais problemática.

Da mesma forma, a Cáritas realiza atendimentos a imigrantes de todo o mundo, num total de mais de 70 nacionalidades. Um dos problemas mais recentes que ainda não é veiculado na imprensa é a situação que ocorre atualmente em Cuba. Considerando os últimos acontecimentos, a intolerância aumenta em todo o mundo, por muitos fundamentada, ou por razões xenofóbicas, permitindo afirmar que o fundamentalismo avança em diversos lugares. Um tema que também tende a surgir é o refúgio por questões ambientais. Torna-se oportuno salientar que, de maneira geral, o Brasil tem boas práticas no atendimento a refugiados e a imigrantes, a ações feitas por várias instituições em todo o país, com destaque o Instituto Migrações e Direitos Humanos de Brasília e Cáritas São Paulo, que são referências mundiais, justamente devido às parcerias realizadas entre essas instituições.

O Padre Omar destaca, em seu pronunciamento, a importância daquela oportunidade de diálogo e reflexão, estabelecendo-se relações duradouras referentes a um tema tão sensível em função do próximo, motivados pelo amor. E que encontre nosso país um ambiente fabuloso de acolhimento. Citou ainda sobre um trabalho multidisciplinar, o Projeto musical chamado *Do Re Mi Abraço*, gerando imersão na cultura por meio da música, com estudo da língua portuguesa e entrada no mercado de trabalho turístico, onde hotéis, agências e operadoras de turismo, centro de turismo, possam receber profissionais que já falavam os idiomas inglês, francês e árabe. Sensibilizando o mercado, foi possível conquistar vagas de trabalho não só para refugiados, mas também para transexuais. Assim, a atitude da Igreja Católica é pensar no bem comum, pensar no outro.

Iniciando o Painel sobre Panorama do acolhimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio no Rio de Janeiro, a primeira fala foi realizada pela Senhora Cristiane Lessa, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Sendo Assistente Social, a palestrante está à frente da pasta há 5 meses e nesta nova gestão tem o objetivo de dar continuidade aos trabalhos e pensar novas estratégias e frentes de trabalho da Secretaria como um todo. O que inicialmente chamou a atenção foi a necessidade de se pensar um protocolo de atendimento sistematizado a esta população descontextualizada, tanto na atenção básica, como na média e alta complexidade.

“Assim, idealizou-se uma construção coletiva, um guia norteador para a equipe técnica chamado MigraRio, se instrumentalizando e prestando um atendimento qualificado. Esse protocolo vem ao encontro da necessidade de padronizar os atendimentos no âmbito da assistência social aos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio na cidade do Rio de Janeiro perante a realidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O MigraRio tem como objetivo o aperfeiçoamento do atendimento, a ampliação dos acessos à população migrante e combate ao preconceito e a xenofobia.” (Cristiane Lessa, 2019)

Para a montagem de tal protocolo, houve diálogos articulados com subsecretarias que se envolvem na assistência social, com a Cáritas RJ, CEIPARM, Aldeias, Saúde, Educação, etc, estudando processos em diferentes esferas repetidas vezes até obter um sistema efetivo. Há também estudos de caso, retroalimentando a rede e aperfeiçoando as equipes e sendo direcionado nos procedimentos corretos. As literaturas e legislações específicas disponíveis acerca de imigrações e refugiados foram devidamente incluídas para a criação dos protocolos.

Tal pessoa afirmou que no mês de julho de 2019 foi realizado um levantamento na Coordenadoria de Transferência de Renda do município do Rio de Janeiro com estrangeiros que realizaram o Cadastro Único e percebe-se um ranking entre bairros. Foi observado que dos 2.298 estrangeiros cadastrados, 484 inscritos pertenciam aos bairros da 7ª Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos (CASDH)¹³, que engloba o bairro de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio e adjacências, onde há os dois Abrigos da Interiorização. Em segundo lugar, com 367 estrangeiros, ficou o 4ª CASDH ¹⁴, que abrange os bairros de Bonsucesso, Brás de Pina – onde há um grande fluxo – e proximidades. E, em terceira

¹³ Anil, Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Jacarepaguá, Gardênia Azul, Grumari, Itanhangá, Joá, Pechincha, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena e Vila Valqueire.

¹⁴ Bancários, Bonsucesso, Brás de Pina, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Cordovil, Complexo do Alemão, Freguesia, Galeão, Jardim América, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Manguinhos (parte), Maré, Moneró, Olaria, Parada de Lucas, Penha, Penha Circular, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ramos, Ribeira, Tauá, parte da Vila da Penha, Vigário Geral, Zumbi e parte da Pavuna.

colocação, com 64 imigrantes, tem-se o 2ª CASDH¹⁵ de Vila Isabel e bairros da Zona Sul.

O Protocolo MigraRio é dividido em três fases. A Fase I é de Atendimento na Assistência Social, composta de 5 passos: Acolhida Humanizada (que perpassa todas as fases de atendimento), Identificação Pessoal, Atenção às demandas emergenciais, Identificação detalhada das demandas, e Superação da linguagem. A Fase II é a Inserção no mundo do trabalho et inclusão social, que atua na validação e tradução de documentos. E a Fase III é a de Monitoramento. Assim, a própria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro consegue acolher as demandas dos requerentes, sem necessidade de encaminhar a outros organismos. A operacionalização é realizada por meio dos ciclos do MigraRio que, desde seu lançamento em junho de 2019, já foram percorridos praticamente todos a região da Cidade, por meio de Oficinas.

E, por fim, a representante cita que há dois produtos do MigraRio: a Cartilha de Atendimento ao Imigrante e Refugiado no âmbito do SUAS, além do folheto informativo designado a guiar de maneira prática as Equipes Técnicas, condensando as informações de procedimentos. Além, haverá a criação e um Grupo de Trabalho, a fim de seguir na criação de um Comitê Municipal, trazendo oficialmente temas à discussão.

Maria Gabriela Moreno, solicitante de Refúgio da Venezuela que chegou no Brasil em agosto de 2017, com o marido, dois filhos e grávida, onde deixou casa própria e uma vida muito bem estruturada. A palestrante consolidou que, quando se torna uma imigrante obrigada, não há nenhum tipo de planejamento, simplesmente se precisa sair do país onde se encontra e adentrar em outro mais próximo para conseguir comida e ter segurança. Continuou afirmando que sua família vendeu todo o patrimônio, fez uma viagem muito difícil de três dias de ônibus até a fronteira, para poder entrar por Boa Vista, pegar um avião e chegar ao RJ. Concluiu que a maioria da população não possui essa condição financeira, e falece de fome ou por doenças na própria Venezuela.

Maria Gabriela continua que, ao chegar ao Rio de Janeiro, a maior barreira inicial encontrada foi o entendimento do idioma brasileiro. As expectativas para tentar organizar a vida e buscar oportunidades são limitadas por não conseguir se expressar no idioma local. No dia seguinte, as autoridades encaminharam sua família para a Cáritas RJ, a fim de adquirir as documentações adequadas, pois além da situação difícil vivida na Venezuela, tem-se igual

¹⁵ Alto da Boa Vista, Andaraí, Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Grajaú, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Horto, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Maracanã, Praça da Bandeira (parte), Rocinha, São Conrado, Tijuca, Urca, Vidigal, Vila Isabel, Engenho Novo (parte), Sampaio (parte) e São Francisco Xavier (parte).

medo de sofrer sanções do Governo local pela ausência de estar portando documentos brasileiros.

Na Cáritas RJ, foram encaminhados para uma unidade de saúde, protocolo para visto de solicitação de refúgio, educação dos filhos numa escola municipal, um emprego para o marido, enfim, para todos os serviços necessários, inclusive para aulas de português – pois as empresas não contratariam estrangeiros que não falassem o idioma local.

A venezuelana percebeu que o estado do Rio de Janeiro não possuía estrutura para a acolhida de refugiados, nem abrigos que cubram suas necessidades, enquanto a Cáritas sempre estava pronta para ajudar qualquer imigrante, independente da nacionalidade. Ela destaca que os imigrantes estão comprometidos com um Brasil melhor: há pessoas de bom caráter que entram no Brasil, cuja intenção é simplesmente crescer, pois são refugiados, não são foragidos, e não gosta de ser reconhecida como “coitadinha”.

Atualmente trabalha com culinária e pretende montar um negócio e poder oferecer trabalho para brasileiros. Quando começaram a morar em uma favela, confundiram seu marido com policiais; a própria Cáritas RJ foi à comunidade explicar aos moradores que se tratavam de refugiados venezuelanos. Em suma, ela reconhece que a Cáritas RJ passou a ser sua família até os dias atuais e é agradecida imensamente ao Brasil pela acolhida.

Iniciando a participação do Estado na palestra, a Rebeca Almeida, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, membro da Superintendência de Promoção e Garantia dos Direitos Humanos, sendo Coordenadora de Migração e Refúgio. A atuação de sua coordenadoria se dá pela articulação institucional que sua Secretaria tem na temática, além de representar também a Presidência e a Secretaria Executiva do CEIPARM, Comitê que existe desde 2009, e que a Cáritas RJ é presente desde seu princípio. Fala-se sempre de um trabalho em rede com as demais secretarias de estado, com órgãos de justiça, com o Governo Federal, instituições da sociedade civil, uma vez que é impossível realizar todas as atividades isoladamente. Desta forma, tenta-se construir uma política mais consolidada possível para atender a população imigrante e suas questões de necessidades urgentes. A fim de um trabalho continuado, a SEDSDH promove e executa serviços que sejam efetivamente úteis a esta população.

A servidora evidencia que em 2019 entrou-se num período de interiorização das Políticas Públicas, levando-a aos municípios da Baixada Fluminense e acionando redes locais para atender estas demandas, por ser um tema novo para muitos destes municípios, mesmo já lidando com demandas pré-existentes. Assim, inicia-se uma rede de capacitação local,

promovendo iniciativas para que o município se organize pontualmente. Do mesmo modo, o fortalecimento institucional ocorre quando a própria coordenadoria deve ser mantida, uma vez que tais demandas não param de crescer e é necessário renovar com os gestores a obrigação de manutenção dos esforços.

A palestrante continua esclarecendo que a atuação em rede se inicia quando do acionamento da rede local de Assistência Social, Saúde e Educação no momento da chegada; apesar de não ter um núcleo de atendimento, se faz uso de todos os serviços disponíveis no Estado e Federação. Na prática, quando se depara com um novo caso, entra-se em contato com os parceiros – Órgãos Públicos – para sanar a pendência do refugiado. Realiza-se visitas técnicas de acompanhamento, atividades de empregabilidade, acionando a Superintendência Regional do Trabalho e é disponibilizada a estrutura da SEDSDH para atendimento a demandas de grupos específicos.

Prosseguiu confirmando que se tratando do Sistema de Justiça, há a Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), a Defensoria Pública da União (DPU), o Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes (CEPRI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). A SEDSDH, apesar de não ser um órgão de atendimento, seu papel é articular com estes Órgãos casos que competem um estudo de caso referentes a documentações, acesso à justiça formas alternativas de resolução de conflitos, dentre outros.

O acionamento da rede local dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com realização de visitas técnicas para cadastramento no CADÚnico, nos casos da interiorização, onde há visita aos abrigos e acesso aos programas socioassistenciais e verificação de um possível acolhimento, após a saída dos abrigos no Programa Acolhida. Destarte, o objetivo da Coordenadoria é fazer com que os casos não se agravem em vulnerabilidades, acolhendo dignamente, evitando qualquer tipo de precarização.

Realçou a expositora que junto à Saúde Estadual há a construção de um Grupo de Trabalho, sendo executado já no ano de 2019 um plano de atenção dentro do SUS estadual, onde foi realizado um mapeamento dos municípios do RJ que precisam de mais atenção na saúde, e em julho de 2019 foi efetivado pelo Ministério da Saúde um Curso de Construção de Prioridades, fontes dos recursos solicitados. Um fato inédito citado é o propósito de consolidar e implementar uma Política Pública de Atenção à Saúde em prol da População Refugiada, por meio da geração de um Plano de Atenção à Saúde da População Refugiada, além do lançamento, com agentes dos Direitos Humanos, de um Comitê Estadual de Atenção

à Saúde da População Refugiada, o que é um tema cada vez mais priorizado pelas equipes de saúde.

Prosseguindo, levanta a ideia que com a pasta da Educação houve uma parceria para equivalência de estudos da população refugiada, aliada à DPU. Isto porque está sempre se focando na revalidação de diploma de nível superior, e muitas vezes há pendências de revalidação de nível médio.

Por meio de uma Portaria interna, facilita-se estas equivalências. Além disso, há também acionamento da rede municipal e estadual de educação, ações educativas de sensibilização e capacitação das redes, encaminhamento de refugiados para cursos profissionalizantes e de língua portuguesa.

Algumas destas iniciativas foram: a construção de um Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados, num primeiro momento realizado junto à Cruz Vermelha com apoio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), iniciativa que não houve continuidade de financiamento. No momento seguinte foi substituída por um processo de Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), pois esta já produzia cursos de língua. Assim, 37 professores da Faetec foram capacitados, mapeando duas escolas que seriam centrais para fornecer vagas para o aprendizado do idioma.

E a palestrante terminou com as explicações referentes à obtenção das documentações, onde são realizados contatos com as Unidades da Polícia Federal, para o aperfeiçoamento do protocolo de refúgio e do Registro Nacional Migratório (RNM), e isto é uma pendência de longa data no CEIPARM. A fim de ser criado um Registro Geral temporário, está sendo demandado junto à nova Presidência do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN) em 2019, a confecção de uma identificação provisória para o solicitante de refúgio. Com o Comitê de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, também está sendo debatido como se fazer uma documentação que seja mais semelhante à documentação brasileira, assim como para se dificultar a falsificação de documentos. E a Senhora Rebeca lembra ainda que a Secretaria Estadual de Cultura participa ativamente com feiras de empreendimentos, atividades culturais, dentre outras.

Iniciando a fala da Senhora Aline Thuller, representante da PARES Cáritas RJ, que é Assistente Social, lembrou que aquele encontro foi realizado não para os refugiados, mas com os refugiados, pois qualquer trabalho, política, ação ou atividade deve ser pensada a

partir das reais demandas.

Ela explica que a instituição trabalha com o tema há cerca de 43 anos, e foi a primeira instituição do Brasil a receber refugiados oficialmente, como argentinos, paraguaios, uruguaios e chilenos, em torno de 5000 pessoas no primeiro ano. Dois anos depois chega ao RJ o ACNUR, e inicia-se um trabalho de encaminhar tais imigrantes à Europa.

Neste momento, pensava-se somente na proteção destas pessoas. Uma segunda onda foi nos anos 90, com a chegada dos angolanos, e o trabalho começa a ser ainda mais estruturado, e passou-se a pensar não somente na proteção da população, mas também no apoio de sua integração no Brasil. E, mesmo após o fim da guerra civil de Angola, seus nacionais permaneceram no território brasileiro.

Segue afirmando que atualmente, há 4 frentes de ação principais, onde a primeira é o acolhimento, que quando encaminhado das mais diferentes maneiras, dentre elas pela PF, ou Guardas Municipais, Pela Polícia Militar. Nesse momento, é necessário analisar suas documentações e verificar situações de emergências de pessoas que chegam apenas com a roupa do corpo ou de grávidas que não realizaram pré-natal, se os refugiados têm onde ficar.

Normalmente se oferece um local para tomar um banho e uma refeição para que ela se recomponha e tenha condições de ser ajudada. Ela ressalta que, neste momento, encontra-se o imigrante destituído de sua humanidade, onde não se percebe o humano devido à guerra e às realidades pela qual passou, pois, de alguma forma, a vida foi retirada daquele ser humano. Num segundo momento, trabalha-se sua proteção, com acompanhamento de todo o devido processo legal junto ao CONARE e à Polícia Federal e outros órgãos de justiça, além de acompanhar todas as demandas de proteção com direitos e deveres, assim como entendimento das demandas e encaminhamento, mesmo não tendo serviço de advocacia nem procuração.

O terceiro momento é da integração local que conta com pedagogo, psicólogo, assistente social, voluntários como professores de yoga, arteterapia, dentre outros. Junto com o refugiado, se pensa na reconstrução digna de sua vida no país, a partir de seus sonhos e desejos, sendo útil o mínimo possível, tornando-o autônomo e autossuficiente e reencontrando sua humanidade. O quarto passo é a mobilização, onde não é possível realizar tais ações sozinhos, precisando acionar meio de comunicação, empresas, outras ONG, assim como o Poder Público.

A debatedora lembrou que a criação do CONARE se deu graças a uma demanda da sociedade civil para sua existência, por insistência da Cáritas RJ que, sendo fundada em 1976 e o CONARE somente foi criado em 1997, o governo brasileiro finalmente assume sua

função. Os refugiados não ficam acolhidos na Cáritas, mas circulam por todo o Estado, mesmo quando o tema não era de grande veiculação. A representante também afirma que quando o país avoca o compromisso humanitário com a assinatura da Convenção de 1951 todos os entes federados passam a ser responsáveis por receber, acolher e integrar os refugiados, independentemente de sua localização no território.

A Cáritas RJ, a convite do Governo Federal, assumiu em 2018 o Programa de Interiorização, que visa facilitar a vinda de refugiados de Roraima para o RJ, contando com parcerias e construindo-se uma Casa para hospedar mulheres e crianças venezuelanas. Mais de 100 mulheres e crianças já foram acolhidas, podendo permanecer de 3 a 6 meses. Dos cerca de 8 mil refugiados vindos ao RJ, 300 vieram pelo Programa de Interiorização.

Acrescenta a locutora que uma das características dessa população é que contribui com o país, que inclusive já abriram empresas e até mesmo contrataram brasileiros com carteira assinada e que pagam tributos, enriquecendo-nos com sua cultura. No início dos trabalhos, o perfil dos imigrantes era de homens adultos.

Recentemente, o perfil dos venezuelanos era de famílias que possuíam boas condições em seu país e, com o tempo, passou a ser de pessoas com menor poder aquisitivo e com mais fragilidades. Os principais números atuais são de 6.300 atendimentos no primeiro semestre de 2019, de 54 países diferentes.

Uma nomenclatura destacada pela oradora é referente à integração dos refugiados, que não significa apenas dar moradia e ter um trabalho, mas sim, ocupar a cidade de todas as maneiras, com tudo que o local tem a oferecer. Por isso a importância de atividades culturais: ao recuperar o conhecimento artístico, a cultura, o esporte, ele reencontra também a sua humanidade. Finalizou a oradora que, graças às mais de 270 Instituições parceiras da Cáritas RJ, é possível oferecer igualdade com equidade aos refugiados.

No momento em que o evento foi aberto para perguntas, Rebeca Almeida e Cristiane Lessa foram questionadas acerca dos pontos fortes e maiores dificuldades tanto do Governo do Estado, como para a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. Rebeca Almeida de imediato respondeu que a maior facilidade é o poder articulatório que a SEDSDH tem no governo junto a todos os órgãos competentes, geralmente não havendo dificuldade em acioná-los. Há momentos em que há entraves. A dificuldade é a questão do abrigamento, pois não há abrigo público suficiente para este público e nos poucos que existem não há vagas ou não são aceitos pelo próprio refugiado por inúmeras razões. E tem-se pleiteado a, no mínimo, cinco anos, que é o tempo que a servidora tem de secretaria, sobre a necessidade urgente de ter abrigamento

específico para os refugiados.

Cristiane Lessa cita não como dificuldade, mas sim como um desafio, a instauração do comitê municipal, para realizar articulações de rede, e levar o tema ao município. O Estado já tem avançado, enquanto o município necessita avançar e amadurecer o tema, pois quando houver o término de uma gestão, é necessária uma permanência, e que tenha solidez. Um dos pontos fortes é o perfil operacional do setor, já possuindo um histórico de atendimento técnico, entendendo a rede do município e já compreendendo o trabalho em si.

Destaca-se ainda o fato de que a Saúde, por meio do SUS, tanto a municipal como a estadual é, apesar de todas as dificuldades, a política que se tem mais facilidade de acesso, pois como está garantido em lei que o acesso é universal, é assim cumprido. E o refugiado tem o direito de ser atendido não só na emergência, mas também numa Clínica da Família, num Posto de Saúde ou em uma Unidade de Pronto Atendimento. Mesmo no momento do atendimento, apesar da situação de vulnerabilidade, as instituições priorizam a equidade entre os cidadãos e os refugiados, não havendo distinção de tratamento entre os pacientes.

Foi realizado o Painel Desafios para a garantia de direitos das pessoas em situação de refúgio, a fala foi aberta pela Professora Ana Karina Brenner, Representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que lembrou que as cátedras realizaram recentemente um seminário nacional com rodas de conversas, de maneira a permitir e produzir a participação da população refugiada no debate com os acadêmicos na produção do pensamento e de ações de resposta às necessidades e demandas dos refugiados. Assim, a expositora deu prioridade ao tema do direito à educação, a fim do fortalecimento do sistema de garantia de direitos. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) há realizações no sentido do acompanhamento de crianças e adolescentes na educação básica regular e no curso de português para refugiados para a inserção da garantia de seus direitos.

Assim, eles conseguirão se manejar com autonomia, graças a essas necessidades comunicativas e metodologias e práticas pedagógicas específicas têm sido pensadas, com elaboração de material didático próprio e levantamento de questões que eram as necessárias de comunicação com os refugiados. O direito à educação, que é algo abstrato, é um dos direitos universais, possui como desafio ações específicas junto às escolas da rede básica para que atendam com qualidade e consigam dialogar com estas novas diversidade que chegam à escola e convivem com todas as outras muitas heterogeneidades que já são presentes na escola pública brasileira.

Além disso, o próprio sistema educacional já produz evasão, repetência e exclusão

do cidadão brasileiro, associadamente, também produz dificuldades de permanência para refugiados: 52% da população brasileira sequer concluiu o ensino médio. Uma curiosidade destacada pela expositora é referente às diferenças funcionais que existem entre os profissionais formados no Brasil e no exterior, cujas aplicações práticas se deparam com especificidades distintas da vida profissional, não só em termos de sistemas de medidas, mas de entender a dinâmica dos modos de exercer a profissão no Brasil. E a professora finalizou que as escolas precisam ser protegidas, ou seja, um lugar onde a vida esteja a salvo, tratando-se de segurança pública. Assim, os desafios são grandes, mas igualmente são boas as soluções dos problemas.

A segunda fala do Painel foi de Renato Machado, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, cuja responsabilidade é a atuação em Direitos Humanos e, dentre as múltiplas temáticas, é a de refugiados e imigrantes, com assento no CEIPARM, que ocupa há 5 anos.

Imediatamente destacou uma primeira barreira: a articulação, uma vez que não há Políticas Públicas de sucesso, se não houver as articulações entre as diferentes agências. Percebe-se que os problemas ocorrerão quando um órgão que, apesar de possuir assento no CEIPARM, não comparece às reuniões bimestrais. Outro grande desafio é o preconceito que surge quando se supõe que o imigrante disputa vagas de empregos, além das diferentes nacionalidades e de necessidades diferenciadas, que se somam a todas as outras vulnerabilidades, incluindo de gênero, de raça, de deficiências, que requerem atenção perante algumas precariedades locais.

Ressaltou a demora burocrática que existe por parte do CONARE para decidir sobre a condição de refugiados, o que leva a um aumento de solicitações de refúgio, como uma forma de regularizar mais fácil e rapidamente sua situação no país, o que pode levar anos. Tal demora se dá por uma combinação de existência de uma estrutura enxuta, com cerca de 20 Oficiais de Elegibilidade, que realizam entrevistas em todo o Brasil, ou presenciais, ou via Skype, com duração de 30 minutos a três horas.

Tal resposta ao pedido pode durar cerca de quatro anos. Isso se soma à realidade de o Brasil ser um grande local de passagem, principalmente para os Estados Unidos da América. A legislação para o refugiado é moderna e a Lei de Migrações que fez alterações no Estatuto do Estrangeiro mudou a lógica de estrangeiro como inimigo da segurança nacional. Tratando-se de direitos específicos, um dos assuntos que se exigem atenção é da saúde, cujas dificuldades pelas quais os refugiados passam são as mesmas pelas quais a população nativa

também se depara no SUS.

Como representante da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro Gislaine Kepe deu continuidade ao Painel, destaca os embasamentos perante a Constituição da República, cujo artigo 134 delega à Defensoria “a orientação jurídica, a proteção dos direitos humanos e a defesa aos necessitados, judicial ou extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita”. Entende-se por necessitado, evoluindo-se no termo, não somente o insuficiente economicamente, mas também o que está em qualquer situação de vulnerabilidade: por ser negro, mulher, criança ou da população LGBTI, além da vulnerabilidade de ser refugiado.

Algo que a servidora destacou foi o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH), o órgão especializado na orientação e assistência integral aos refugiados e solicitantes de refúgio. O NUDEDH realiza capacitações por meio do Programa Direito Internacional dos Refugiados, que presta assessoria jurídica integral e gratuita a esta população em questão jurídicas de competência estadual, especialmente quanto ao direito à identidade, educação, saúde e direito de constituir uma família. Isto é realizado por meio de medidas judiciais e administrativas, a fim de promoção da efetividade destes direitos.

Como importantes desafios na garantia de direitos destes imigrantes, a expositora ressaltou alguns que são frequentes na DPE. É citado, mais uma vez, o não comparecimento de muitos órgãos nas reuniões do CEIPARM, o que causa aparecimento de gargalos nas ações. Algumas questões que se pretende buscar soluções são referentes à moradia, por meio da interlocução na criação de locais de abrigo para o momento de chegada e inserção nas Políticas Públicas de habitação e moradia para pessoas de baixa renda. Além dos abrigos ofertados pelo município não serem suficientes e não poderem ter diferenciação, muitas vezes não estão em condições apropriadas.

A Defensoria Pública orienta os refugiados que devem entrar do CADÚnico para concorrer a moradias, por exemplo, do *Minha Casa minha vida*. O segundo desafio é o acesso à documentação, onde a DPE faz ofícios encaminhando para habilitação de casamento, ofício de gratuidade para certidões negativas e ajuizamento, principalmente, de divórcio e de guarda.

O terceiro desafio é na educação, onde se faz interlocução com instituições de ensino, com o objetivo de facilitar a revalidação de diplomas, num diálogo com Instituições de nível superior, mas sem esquecer as de nível médio e fundamental. O quarto ponto que se tem prioridade é a Educação em Direitos e existe um projeto em implantação em parceria com o Ministério da Justiça, levando-se cartilhas de direitos, realização de rodas de conversas, uma

vez que há desconhecimento do sistema de garantias.

Outro desafio é a regularização da situação migratória, onde se há um diálogo constante com a Delegacia de Imigração da Polícia Federal (DELEMIG), local em que há sucesso nos casos de fixação multa, que é de R\$ 100,00 a diária devida a permanência irregular – ou seja, depois de 3 meses e dez dias, já se chega no limite (R\$10 mil), faz-se o recurso e acompanha-se o processo e têm havido vitória em todos os casos. Uma das metas é a tradução de documentos (diplomas e passaportes), com possibilidade de firmar convênio com tradutores juramentados.

Segundo a expositora, a novidade é o lançamento do SISCONARE, um sistema que começou a vigorar recentemente e por onde se processa as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

Em seguida Sílvia Sander, do ACNUR Brasil afirmou que em 2018 entendeu-se a importância de aproximação com o Rio de Janeiro, através de apoios institucional, técnico e humano e chegou-se a cifra de mais de 70,8 milhões de pessoas no mundo que foram obrigadas a se deslocar de maneira forçada de seus locais de origem. Deste número, cerca de 25 milhões são refugiados, onde mais da metade destas pessoas tem menos de 18 anos, com um número expressivo de mulheres e crianças, indo para países dito em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, fronteiriços a esta crise e, historicamente, nações com deficiências de infra-estrutura, de acesso a Políticas Públicas e serviços.

A representante do ACNUR lembra que o Brasil sempre foi um país receptor, e até o ano de 2010 recebíamos cerca de 900 novas pessoas solicitando refúgio todos os anos, num universo de mais de 200 milhões de brasileiros. De 2010 para os dias atuais, houve um aumento exponencial deste número: em 2018 cerca de 80 mil novas pessoas solicitaram refúgio no país, em sua maioria venezuelanos (60 mil), o que sinaliza um grande problema regional. E de 2010 até 2019, as estruturas que existem para analisar estes casos de refúgios e garantir atenção não acompanhou de maneira expressiva esse aumento.

Assim, ainda não se há Política Pública Federal que articule as outras Políticas Públicas setoriais. Outra dificuldade é o acúmulo de quase 200 mil pedidos de refúgio no CONARE esperando resposta por parte do estado brasileiro, o que parece uma discussão técnica, mas reflete na prática no cotidiano dessas populações. Pessoas reconhecidas refugiadas no Brasil são pouco mais de 11 mil pessoas, sendo a maioria de sírios, seguido de congoleses, colombianos e cerca de outras 100 nacionalidades.

Hoje, as duas maiores crises humanitárias no mundo, tanto em termos de fluxo de

pessoas se deslocando, como em termos de complexidades e vulnerabilidades são: a Síria, que tem um conflito alcançando seu 8º ano, e a Venezuela; em 2020 há a tendência de a crise venezuelana ser a mais complexa mundialmente. Considerando esta importância, é preciso entender como este fluxo oportuniza ao Brasil falar sobre o tema de criação de Políticas Públicas. Mais de 4 milhões de pessoas já saíram da Venezuela e esse povo tem o Brasil como 5ª opção de destino pela fronteira de Pacaraima em Roraima, após respectivamente Colômbia, Peru, Equador e Chile. Mais de 400 mil venezuelanos tentam alcançar Argentina e Chile, e 180 mil permanecem no Brasil, normalmente represadas em Roraima.

As vias de proteção humanitária por meio de documentações se dão de duas maneiras: ou como solicitante de refúgio, prevista pela Lei de Refúgio (9474/97), ou solicitante de residência temporária, prevista segundo a Portaria Interministerial n 9 de 14 de marco de 2018, ambas dão acesso aos mesmos direitos que um estrangeiro de maneira regular no país.

Acrescenta o palestrante que os atuais desafios do ACNUR são: garantir que estes imigrantes consigam entrar no país e se deparem com aeroportos e fronteiras abertas, podendo se documentar e, finalmente, consigam acessar as redes de direitos. E a resposta brasileira é considerada uma boa prática na região pelos organismos internacionais, denominada Operação Acolhida, com atores do Governo Federal, governos locais e da sociedade civil – que normalmente é a primeira a chegar -, além de agências da ONU.

Esta operação inicia-se desde a fronteira e deve-se garantir uma rota de saída do estado de Roraima para um dos mais 5 mil municípios brasileiros, onde se há maior possibilidade de encontrar redes solidárias: a chamada Interiorização. Segue-se alguns critérios, dentre elas a imunização, uma avaliação clínica e a assinatura do termo de voluntariedade.

A representante do ACNUR cita ainda que, chegando ao destino, deve-se garantir a integração das pessoas à comunidade, que se dá por meio de 5 modalidades de fluxos da interiorização: abrigo a abrigo (estaduais, municipais e sociedade civil), modalidade que a Cáritas apoia; reunião familiar; oferta de emprego (principalmente no sul do país por meio de grandes empresas do setor agropecuário); reunião social; e por redes diversas da sociedade civil religiosas ou não. Até aquele momento, mais de 12 mil pessoas haviam sido interiorizadas para mais de 100 cidades do país por meio destas cinco modalidades.

No Rio de Janeiro, apenas receberam 477 pessoas, para 7 cidades do RJ, correspondendo a 3,6%, por várias questões. As cidades solidárias são: Rio de Janeiro (369),

Campos dos Goytacazes (56), Itaboraí (33), São Gonçalo (7), Cabo Frio (5), Nilópolis (5) e Paraíba do Sul (2). Até 2017, o RJ representava a segunda principal porta de entrada para a acolhida de refugiados no Brasil em 2018, houve um total de 701 solicitações de refúgio no Estado. Já em 2019, de janeiro a abril, houve 380 solicitações de refúgio em todo o Estado.

Seus principais países de origem são: Venezuela, Haiti, Angola, Cuba, República Democrática do Congo e Colômbia. Desta maneira, a palestrante ressalta que o Rio de Janeiro sempre será um dos principais Estados receptores de refugiados e imigrante no país, por questões geográficas, pela atratividade turística, pelas redes solidárias que existem há mais de 40 anos e que já estão consolidadas. As legislações voltadas ao tema são modernas e acolhedoras, exemplos de *supralidade*, ou seja, estão em consonância com os Direitos Humanos.

A representante do ACNUR acredita que para acessar refugiados que desconhecem que existe uma estrutura disponível para acolhê-lo, é necessário ir mais à campo, construindo alianças mais fortes com instituições que já estejam no território, havendo um maior engajamento com estruturas comunitárias de migrantes e refugiados, participando dos processos decisórios, e até mesmo entre nos comitês, disseminando-se a eles informação e com estratégias preventivas de quaisquer tipos de violência, etc.

E, finalizando, a representante da ONU destaca as características do SISCONARE, sistema este que registra novos pedidos de refúgio e de renovação de protocolo de refúgio que havia sido lançado há alguns dias, e seria necessária uma união de forças entre ONGs, Polícia Federal e órgãos do Sistema de Justiça, a fim de garantir que esse novo sistema não inviabilize a possibilidade dessas pessoas se manterem documentadas.

Larissa Getirana, Coordenadora de Proteção Legal da Cáritas RJ convidou a todos à uma reflexão sobre três tipos de tendências nos atendimentos diretos aos refugiados. Primeiramente, quanto ao atendimento, houve uma mudança ao longo do último ano, do perfil de população atendida. Antes eram congoleses e angolanos, que diminuíram abruptamente devido à dificuldade destas pessoas conseguirem visto para chegarem ao Brasil por meios aéreos, o que as leva a travessias perigosas na região do Oceano Atlântico, chegando em situação de alta vulnerabilidade, por ficarem dias sem se alimentar.

Isso dificulta o mapeamento do desafio e, conseqüentemente, a busca de soluções. O novo perfil é, basicamente, de venezuelanos, percebido a partir de 2017, de classe média e média alta que vinham em voos diretos de Caracas ao Rio de Janeiro e com alguma condição financeira para recomeçar suas vidas na cidade.

E, enquanto o deslocamento forçado foi aumentando com o passar do tempo, essa população possui vulnerabilidade sócio econômica acentuada, que exige uma atenção diferenciada. No ano de 2019, já se recebe muitos deslocados colombianos em decorrência da guerrilha e dos conflitos paramilitares, cujo acordo de paz não teve eficácia. Estes possuem elevado nível de vulnerabilidade e sem qualquer rede de suporte.

Representante da Cáritas revela ainda que isso se refletiu no aumento do número de pessoas em situação de rua, uma vez que não há no Rio de Janeiro abrigos específicos para imigrantes – diferentemente de São Paulo – e os poucos abrigos existentes não possuem vagas.

Na prática, Larissa explica que a confecção de documentação dessas pessoas na sede da Cáritas normalmente dura algumas horas, pois além de ser um formulário extenso – em português –, realiza-se também atendimentos sociais, psicólogos e jurídicos. Assim, como o refugiado é liberado à noite, há a dificuldade de inserção das pessoas nos abrigos públicos porque estes têm a preferência de que se encaminhem os indivíduos na parte da manhã, o que gera uma população de rua, fato este observado frequentemente já em 2019 com venezuelanos e colombianos.

Outro fato citado pela representante é que os pedidos de refúgio, a partir de meados de setembro, deverão ser feitos de forma digital – o SISCONARE –, o que dificultará a agilidade na confecção da documentação. Isso porque não há uma estrutura para receber esses pedidos pois será necessário, no mínimo, computadores com acesso à internet e digitadores trabalhando em tradução simultânea (pois o sistema está somente em português). Considerando que o Programa de Interiorização está ocorrendo em pequenos municípios e não mais nas grandes cidades, isto é outro fator limitador para acesso ao novo sistema, que ainda está em ajustes.

A Coordenadora de Proteção Legal da Cáritas RJ destaca a multiplicação de autorizações de residência, em detrimento do refúgio, uma vez que quando se realiza um pedido de residência, perde-se o que já está em andamento no CONARE, causando centenas de pedidos extintos. Enquanto o refúgio é um instituto de proteção e que o Estado brasileiro se compromete com o indivíduo, com uma estrutura de compromisso internacional, a autorização de residência é uma simples regularização migratória, com período curto e determinado de 2 anos.

Assim, estas substituições de protocolos causam o afastamento dos imigrantes do caminho do refúgio, o mais natural para elas. Além disso, nos últimos meses foram

autorizadas novas portarias de Projetos de Leis prejudiciais ao migrante em geral, que versa sobre novos marcos regulatórios na Lei de Migração, restringindo a entrada e retornando a um paradigma de segurança nacional.

Uma das implicações é a deportação sumária, que acontece de maneira rápida e sem possibilidade de atuação de Ministério Público, nem Defensorias, ONGs, nem mesmo organismos internacionais, pois se dá antes destes órgãos terem acesso, o que viola o principal princípio do refúgio que é a não devolução de pessoas que correm risco em seu país de origem: a Portaria N 666/2019.

Como uma portaria poderia ser revogável por meio de pressão popular, o Ministério Público Federal, o ACNUR¹⁶, a Defensoria Pública da União e a Sociedade Civil se mobilizarão para fazer notas contrárias ou de melhoria da Portaria. No atual momento é um Projeto de Lei que está tramitando no Senado, que traz o mesmo conteúdo da Portaria, o que tornaria mais difícil sua extinção. A expositora destaca que os sírios e os venezuelanos já foram reconhecidos pelo Brasil como refugiados por “grave e generalizada violação dos direitos humanos”, o que os garante um critério de proteção.

Afirmou que o IBGE lançou recentemente um estudo sobre a presença de migrantes no Brasil, que dos mais de 5 mil municípios no Brasil, há a existência de refugiados em cerca de 3.800, mas apenas 5% destes municípios possuem efetivamente um serviço de apoio a sua chegada, sejam serviços concedidos por ONGs ou por órgãos governamentais. Conclui que estes migrantes não têm recebido informações sobre seus direitos e suas possibilidades de regularização migratória.

Foi realizada pergunta aos participantes referente ao PEAR/RJ, sobre quais seriam os maiores déficits de articulação entre membros do governo, que impedem a fluidez das metas e diretrizes.

Renato explicou que, em muitos casos, tem-se municípios do interior que não possuem tradutores, nem estão acostumados a lidar com a temática. O CEIPARM tem articulado com

¹⁶ Além de o ACNUR ter aberto recentemente um escritório físico no RJ, acessando-se o site Oficial do ACNUR, há uma plataforma gratuita chamada *HELP*, no qual qualquer solicitante de refúgio ou refugiado encontre informações fidedignas de como proceder no território fluminense e como buscar seus direitos básicos. Dentre estas referências, inclui-se trâmites legais para a aquisição de documentos diversos, acesso ao sistema de saúde e de moradia, oportunidades de emprego, como abrir contas bancárias e de que maneira pode revalidar diplomas no novo território. O site está disponível nos idiomas português, inglês, espanhol, francês e árabe. Há a apresentação de maneira detalhada dos temas mais relevantes voltados aos direitos dos refugiados, como base informações confiáveis do governo, da polícia federal, da sociedade civil e da academia. Segundo o ACNUR, que desenvolveu estrutura, conteúdo e design do site a partir da participação dos próprios refugiados, a metodologia para a criação do site foi centrada no ser humano, o denominado *Human-Centered Design*. Assim, produtos e serviços foram adaptados às necessidades da população refugiada.

municípios da Baixada Fluminense e do interior, apesar dos recursos escassos. Além da Polícia Federal, que algumas vezes exige comprovante de endereço para fazer a realização de solicitação de refúgio, o que é um obstáculo.

O palestrante lembra que quando começou a atuar na temática em 2014, se deparou com uma Portaria da Polícia Federal que negava acesso à solicitação de refúgio a uma lista de países da África, onde haveria um surto de ebola, países que na época não havia risco dessa doença, que se indeferia o encaminhamento até mesmo a migrantes que já se encontravam no território brasileiro há anos. Como a DELEMIG possui uma rotatividade grande de gestão, cada gestor implantava uma questão prioritária diferente, que nem mesmo constava oficialmente em lei. Gislaine afirma que, quanto à carência de abrigos, tal fato se dá, simplesmente, por falta de vontade política.

Finalizando o Primeiro Encontro PARES, houve o lançamento da Ferramenta “Cáritas Explica”, com 13 pílulas informativas, em 4 diferentes idiomas disponível em formato de legenda, sendo um destes vídeos feito exclusivamente com legendas em espanhol, voltado ao público venezuelano. Este recurso¹⁷ foi idealizado em janeiro de 2018 e, após o suporte de diversos organismos, em setembro de 2019 foi finalmente lançado. Seu uso é voltado a suprir as demandas existentes em todos os municípios do Brasil que não possuam equipes estruturadas nem serviços de suporte a acolhida de refugiados.

E, finalizando o evento, houve um agradecimento à Produtora Camisa Preta que foi a responsável pela filmagem, edição e finalização e ao refugiado do Marrocos Mohammed El Jazouli, responsável pela formulação dos textos no idioma árabe dos vídeos explicativos. Além dessa atuação, era também o migrante designado para quaisquer necessidades de traduções aos recém-chegados a Cáritas RJ vindo de países falantes de árabe.

O presente capítulo apresenta a análise dos resultados obtidos na pesquisa na busca de uma forma de atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro diante da chegada e permanência de refugiados no seu território. Com os dados do capítulo, é possível partir para uma discussão que tenderá para a resolução do problema desta dissertação.

A partir de avaliações do cumprimento das Diretrizes, Objetivos, Ações e Produtos dos 6 Eixos Temáticos do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados, foram

¹⁷ O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro disponibilizou os recursos financeiros necessários ao Projeto. O ACNUR colaborou com a cessão de fotos ilustrativas e foi lembrado que aquela ferramenta é semelhante à Plataforma *HELP*, que é disponibilizada de forma escrita e guia os leitores por meio de 5 idiomas diferentes.

consolidadas ideias de quatro fontes de pesquisa. Além de terem sido coletadas informações dos Sites Oficiais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, foram também analisados os depoimentos das cinco autoridades consultadas, coletou-se tópicos dos preceitos expostos no evento “Encontro PARES – Pensando o Acolhimento a Pessoas em Situação de Refúgio no Rio de Janeiro” e, finalmente, realizou-se uma observação detalhada da Plataforma HELP, gerida pelo ACNUR, da qual também foi elaborada uma tabela comparativa (Apêndice A).

Os itens a seguir, que se referem aos 6 Eixos Temáticos norteadores do PEAR/RJ, divulgam as ideias convergentes referentes às atuações dos diversos organismos que atuam na chegada e permanência de refugiados no território fluminense (ALMEIDA, 2015).

4.3 Documentação

Como primeiro Eixo Temático do Plano Estadual a ser estudado, a documentação poder ser considerada o passo inicial para obtenção dos direitos do imigrante ao adentrar no território nacional. Sem os documentos, o requerente de refúgio não terá acesso a nenhum serviço público ou auxílio do governo.

Considerando o porte de documentos como uma garantia de acesso aos serviços públicos e auxílio de órgãos governamentais, esse é um dos primeiros procedimentos a serem providenciados pelo refugiado e solicitante de refúgio. Apesar de não ser obrigatório ao cidadão o porte de documento oficial de identificação civil, tê-lo é uma maneira de aumentar sua presença perante qualquer abordagem de agentes de segurança.

Ao mesmo tempo, cabe observar que, mesmo sem a posse de documento de identidade, é livre o acesso de qualquer pessoa em território brasileiro ao Sistema único de Saúde, sanando quaisquer necessidades para atendimento de suas enfermidades.

Para a confecção das documentações de refugiados, é percebido na presente pesquisa diferentes maneiras que adquirir os dados. A primeira maneira é por meio do suporte da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSH), que realiza contato com a Polícia Federal, a fim de dar início aos protocolos necessários à emissão de quaisquer documentações necessárias à sua permanência no território.

Uma segunda maneira é perante a assistência da Viva Rio que, por meio da Assessoria do Coordenador Operacional do Haiti Aqui, permite o acesso direto de quaisquer necessidades documentais junto à Polícia Federal. Qualquer que seja a nacionalidade do

estrangeiro, algumas vezes a própria Polícia Federal faz contato com o Assessor a fim de realizar traduções – quando o imigrante é haitiano – e para dar continuidade ao processo de confecção das documentações. Além disso, realiza-se também contato com a Embaixada do Haiti em Brasília a fim de renovação de vistos de passaportes de haitianos.

Uma terceira forma é o acesso à Cáritas RJ, que encaminha os refugiados à Polícia Federal. Lá, será adquirido um Protocolo Provisório (que constituirá seu documento de identidade), o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho.

E, a fim de dar maior confiabilidade à documentação de identificação estadual, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN) tem sido provocado a criar um modelo exclusivo de Registro Geral a esta população imigrante. Isso tudo porque o Protocolo Provisório muitas vezes não é reconhecido como um documento oficial de identificação, simplesmente por falta de conhecimento por parte dos funcionários dos estabelecimentos onde o refugiado precisa fazer uso desse documento. Alia-se a isso a assistência fornecida pelo Comitê de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, com a finalidade de dificultar que possam ensejar falsificações de documentos.

E, por último, destaca-se o Sistema SISCONARE, ainda em fase de testes por parte do Comitê Nacional para Refugiados, no qual se preenche um formulário online para a solicitação do reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Por este documento estar unicamente no idioma português, ainda é um obstáculo para o entendimento dos imigrantes.

Considerando que uma das diretrizes contempladas no PEAR/RJ é o aperfeiçoamento da qualidade do protocolo de solicitação de refúgio, dotando-os de requisitos de segurança, percebe-se que é de interesse destes órgãos governamentais e não governamentais atingir as diretrizes e objetivos estabelecidos no Plano. Desta maneira, o estrangeiro amparado pelas leis nacionais é capaz de, ao mesmo tempo, acessar a rede pública de educação, ser incorporado ao mercado de trabalho e obter o direito à moradia no território fluminense.

4.4 Educação

Ao ser analisado o aspecto Educação, um importante Eixo Temático, convém recordar que a educação abrange não somente uma garantia de acesso às instituições de ensino para as idades, mas, também, a validação e reconhecimento do ensino recebido pelos

refugiados em seu país de origem. Outro aspecto que não deve ser esquecido é a dificuldade inicial que o imigrante encontra para entrosamento na comunidade pela dificuldade de entender a língua nacional.

Na temática educação, cabe primordialmente observar que o primeiro entrave do refugiado no território é o idioma local. Isso ocorre não somente devido à dificuldade de comunicação para o acesso a seus direitos básicos, mas também porque, independentemente de o refugiado possuir o certificado de proficiência, é necessário ter no mínimo o nível português intermediário, pois o refugiado realizará uma prova de revalidação a ser aplicada no idioma português. Além disso, para estudar em universidades públicas é aconselhável que o imigrante tenha um nível avançado de português, uma vez que a grande maioria dos cursos não está disponível em outros idiomas (BRASIL, 2018) .

Para isso, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) realiza cursos de português para refugiados a fim de inserção da garantia de seus direitos de cidadão. Além disso, a Cáritas RJ também se preocupa com o tema, oferecendo Cursos de idiomas para diferentes idades. Igualmente, a SEDSDH oferece suporte de um Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Imigrantes e Refugiados, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Foram observadas linhas de ação básicas de acesso à rede de educação. A fim de matricular e estudar crianças e adolescentes gratuitamente na Educação Infantil (que inclui creches e pré-escolas, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas estaduais ou municipais, basta aos pais levarem qualquer um de seus documentos de identificação pessoal. As matrículas nessas unidades de educação podem ser realizadas a qualquer momento.

Para maiores de 18 anos, que não tenham completado o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, há o sistema de Educação de Jovens e Adultos – EJA, programa governamental oferecido em escolas estaduais e municipais, tanto na modalidade presencial como por meio do ensino à distância complementado o curso almejado.

A fim de acesso ao curso universitário, o Exame Nacional do Ensino Médio é o meio mais comum. Deve-se salientar que, o Governo do Estado realizou uma parceria com a Defensoria Pública da União para que haja a equivalência de estudos da população refugiada focando na revalidação de diploma tanto de nível superior como no nível médio.

Além disso, há o acionamento da rede estadual de educação em atividades educativas de sensibilização e capacitação da rede. A UERJ participa de uma articulação inter e multidisciplinar para o desenvolvimento de ações em torno do tema do refúgio. A Cátedra

Sérgio Vieira de Mello promove, desde 2003, a educação, pesquisa e extensão acadêmica voltada a população em condição de refúgio, promovendo na Pontifícia Universidade Católica (PUC) diversos eventos e debates ao longo do ano, abertos e gratuitos, sobre questões de conjuntura e proteção a refugiados. A Cátedra atua na UERJ desde junho de 2017 e conta com ações em torno do tema do refúgio, como atendimento de solicitantes de refúgio e refugiados. Tais tarefas são realizadas por meio de projetos de extensão, abordagens da temática em pesquisas de ponta na pós-graduação e em disciplinas na graduação e pós-graduação.

4.5 Emprego e Renda

Em se tratando do Eixo Temático Emprego e Renda é conveniente recordar que o Emprego em um dos principais eixos de integração local por parte do imigrante. Deve-se lembrar que a partir da renda, o refugiado poderá ter acesso aos outros direitos e necessidades básicas, como moradia, vestuário, alimentação, transporte, lazer, entre outros (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019).

Contudo, o maior obstáculo para acesso dos refugiados ao emprego é o idioma. Ao mesmo tempo, o representante do Santuário Cristo Redentor afirmou que há inserção do imigrante no mercado de trabalho por meio de operadoras de turismo e hotéis que percebem nesses indivíduos uma chance de ter um profissional, no mínimo, bilíngüe (ACNUR, 2018).

Com relação ao Eixo temático Emprego, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda (SEDEGER), promoveu uma força-tarefa, conjugando esforços, a fim de inserção de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Foi igualmente ofertado ações de qualificação profissional de acordo com cada perfil profissional do refugiado procurando transmitir instruções sobre entrevistas de emprego. De modo semelhante, a Cáritas RJ prestou apoio ao Governo do Estado quando do atendimento a outra força-tarefa de apoio aos imigrantes, realizada a venezuelanos, também cadastrando estes no SINE para entrevistas de emprego assim como para obtenção de carteiras de trabalho.

A Viva Rio oportuniza vagas de emprego no momento em que empresas se sensibilizam com o tema e fazem contato com a ONG oferecendo vagas aos refugiados cadastrados, de acordo com cada perfil exigido às funções disponíveis. Além disso, o ONG possui um centro de capacitação, no qual haitianos recebem treinamento nas áreas de hotelaria

e turismo, melhorando sua taxa de emprego.

Se por um lado se percebe que o desemprego é uma realidade na sociedade fluminense e a disponibilidade de oportunidades têm sido reduzidas, por outro lado é verídico o fato de quem imigrantes venezuelanos conseguiram abrir seu próprio negócio e, até mesmo, contratar trabalhadores brasileiros como mão de obra em suas empresas (ACNUR, 2018).

Concluindo acerca do Emprego e Renda, pode-se considerar um dos eixos temáticos prioritários, para a integração local do imigrante. Por outro lado, não foi observado características proativas do secretariado quando da necessidade de acionamento ou diálogo com empresas a fim de facilitar o acesso a vagas de empregos a refugiados. Ao mesmo tempo, além do apoio da Viva Rio a haitiano e da Cáritas a venezuelanos, não é citado quais as garantias procedidas aos refugiados das demais nacionalidades que se encontram em território fluminense.

4.6 Moradia

Em primeiro lugar é necessário entender que para ser considerado uma moradia, o local deve preencher diversos requisitos tais como: habitabilidade, localização, segurança, acessibilidade e adequação cultural. A realidade apresentada hoje aos refugiados não se aproxima do cenário ideal de moradia.

Ao longo do estudo foi constatado que o Tema Moradia é um Eixos Temáticos mais complexos encontrados quando se pensa no objetivo de integração local do refugiado. Isto porque, além da impossibilidade de realizar entrevista com um membro da Secretaria Estadual das Cidades, foi constatada, nas diversas oportunidades de pesquisa, a exposição de diferentes opiniões quanto a não existência de abrigos públicos suficientes para o abrigo a população imigrante (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

A Cáritas constitui a Organização parceira do ACNUR no Rio de Janeiro para informações e encaminhamento a abrigos, ofertados por meio dos CRAS e dos CREAS, órgãos vinculados aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Pode-se contatar também, que é possível ao refugiado solicitar residência no Brasil por tempo indeterminado. Havendo um encaminhamento à Polícia Federal, os trâmites para tal deferimento é realizado. Vale lembrar que o refugiado não precisa renunciar ao seu status de refugiado para iniciar a solicitação de residência permanente.

Estando o imigrante morando no país por, ao menos, quatro anos como refugiado reconhecido, basta dar entrada na documentação portando um comprovante escolar, certificado ou diploma de formação, comprovante de renda, cópia do documento de viagem e um atestado de antecedentes do país de procedência. A residência por tempo indeterminado no Brasil pode ser concedida segundo a legislação vigente se for preenchido um dos seguintes requisitos: apresentar ao menos um filho brasileiro, ou ter união estável ou ser casado com um brasileiro, ou mostrar-se um profissional qualificado por uma instituição brasileira ou possuir um negócio próprio (BRASIL, 2018).

E, finalizando o eixo temático moradia, percebe-se que as Organizações Não Governamentais e o Município do Rio de Janeiro são mais atuantes no tema que o próprio Governo Estadual.

4.7 Saúde

O Eixo Temático saúde parte da premissa que segundo a Constituição Federal de 1988 a saúde é um direito básico do cidadão. Segundo a legislação em vigor, “o Sistema Único de Saúde é o garantidor do acesso integral, universal e gratuito desde o atendimento ambulatorial até cirurgias e transplantes”.

Segundo a pesquisa realizada foi percebido que, uma vez que a procura pelo atendimento de saúde é um direito garantido por lei e seu acesso é universal, há total liberdade ao refugiado para buscar assistência no SUS, inclusive em toda a rede estadual, apesar de várias dificuldades pelas quais os nativos também se deparam. Pode-se afirmar que, quer seja uma emergência médica, quer seja um atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento, o ingresso em Unidades Estaduais de Saúde é livre, com as mesmas prioridades da população fluminense e até mesmo sem ter posse de seus documentos de identificações (ACNUR, 2018).

Assim, apesar das dificuldades pelas quais a população em geral passa quando da chegada às unidades de saúde, esta pasta foi considerada a mais acessível e solícita quando acionada pela SEDSDH.

4.8 Ambiente Sociocultural e Conscientização para a Temática:

É relevante compreender que o imigrante não estará apenas submetido a aspectos de Documentação, Educação, Emprego e Renda, Moradia e Saúde, mas também, Culturais. A população refugiada é mesclada por pessoas de diversos países, de regiões geograficamente distantes e culturalmente distintas em relação ao Brasil, com costumes, gostos e tradições não comuns no nosso país.

Durante a realização de um encontro sobre refugiados, a SEDSDH mencionou em alocução que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa é o organismo governamental que participa ativamente com feiras de empreendimentos, atividades culturais, dentre outras ações que permitem a integração sociocultural do imigrante à sociedade fluminense.

Durante a pesquisa constatou-se que a Viva Rio realiza diversos tipos de atividades voltadas para tema culturais, explorando a arte, a dança e a música e sua Sede na Comunidade do Cantagalo é devidamente estruturada para a realização de quaisquer ações comunitárias, além de favorecer a integração local dos refugiados. Igualmente a Cáritas RJ realiza ações a fim de exaltar a cultura original dos imigrantes e se preocupa com a adaptação dos refugiados à cultura local.

Em relação às Leis e Projetos em vigor no país, cabe realizar uma observação referente à Portaria nº 666/2019, que estabelece novos parâmetros de avaliação a refugiados que adentram o país. O referido documento legal foi alvo de críticas por parte de autoridades voltadas à temática de proteção de direitos humanos no evento participado.

Os argumentos contrários à Portaria afirmam que, com a permissão de uma deportação sumária ou impedimento de ingresso no Brasil, não seria possível uma atuação contrária por nenhum órgão nacional e nem mesmo internacional, uma vez que não haveria acesso desses organismos aos casos. Ao mesmo tempo, considerando que o Projeto de Lei está tramitando no Senado, é possível, por meio de pressão popular, sua revogação. Além disso, Ministério Público Federal, ACNUR, Defensoria Pública da União e a Sociedade Civil estão mobilizados para tornar sem efeito a referida Portaria durante o processo legislativo (ACNUR, 2018).

5 Considerações finais

Assim como Almeida (2015) afirmou que as iniciativas de acolhimento aos refugiados são consideradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como modelo de boas práticas, igualmente o Plano de Políticas de Atenção aos Refugiados (PEAR/RJ) é também um exemplo fluminense de Política Pública de imigração.

Apesar das limitações de acesso a alguns dos principais órgãos do governo ao longo do trabalho, a fim de aquisição de dados e informações que esclarecessem seus papéis perante a real situação do cumprimento das metas do PEAR/RJ, no momento que foi possível a participação em seminário oficial com as mais importantes instituições envolvidas na dissertação, foi possível sanar quaisquer pendências perante a inicial ausência de respostas. Considerando ainda que tal presença ocorreu dias antes do término desta pesquisa, o material colhido é o mais contemporâneo, contribuindo com a verificação da veracidade do conhecimento.

A metodologia utilizada para a condução do trabalho foi adequada, na medida em que superou as dificuldades impostas pela escassez de materiais doutrinários no âmbito nacional e estrangeiro, por meio de consultas, questionários e experiências pessoais dos entrevistados. Assim, o conhecimento empírico foi organizado, após ter sido devidamente confrontado com exemplos de sucesso em entidades privadas e públicas.

O resultado das entrevistas identificou a necessidade de aumento da interação entre os órgãos públicos e entre as ONGs. Tal medida traria flagrante vantagem às operações necessárias ao perfeito acolhimento, em especial no enfrentamento das complexas dificuldades encontradas no momento em que o imigrante chega ao Rio de Janeiro.

A principal limitação encontrada na pesquisa foi a impossibilidade de contato com membros de algumas Secretarias Estaduais e a dificuldade de acesso a documentos oficiais que nortegassem e garantissem maior fluidez no trabalho. Tal limitação foi abreviada por um estudo cauteloso do Plano Estadual de Atenção aos refugiados do Rio de Janeiro, com especial atenção aos Eixos Temáticos (documentação, educação, emprego e renda, moradia, saúde e ambiente sociocultural conscientização para a temática) estabelecidos no documento.

A partir de avaliações quanto ao cumprimento das Diretrizes, Objetivos, Ações e Produtos dos 6 Eixos Temáticos do PEAR/RJ, foram consolidadas ideias de quatro fontes de pesquisa. Além de terem sido coletadas informações dos Sites Oficiais do Governo do Estado

do Rio de Janeiro, foram também analisados os depoimentos das cinco autoridades consultadas, foram coletados tópicos dos preceitos expostos no evento “Encontro PARES – Pensando o Acolhimento a Pessoas em Situação de Refúgio no Rio de Janeiro” e, finalmente, realizou-se uma observação detalhada da Plataforma *HELP*, gerida pelo ACNUR, sobre a qual também foi elaborada uma tabela comparativa (Apêndice A).

Após a consolidação das informações destas quatro fontes de pesquisas, foi realizado o levantamento de opiniões convergentes, no que tange os 6 Eixos Temáticos originais do PEAR/RJ. E, avaliando suas Diretrizes, Objetivos, Ações e Produtos destas fontes, foram estabelecidas linhas de ação e oportunidades de melhorias, realizadas ou não pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em cada um destes Eixos, da maneira a seguir.

1) Documentação: a fim de confecção de documentações, a SEDSDH realiza contato com a Polícia Federal, para dar início aos protocolos necessários à emissão de quaisquer documentações necessárias à sua permanência no território. E com o intuito de criação de um registro geral temporário aos refugiados e solicitantes de refúgio, a SEDSDH tem fomentado reuniões com o DETRAN, órgão vinculado ao organograma da Vice-governadoria, e que atualmente é responsável pela confecção da Carteira de Identidade Civil no Estado.

2) Educação: há acionamento da rede estadual de educação, além de atividades educativas de sensibilização, aliada à capacitação da rede. Encaminha-se também os refugiados para cursos profissionalizantes e de aprendizado da língua portuguesa. Além disso, a UERJ participa numa articulação inter e multidisciplinar para o desenvolvimento de ações em torno do tema do refugiado.

3) Emprego e Renda: a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Institucionais acompanhou a implantação do Programa de Interiorização de Refugiados e Migrantes Venezuelanos, desde seu lançamento em 2018. Em 2019, quando se iniciou o processo de acolhimento, esta secretaria promoveu uma força-tarefa com o objetivo de integrar imigrantes e refugiados no mercado de trabalho. Houve também a realização de cadastramento, a fim de futuro acesso a vagas de emprego. Foram igualmente ofertadas ações de qualificação profissional de acordo com cada perfil profissional, recebendo instruções sobre entrevistas de emprego. O cadastro foi realizado no Sistema Nacional de Emprego, possibilitando a obtenção de carteiras de trabalho e cartas de encaminhamento para futuras entrevistas de emprego.

4) Moradia: considerando que a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro é a

organização parceira do ACNUR para informações e encaminhamento a abrigos, além dos Serviços de Abrigos Públicos ofertados por meio dos Centro de Referência de Assistência Social e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social, órgãos subordinados ao Município do Rio de Janeiro, não foi percebida a participação ativa do Governo Estadual do RJ perante o tema moradia ou abrigamento. Além disso, a ausência de resposta às tentativas de contato com a secretaria responsável inviabilizou o entendimento quanto à atuação da pasta na temática.

5) Saúde: foi percebido que, uma vez que o acesso à saúde é um direito garantido por lei e seu acesso é universal, há total liberdade ao refugiado para acessar o SUS, inclusive em toda a rede estadual, apesar de todas as dificuldades pelas quais os nativos também se deparam. Quer seja uma emergência, quer seja um atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento, o ingresso em Unidades Estaduais de Saúde é livre, com as mesmas oportunidades da população fluminense, e até mesmo na ausência de seus documentos de identificação.

6) Ambiente Sociocultural e Conscientização para a temática: a SEDSDH mencionou em alocução que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa é o organismo governamental que participa ativamente organizando feiras de empreendimentos, atividades culturais, dentre outras ações que possibilitam a integração local do imigrante à sociedade fluminense.

Considerando que, quando foi aprovado o Decreto n 44.924/2014 e entrou em vigor o PEAR/RJ, o Governo do Estado encontrava-se em outro momento específico de gestão política. Com a mudança de Governo e devido à necessidade de adaptação das pastas, as nomenclaturas das secretarias passaram por modificações e enquanto alguns secretariados foram aglutinados, outros foram instituídos. Tais alterações fizeram com que o PEAR/RJ ficasse obsoleto em termos de responsabilidade sobre cada um dos eixos temáticos, considerando a extinção da maioria das secretarias contidas no documento original.

Ao mesmo tempo, a fim de um chamamento à participação oficial de todas as secretarias estaduais atuais participantes do Plano Estadual, e com o intuito de rever e ajustar cada uma das diretrizes, objetivos, ações, produtos, prazos e, até mesmo, prioridades de cada um dos Eixos Temáticos, é necessário que a Governadoria ou a Vice-governadoria convoque uma reunião com todos os Secretários Estaduais. Isto fará com que cesse, mesmo que temporariamente, o absentismo de pastas que estejam ausentes às reuniões bimestrais do CEIPARM. Desse modo, após a retificação dos itens norteadores de cada um dos Eixos

Temáticos do Plano Estadual, caberá às autoridades encaminhar tal Projeto de Lei de modernização, através da elaboração de um novo Processo Legislativo, para a devida aprovação, e, finalmente, vigência legal.

Em vista dos argumentos apresentados, o itinerário cumprido pela presente pesquisa exhibe uma sugestão de participação concreta de Órgãos Estaduais já participantes do CEIPARM, atendendo à proteção a esses refugiados e minimizando os momentos cruciais na chegada e na permanência desses imigrantes no território fluminense. Para isso, a inspeção e injunção do alto escalão do Governo do Estado é imprescindível, uma vez que os organismos hierarquicamente semelhantes não são capazes de compelir oficialmente medidas impositivas para suas atuações. A partir da participação em evento oficial, houve exposições orais de membros de Organismos Internacionais, Instituições Estaduais e ONGs locais, expostas na Observação Direta. Gráficos e imagens apresentadas ao longo do trabalho foram os mesmos exibidos pelos membros representantes em suas palestras, o que comprova a veracidade e atualização das informações.

Uma convergência de propósitos entre o Governo do Estado, a Sociedade Civil e as Organizações não Governamentais. Isto faz com que a proteção a esses refugiados seja instituída em bases sólidas, minimizando ao máximo os impactos na chegada e na permanência desses imigrantes no território local. O Governo RJ não realiza tal tarefa de maneira isolada. Considerando que a SEDSDH é o integrante do governo atuante na matéria, esta depende de ações conjuntas das ONGs Viva Rio e Cáritas RJ, a fim de garantir a chegada e permanência dessa população refugiada de maneira capaz.

Por outro lado, percebemos que, internamente, certos aspectos da atuação do Governo RJ diante da chegada e permanência de refugiados no território fluminense estão mais desenvolvidos que outros. Temos como exemplos destes aspectos com atuação avançada: documentação, educação, emprego e renda, saúde pública. Em todos os casos, já existem parcerias consolidadas com o poder público, que facilitam a articulação entre as entidades que cuidam dos refugiados e os serviços públicos a serem prestados.

Entretanto, o tema moradia ainda é considerado um grande obstáculo e há necessidade de uma maior integração da Secretaria das Cidades neste contexto, uma vez que a carência de abrigos públicos estaduais é uma realidade exposta em diversos discursos ao longo desta pesquisa. Ao mesmo tempo, ainda que a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa esteja imbuída do Ambiente sociocultural, ao longo da pesquisa foi perceptível a presença dos Organismos Não Governamentais como membros proeminentes da

promoção de movimentos de conscientização sobre o caráter humanitário das políticas de atenção aos refugiados. Igualmente, estas ONGs também se mostraram ativamente atentas à sensibilização dos funcionários que atuam no assunto.

Em vista dos argumentos apresentados, o itinerário cumprido pela presente pesquisa exhibe uma sugestão da maior participação dos Órgãos Estaduais já responsáveis pelo PEAR/RJ, que são a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda (SEDEGER). Tal mobilização se justifica uma vez que estes organismos condicionam intercâmbios com entidades afins, tanto nacionais como estrangeiros, objetivando obter cooperação técnica ou financeira para a continuidade do desenvolvimento de projetos programas e ações, favorecendo integrações locais e culturais.

Além disso, esta pesquisa sugere também a inclusão da Secretaria da Casa Civil e Governança (SECCG), tanto no referido Plano Estadual, como na participação do Comitê Estadual. Isto porque, segundo o próprio site do Governo do Estado, cabe a essa secretaria a transmissão aos demais Secretários de Estado e às autoridades estaduais diretrizes fixadas pelo Governador. Além disso, é competência da SECCG “promover relações governamentais com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autoridades civis, entidades políticas, religiosas, classistas e o público em geral”, características intrínsecas do próprio CEIPARM.

Em virtude dos fatos mencionados, a desarticulação da política de imigração entre as Secretarias Estaduais e as duas principais ONGs é uma realidade. Esta aproximação seria capaz de produzir vantagens marcantes, seja para a política estadual, seja para a sociedade fluminense, assim como para o desenvolvimento econômico. O nível de articulação entre as diversas políticas tem sido implementado sistemática e vagarosamente, sanando desencontros, explorando oportunidades, aproveitando-se da participação da sociedade fluminense, validadora desta política. Após as análises realizadas, pode-se confirmar que o PEAR/RJ tem como central finalidade institucionalizar a obrigação de ações relativas às Políticas Públicas no âmbito da integração local da população refugiada e solicitante de refúgio. Porém, a execução e implementação das diretrizes e objetivos é em parte realizada graças à atuação ativa da Viva Rio, assim como da Cáritas RJ, nas atividades de acolhida e integração local.

Ramos (2012) afirma que o ciclo da Política Pública inclui as fases de: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação, é igualmente importante que o PEAR/RJ reveja seu ciclo de avaliação, a fim de que seu processo permaneça atualizado. O Plano Estadual foi publicado há cerca de cinco anos, este ainda se encontra em fase de avaliação.

Ainda assim, mesmo com o esse tempo em vigor, ainda é possível notar as barreiras burocráticas que anteparam o bom caminho da implementação do plano. Dentre as ações que já estão em vigor, muitas ocorrem graças ao trabalho da Viva Rio e Cáritas RJ, que executam atividades relacionadas a integração local e auxílio à população refugiada, de forma independente do plano. Desta feita, pode-se afirmar que a ação do Governo do Estado foi capaz, em parte, de contribuir com as diretrizes e objetivos instituídos pelo PEAR/RJ para a organização do setor, a dinamização dos seus processos e da melhor articulação das suas Políticas Públicas em pauta.

Vemos a modernização das Políticas Públicas setoriais como um importante aspecto para possibilitar o avanço no campo da integração local dos refugiados. É necessário diminuir os empecilhos burocráticos, bem como garantir maior presença do poder público no cumprimento das ações previstas por Políticas Públicas no plano Estadual.

Torna-se igualmente evidente que o Brasil precisa administrar de forma mais consciente a expressiva chegada de imigrantes. Isto porque ainda não se vê presente uma Política Pública Nacional que acompanhe as Políticas Públicas Setoriais. Tal Política Pública Nacional é de suma importância considerando a previsão de futuras pautas a serem planejadas. A primeira delas é a possibilidade do início de ingresso de refugiados cubanos ao Brasil a segunda é a próxima tendência mundial que são os refugiados por questões ambientais.

A saída do Brasil em janeiro de 2019 do Pacto Global da ONU sobre Migração (VEJA, 2019) é um fato a ser observado ao longo dos próximos estudos contemporâneos, uma vez que o tema foi tratado como uma perda da soberania nacional. A imigração seria um tema que deveria ser tratado, segundo o Ministro das Relações exteriores, não como uma questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país. Na mesma época, o porta-voz da Organização Internacional de Migrações lamentou que seria um fato lamentável a dissociação de um Estado de um processo multilateral, ainda mais sendo um país tão respeitável e de especificidades nacionais (VEJA, 2019).

Certamente há ainda muito trabalho a ser realizado. Apesar disso, já é possível observar melhoras na articulação entre as diversas Políticas Públicas de imigração, que oscila aparentemente entre a coordenação pouco profunda e a coordenação adequada. É imprescindível que todos se conscientizem de que dentre os diversos atores políticos que influenciam nesta articulação, o mais proeminente deve ser o Governo do Estado do Rio de Janeiro, instituição central do sistema de governança estadual.

6. Bibliografia

ACNUR. **Organizações Parceiras**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/organizacoes-parceiras/>. Acessado em 20 de novembro de 2018.

_____. **Cartilha: Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>. Acessado em 5 de março de 2019.

_____. **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acessado em: 30 de novembro de 2018.

_____. **Plataforma HELP, para solicitantes de refúgio ou refugiados**. Disponível em https://help.unhcr.org/brazil/#_ga=2.48381414.1511358239.1562540573-1068212678.1535931452. Acessado em 7 de julho de 2019.

_____. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM**. 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>. Acessado em 8 de setembro de 2019.

_____. **Plano de emergência para refugiados e migrantes da Venezuela é lançado**. 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/12/14/plano-de-emergencia-para-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-e-lancado/>. Acessado em 08 de setembro de 2019.

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Há 272 milhões de migrantes no mundo, aponta relatório da ONU**. 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/ha-272-milhoes-de-migrantes-no-mundo-aponta-relatorio-da-onu/>. Acessado em 19 de setembro de 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo brasileiro decide conceder visto humanitário a haitianos**. 10 de abril de 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/governo-brasileiro-decide-conceder-visto-humanitario-a-haitianos/>. Acessado em 15 de agosto de 2019.

ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO. **Um ano de atividades na Casa de Acolhida Papa Francisco**. 12 de julho de 2019. Disponível em: <http://arqrio.org/noticias/detalhes/7546/um-ano-de-atividades-na-casa-de-acolhida-papa-francisco>. Acessado em 08 de setembro de 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. São Paulo, SP. Edição 70, 2016.

BARRETO. Luiz P.T. Ferreira. **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/central-econteudo/estrangeiros/livrorefugiobrasil.pdf /view](http://www.justica.gov.br/central-econteudo/estrangeiros/livrorefugiobrasil.pdf/view). Acesso em: 19 de abril de 2018. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BBC NEWS BRASIL. **Brasil acolhe mais sírios que países na rota de refugiados**. 4 de setembro de 2015. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-acolhe-mais-sirios-que-paises-na-rota-europeia-de-refugiados,0263a7fb1b4f72961179495d16a969dafaqcRCRD.html>. Acessado em 24 de agosto de 2019.

_____. **Como Alemanha se beneficiará recebendo 800 mil refugiados**. 9 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150909_beneficio_imigrantes_alemanha_lgb. Acessado em 11 de setembro de 2019.

BBC BRASIL EM LONDRES E EM SÃO PAULO. **Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. Desde o início da crise na Síria, o Brasil vem concedendo refúgio a mais sírios do que os principais portos de destino de refugiados na Europa**. 9 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb.shtml. Acessado em: 16 de setembro de 2019.

BOLETIM DOS SERVIÇOS PASTORAL DO MIGRANTE INFORMA. **Reunião do Comitê Estadual Intersetorial para Refugiados e Migrantes – RJ**. 10 de setembro de 2017. Disponível em <http://spminforma.blogspot.com/2017/09/reuniao-do-ceiparm-comite-estadual.html>. Acessado em 09 de setembro de 2019.

BRASIL. **Estatuto do Refugiado. Lei 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acessado em 30 de novembro de 2018.

_____. **Lei de Migração. Lei 13.445/17, que institui a Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acessado em: 9 de julho de 2018.

_____. **Cartilha para Refugiados no Brasil: Direitos e Deveres**,

Documentação, Soluções Duradouras e Contatos Úteis. Disponível em: [http://caritas.org.br/wp-](http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/CARTILHA_PARA_REFUGIADOS_NO_BRASIL_FINAL.pdf)

[content/uploads/2013/09/CARTILHA_PARA_REFUGIADOS_NO_BRASIL_FINAL.pdf](http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/CARTILHA_PARA_REFUGIADOS_NO_BRASIL_FINAL.pdf).

Acessado em 18 de abril de 2018.

_____. **The 100 Points of Brasilia: Inputs from Latin America and the Caribbean to the Global Compact on Refugees.** Brasília, 2018. Disponível em: http://www.funag.gov.br/images/2018/Fevereiro/ACNUR_evento/HundredPointsofBrasilia.pdf. Acesso em 22 de abril de 2018.

CÁRITAS RJ. **Programa de Atendimento a Refugiados e a Solicitantes de Refúgio.** Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acessado em 8 de setembro de 2019.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197. 2003.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Imprensa Nacional. **Resolução Normativa nº 23, de 30 de setembro de 2016.** Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24780949/do1-2016-12-16-resolucao-normativa-n-23-de-30-de-setembro-de-2016-24780887. Acessado em: 04 de setembro de 2019.

CERNA, Lucie. **The Nature of Policy Change and Implementation: A Review of Different Theoretical Approaches.** The Organization for Economic Co-operation and Development, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Brasil é modelo mundial em políticas públicas de imigração.** 8 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/acoes-institucionais/noticias/brasil-e-modelo-mundial-em-politicas-publicas-de-imigracao>. Acessado em 28 de novembro de 2018.

Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio de Janeiro. **Ata da 5ª Reunião Ordinária da CIB/RJ.** 9 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.cib.rj.gov.br/atas-das-reunioes/615-2019/maio/6456-ata-da-5-reuniao-ordinaria-da-cib-rj.html?highlight=WyJyZWZlZ2lhZG9zIl0=>. Acessado em 23 de setembro de 2019.

_____. **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde 2019-2022.** Setembro de 2019. Disponível em: <http://www.cib.rj.gov.br/arquivos-para-baixar/boletins-cib/2301-plano-eps-29-10-cib-iii/file.html>. Acessado em 22 de setembro de 2019.

COSEMS. **Proposta para cofinanciamento as Saúde Mental foi destaque na assembleia de setembro.** 16 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.cosemsrj.org.br/proposta-para-o-cofinanciamento-da-saude-mental-foi-destaque-na-assembleia-de-setembro/>. Acessado em 20 de setembro de 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Defensoria lança cartilha sobre direitos de refugiados no Brasil.** Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/8559-Defensoria-lanca-cartilha-sobre-direitos-de-refugiados-no-Brasil>. Acessado em 1º de dezembro de 2018.

EL PAÍS BRASIL. **O ódio aos pobres sai da escuridão.** 5 de agosto de 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/04/internacional/1533407246_853089.html Acessado em: 17 de agosto de 2019.

EVANS, William N, FITZGERALD Daniel. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH Working Paper Series. **The Economic and Social Outcomes of Refugees in The United States: Evidence from the ACS.** Working Paper 23498. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w23498>. Acessado em 14 de setembro de 2019. Massachusetts, 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV. FGV DAPP lança plataforma #observamigração em painel que aponta imigração como oportunidade. Pesquisadores e especialistas destacam a importância de ver a imigração como aliada para o desenvolvimento do Brasil.** Disponível em <http://dapp.fgv.br/fgv-dapp-lanca-plataforma-observamigracao-em-painel-que-coloca-imigracao-como-oportunidade/>. Acessado em: 20 de julho de 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Fluxo Migratório.** Disponível em: <http://fluxo-migratorio.dapp.fgv.br/>. Acessado em 20 de setembro de 2019.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil.** Edição número 21 do Planejamento e políticas públicas, de 21 de junho de 2000.

FULLAN, M. **The new meaning of educational change**, New York: Teacher's College Press. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Desenvolvimento Econômico promove força-tarefa para atender imigrantes e refugiados.** 12 de março de 2019, às 13h16, atualizado em 12 de março de 2019, às 15h26. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=10873139>. Acessado em 30 de

março de 2019.

_____. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda atende mais um grupo de venezuelanos.** 28 de março de 2019, às 17h03, atualizado em 28 de março de 2019, às 17h03. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sedeger/exibeconteudo?article-id=11090236>. Acessado em 30 de março de 2019.

_____. **SETRAB cadastra imigrantes venezuelanos para vagas no mercado de trabalho.** 26 de novembro de 2018, as 12h51, atualizado em 26 de novembro de 2018, as 21h51. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/setrab/exibeconteudo?article-id=9369947>. Acessado em 30 de março de 2019.

_____. **Projeto de Lei n 826/2015 que institui o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=7&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMDEyY2ZlZjFmMjcYyZBIYzgZMjU2NmVjMDAxOGQ4MzEvMGE5MjllOTM1Mzg5MmQ4NzgZMjU3ZWJiMDA1ZmMxMWU/T3BlbkRvY3VtZW50. Acessado em 21 de abril de 2019.

GLOBONEWS. **Brasil registra número recorde de solicitações de refúgio em 2017.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-registra-numero-recorde-de-solicitacoes-de-refugio-em-2017.ghtml>. 10 de janeiro de 2018. Acessado em 30 de novembro de 2018.

INFORME CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Brasil é modelo mundial em políticas públicas de imigração.** Disponível em: <http://www.jb.com.br/informe-cnc/noticias/2015/12/14/brasil-e-modelo-mundial-em-politicas-publicas-de-imigracao/>. Acessado em 10 de julho de 2018.

INGRAM, H. and SCHNEIDER, A. **Improving implementation through framing smarter statutes.** Journal of Public Policy 10(1): 67-88. 1990

IKMR. **Comitê Intersetorial para refugiados retoma as atividades no Rio de Janeiro.** 25 de abril de 2014. Disponível em <http://www.ikmr.org.br/2014/04/comite-intersetorial-para-refugiados-retoma-as-atividades-no-rio-de-janeiro/>. Acessado em 7 de setembro de 2019.

Jornal do Brasil. **Dilma discursa na Abertura da Assembleia Geral da ONU.** Disponível em: <http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2015/09/28/dilma-discursa-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu/>. Acessado em 20 de julho de 2018.

_____. **Brasil é modelo mundial em políticas públicas de imigração.** Disponível

em:

http://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=785488&dinamico=1&p_review=1. Acessado em 3 de outubro de 2018.

LOWI, Theodore J. **Four Systems of Policy, Politics and Choice**. Public Administration Review, v.32, n. 4, p. 298-310, 1992.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL. **Refúgio. Saiba o que é refúgio, como solicitar o reconhecimento da condição de refugiado e o que ocorre após a sua solicitação, assim como a proteção oferecida e as restrições decorrentes dessa proteção**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio>. Acessado em 31 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Coordenação-Geral de Assuntos de Refugiados. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/refugio/anexos/resolucao-18-dou-pdf.pdf>. Acessado em 4 de setembro de 2019.

_____. **Portaria Nº 666, de 25 de julho de 2019. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acessado em 29 de setembro de 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Resolução Normativa nº 27, de 10 de abril de 2018**. Disponível em: [https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Copenhague/en-us/file/RN%2027%202018\(2\).pdf](https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Copenhague/en-us/file/RN%2027%202018(2).pdf). Acessado em 4 de setembro de 2019.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. [et al]. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LEE, Allen A **Scientific Methodology for MIS Case Studies**, MIS Quarterly, March 1989.

LUKOSEVICIUS, Alessandro P. **Roteiro para Projeto de Estudo de Caso Framework Metodológico para Estudo de Caso**. Revista Eletrônica de Administração. V.16, n 2. 2017.

MAZMANIAN, D. and SABATIER, P. **Implementation and Public Policy**. Glenview: Scott, Foresman. 1983

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Refúgio em números**. 3ª edição. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuem-no>

brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf. Última modificação realizada em 10 de maio de 2018, por Carlos Eduardo Fonseca. Acessado em 30 de novembro de 2018. CONARE / Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça. 2018

MCLAUGHLIN, M. W. **Learning from experience: lessons from policy implementation.** Education Evaluation and Policy Analysis 9(2): 171-178. 1987

MIGRARIO. **Protocolo de Atendimento no Âmbito do SUAS aos Refugiados, Solicitantes de Refúgio e Migrantes no Município do Rio de Janeiro.** Disponível em: http://noticias.prefeitura.rio/wp-content/uploads/2019/07/Protocolo_MigraRio.pdf. Acessado em 27 de setembro de 2019.

MERCOSUL. **Declaração de Princípios do Mercosul sobre proteção Internacional dos Refugiados.** Disponível em: <http://www.migraciones.gov.ar/conare/pdf/fortaleza%202012.pdf>. Acessado em 30 de novembro de 2018. Fortaleza, 2012.

MONTES, Eduardo. **Introdução ao Gerenciamento de Projetos.** Editora Createspace Independent Publishing Platform, 2017.

O GLOBO. **‘Brasil tem Política generosa em relação à imigração’, diz Moro. Maiores contingente de imigrantes são formados por haitianos, bolivianos, venezuelanos e colombianos.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-politica-generosa-em-relacao-imigracao-diz-moro-23895338>. Acessado em 29 de agosto de 2019. De 22 de agosto de 2019.

_____. **Entenda a Portaria nº 666 de Moro, que permite deportação sumária de estrangeiro perigoso. Ministério da Justiça informou que regulamentação não atinge pessoa estrangeira casada ou com filhos brasileiros.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/entenda-portaria-666-de-moro-que-permite-deportacao-sumaria-de-estrangeiro-perigoso-23835215>. Acessado em 29 de agosto de 2019. De 26 de julho de 2019.

ORTS, Adela Cortina. **Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia.** Barcelona: Paidós, 2017.

ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas.** Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/refugiados.htm>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

PLATAFORMA REGIONAL DE COORDENAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS. **Plataforma de Coordinación para refugiados y migrantes de Venezuela.** Disponível em

<https://r4v.info/es/situations/platform>. Acessado em 08 de setembro de 2019.

RAMOS Marília Patta; SCHABBACH Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012.

REUTERS. **Há cada vez mais refugiados a ajudar a economia alemã. Governo faz uma avaliação positiva à integração dos refugiados acolhidos desde 2015. Crescente entrada de refugiados no mercado de trabalho está a responder à falta de mão de obra técnica do país.** 21 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/08/21/mundo/noticia/ha-cada-vez-mais-refugiados-a-encontrar-emprego-na-alemanha-1841631>. Acessado em: 16 de setembro de 2019.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 44924 de 22 de agosto de 2014. Aprova o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/75542488/doerj-poder-executivo-25-08-2014-pg-4>. Acessado em 28 de agosto de 2018.

_____. **Plano Estadual de Atenção aos Refugiados do Rio**. Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/54eaead56.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2018. Rio de Janeiro, 2014.

SAADEH, Cyro; EGUCHI, Mônica Mayumi. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados: protocolo sobre o estatuto dos refugiados**. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. **SES participa de Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro**. 8 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.saude.rj.gov.br/participacao-social-e-equidade/informes/2017/11/ses-participa-de-comite-estadual-intersetorial-de-politicas-de-atencao-aos-refugiados-e-migrantes-do-rio-de-janeiro>. Acessado em 7 de setembro de 2019.

THE WASHINGTON POST. **Refugiados começam a ajudar a economia da Alemanha. Com falta de profissionais técnicos, país recorre aos imigrantes para preencher as vagas**. De 6 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/refugiados-comecam-a-ajudar-a-economia-da-alemanha.shtml>. Acessado em 11 de setembro de 2019.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas:**

uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008.

VEJA. Brasil se retira do Pacto Global da ONU sobre Migração. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-se-retira-do-pacto-global-sobre-migracao/>. Acessado em 16 de outubro de 2019.

VIVA RIO. Haiti Aqui. Disponível em: <http://haitiaqui.com/>. Acessado em 2 de setembro de 2019.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p. 23.

YIN, R.K. Case study research, design and methods applied social research methods. Thousand Oaks. California: Sage Publications. 2009.

APÊNDICE A – DIRETRIZES GERAIS DA AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZES	DETALHES DAS DIRETRIZES
DOCUMENTAÇÃO	Diretrizes Gerais da ACNUR	<ul style="list-style-type: none"> - Refugiados reconhecidos no Brasil têm direito a receber a Carteira de Registro Nacional Migratório (antigo Registro Nacional de Estrangeiros – RNE), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), um Número de Identificação Fiscal Individual, chamado Cadastro de Pessoa Física (CPF) e um documento de viagem (Passaporte). - Solicitantes de Refúgio têm direito a obter o Protocolo Provisório, válido por um ano e renovável pelo mesmo período, CTPS e CPF.
	Diretrizes ao Governo do RJ	Não cita diretrizes junto ao Governo Estadual na confecção de documentos.
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	- Protocolos Provisórios, Carteira de Registro Nacional Migratório, CTPS, CPF ou Passaporte são requeridos junto à Receita Federal ou aos Correios, ambos Instituições Federais.
EDUCAÇÃO	Diretrizes Gerais da ACNUR	<ul style="list-style-type: none"> - Refugiados e Solicitantes de Refúgio têm o direito a Educação (Lei 9.474/1997). O sistema educacional brasileiro inclui 4 níveis: Educação básica para crianças de 0 a 17 anos (Creche, Ensino Fundamental e Ensino Médio); Educação básica para adultos (Maiores de 18 anos); Educação técnica; e Educação universitária. - Refugiados e Solicitantes de Refúgio com diplomas universitários podem revalidar seus diplomas com o apoio do ACNUR e seus parceiros. - Desde 2003, o ACNUR implementa a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com centros universitários nacionais e com o CONARE.
	Diretrizes ao Governo do RJ	<ul style="list-style-type: none"> - Para a Educação Básica, sugere-se que o solicitante vá à escola mais próxima de sua casa para matricular seus filhos, portando documentos de identificação pessoal. - Para os maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, sugere-se o Programa Governamental Educação de Jovens e Adultos, oferecida por escolas estaduais na modalidade presencial e ensino à distância. - A CSVM foi instalada na UERJ em junho de 2017, contando com um trabalho pioneiro de articulação inter e multidisciplinar entre Faculdade de Educação, Instituto de Letras, Instituto de Medicina Social, Instituto de Nutrição, Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Direito e Departamento de Relações Internacionais. Juntos, desde 2014 desenvolvem ações em torno do tema do refúgio, como atendimento de solicitantes de refúgio e refugiados por meio de projetos de extensão, abordagens da temática em pesquisas de ponta na pós-graduação e em disciplinas na graduação e pós-graduação.
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	<ul style="list-style-type: none"> - É disponibilizado o link da Secretaria Municipal de Educação para os maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. - O CEDPIR (Centro de Estudos em Direito e Política de Imigração e Refúgio) da Fundação Casa de Rui Barbosa, no

		<p>Rio de Janeiro, integrou a CSVM em 2017. As ações do CEDPIR para o tema do refúgio se concentram nas áreas de núcleo de pesquisa, desenvolvendo trabalhos em forma de artigo, pareceres e livros sobre a temática do refúgio; curso de verão intensivo para capacitação de pessoas que irão trabalhar na área e assistência jurídica aos solicitantes de refúgio e refugiados com atendimento diário em dias úteis, das 9hs às 18hs.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CSVM da PUC-Rio realiza ações de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema das migrações forçadas. Três áreas de atendimento são atualmente ofertadas aos migrantes e refugiados residentes no Rio de Janeiro: 1) Pré-Vestibular Comunitário (com vagas reservadas para estudantes com esse perfil) e preparação para ENEM; 2) Atendimento e orientação jurídica, especialmente nas áreas empresarial e trabalhista e 3) Serviço de Psicologia Aplicada com atendimento psicológico e acompanhamento terapêutico. A PUC-Rio conta, ainda, com ambulatório da Escola Médica, oferecendo atendimento médico e exames a preços populares. A CSVM PUC-Rio divulga suas atividades no Facebook, através da página @Refugiando. - A UFF aderiu à CSVM em agosto de 2018. Está em implementação uma política institucional por meio do “Programa de Acesso ao Ensino Superior de Refugiados, Solicitantes e Portadores de Visto Humanitário”, cuja proposta é ampliar a temática no ensino, pesquisa e extensão, sensibilizando grupos da Comunidade Acadêmica. Há revalidação de diplomas de refugiados para o ingresso na universidade, oferece curso de português e inserção nos cursos pré-vestibulares sociais, assim como assistência jurídica, serviço social e psicologia. - Algumas instituições públicas e ONGs oferecem cursos básicos de português gratuitos para refugiados e solicitantes de refúgio por meio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. - A revalidação de diplomas no Brasil foi regulamentada pela <u>Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016</u>, do Ministério de Educação (MEC). Os diplomas universitários de graduação estrangeiros precisam ser revalidados por uma universidade pública no Brasil para serem reconhecidos no país. Outros diplomas, como de mestrado e doutorado, podem ser revalidados por universidades particulares. O MEC regula o processo de reconhecimento de todos os diplomas emitidos no exterior e concedeu autonomia às universidades públicas brasileiras para determinar as condições de reconhecimento de cursos de graduação. - Refugiados e solicitantes de refúgio podem estudar em universidades públicas e privadas no Brasil se já tiverem terminado o Ensino Médio. É aconselhável ter um nível avançado de português, tendo em vista que a maioria dos cursos não está disponível em outras línguas. - As universidades costumam possuir diversas modalidades de vestibular. O exame mais comum adotado é o ENEM.
EMPREGO E RENDA	Diretrizes Gerais da ACNUR	<ul style="list-style-type: none"> - Tanto os solicitantes de refúgio como os refugiados têm o direito de trabalhar legalmente no Brasil. A CTPS é o documento que comprova todos os empregos formais do trabalhador e autoriza as empresas a contratá-lo como empregado. Este documento é obrigatório para o exercício de atividades profissionais e pode ser solicitado por qualquer pessoa maior de 14 anos, nacional ou estrangeira, com residência regular no Brasil.

		<p>- Os solicitantes de refúgio têm direito a carteira de trabalho, podem trabalhar formalmente e são titulares dos mesmos direitos inerentes a qualquer outro trabalhador no Brasil. O Brasil proíbe o trabalho de menores de 14 anos, o trabalho em condições análogas à de escravo e a exploração sexual.</p> <p>- Refugiados e solicitantes de refúgio podem abrir contas bancárias, tendo em vista que o Protocolo Provisório e a Carteira de Registro Nacional Migratório (antigo Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) são documentos válidos no país. Esse direito é assegurado expressamente pela <u>Lei de Migração, nº 13445/2017</u>: “Art. 4º – Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: (...) XIV – direito a abertura de conta bancária (...)”.</p> <p>- Além da Carteira ou protocolo, a documentação necessária também inclui a apresentação do CPF e uma Declaração ou Atestado de Residência (por exemplo, conta de luz de sua casa). Caso o Refugiado não possua uma declaração de residência, deve pedir ao proprietário para atestar que ele mora naquela localidade específica.</p>
	Diretrizes ao Governo do RJ	Não cita diretrizes junto ao Governo Estadual atuantes nem na confecção da CTPS nem de encaminhamento para empregos.
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	Não cita diretrizes a outros Órgãos no território Fluminense referentes a Emprego e Renda
MORADIA	Diretrizes Gerais da ACNUR	Embora existam alguns abrigos especificamente projetados para receber solicitantes de refúgio e refugiados, eles têm vagas limitadas. A maioria das vagas dos abrigos está aberta para brasileiros e estrangeiros em situação de vulnerabilidade. Os abrigos costumam ter limites em relação ao período de estadia, os quais vão desde apenas uma noite até vários meses e a estadia é gratuita.
	Diretrizes ao Governo do RJ	Não cita diretrizes junto ao Governo Estadual atuantes em moradia ou abrigamento.
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	<p>- Cita a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro como organização parceira do ACNUR para informações sobre abrigos.</p> <p>- Serviços de Abrigos Públicos são ofertados por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), órgão vinculado aos Municípios.</p>
SAÚDE	Diretrizes Gerais da ACNUR	Refugiado ou solicitante de refúgio têm o mesmo direito a acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) como qualquer cidadão brasileiro. O SUS provê procedimentos de saúde básicos, médios e de alta complexidade de forma gratuita.
	Diretrizes ao Governo do RJ	Não cita diretrizes junto ao Governo Estadual voltadas à Saúde. Toda e qualquer Unidade de Saúde, independente da esfera, será porta de entrada para quaisquer necessidades da população imigrante.
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	- Pelo site, se acessa um mapa virtual que indica Unidades Municipais de Saúde mais próximas de um determinado endereço ou Código de Endereçamento Postal (CEP).

AMBIENTE SOCIOCULTURAL E CONSCIEN- TIZAÇÃO PARA A TEMÁTICA	Diretrizes Gerais da ACNUR	- O site afirma que os Refugiados podem contar com o apoio de organizações da sociedade civil que são parceiras do ACNUR para receber assistência gratuita em diversos temas, incluindo acesso à informação e orientação sobre procedimentos de refúgio, moradia, saúde, educação, documentação, cursos de português, trabalho, etc.
	Diretrizes ao Governo do RJ	Não cita diretrizes junto ao Governo Estadual para este tema
	Diretrizes a Outros Órgãos no território Fluminense	- Para orientações sócio-culturais, é sugerido o apoio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, organização da sociedade civil parceira oficial do ACNUR.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

- a) Início das atividades na Instituição
- b) Experiências pessoais acerca do tema
- c) Participação na criação do Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados
- d) Participação na Instituição no Plano Estadual de Atenção aos Refugiados
- e) Participante no Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados
- f) Pontos fortes da atuação da Instituição perante o tema
- g) Maiores dificuldades da Instituição perante o tema
- h) Contato com Embaixada ou Consulado em algum momento
- i) Orientações do Governo do Estado
- j) Execução de pesquisas internas, estudos e programas ou projetos acerca do tema
- k) Contato nas demais Secretarias e Instituições

APÊNDICE C – DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO LOCAL E
 PROTEÇÃO NO CONTEXTO URBANO SEGUNDO
 A AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS
 (ACNUR)

DESAFIOS	TEMÁTICA
1	Trabalho: Acesso ao mercado de trabalho formal / Bancarização / Emissão de CTPS / Acesso a se constituir como Microempreendedor Individual (MEI)
2	Educação: Revalidação de diplomas e certificados / Oferta de cursos de português / Acesso à educação profissional
3	Moradia: Abrigamento específico / Custos de aluguel / Acesso a móveis e equipamentos
4	Acesso a serviços e informação: Dificuldade para acesso a serviços / Desconhecimento dos fluxos de funcionamento / Acesso negado
5	Discriminação e Xenofobia
6	Pessoas com necessidades específicas com base no recorte de IGD: LGBTI / PcD / Crianças desacompanhadas ou separadas / Idosos / Pessoas com doenças crônicas / Mulheres e meninas
7	Estratégias comunitárias de participação social, apoio, informação e proteção: Engajamento de associações de coletivos de migrantes e refugiados / Associações e grupos culturais de bairros / Lideranças comunitárias
8	Descentralizar ações, projetos e políticas especializadas: Comitês locais / Atendimento itinerante / Maior especialização de equipamentos atuando em áreas estratégicas

ANEXO A – ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2018

Estrutura Estadual

<u>Governadoria do Estado</u>
<u>Vice-Governadoria</u>

Órgãos do Poder Executivo

<u>Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico - CASA CIVIL</u>
<u>Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA</u>
<u>Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do RJ - AGETRANSP</u>
<u>Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ</u>
<u>Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - BD/RIO (Em liquidação)</u>
<u>Banco do Estado do Rio de Janeiro - BERJ (Em liquidação)</u>
<u>Centrais Elétricas Fluminense S/A - CELF (Em liquidação)</u>
<u>Comitê de Seguros e Riscos do Estado do Rio de Janeiro - COSER</u>
<u>Companhia de Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro - Metrô/RJ (Em liquidação)</u>
<u>Companhia Fluminense de Trens Urbanos - FLUMITRENS (Em liquidação)</u>
<u>Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro - CTC (Em liquidação)</u>
<u>Conselho Consultivo de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro</u>
<u>Conselho do Programa Comunidade Solidária do Estado do RJ - CEPCS</u>
<u>Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ</u>
<u>Conselho Estadual de Tecnologia da Informação - CONSETI</u>
<u>Conselho Estadual de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - CETRAN/RJ</u>
<u>Coordenadoria Estadual dos Despachantes Públicos - CEDEP</u>
<u>Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ</u>
<u>Departamento do Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro - DPPE/RJ</u>
<u>Departamento do Depósito Público de Niterói - DPPE/NI</u>
<u>Distribuidora de Títulos do Estado do Rio de Janeiro - DIVERJ (Em liquidação)</u>
<u>Empresa Estadual de Viação - SERVE (Em liquidação)</u>
<u>Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP</u>

Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IO

Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ

Representação do Governo do Estado do Rio de Janeiro em Brasília

Agência Estadual de Fomento - AgeRio

Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN

Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM

Instituto de Pesos e Medidas - IPEM

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA

Secretaria de Estado de Governo - SEGOV

Autorquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON/RJ

Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPROCON

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento - SEFAZ

Auditoria Geral do Estado - AGE

Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RJ - PRODERJ

Comitê de Incentivos e Benefícios Fiscais

Comitê de Usuários de Informática

Conselho Acadêmico da Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro

Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro - CCERJ

Conselho de Ética

Conselho Superior de Fiscalização Tributária

Contadoria Geral do Estado - CGE

Corregedoria Tributária de Controle Externo - CTCE

Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro

Fundo Especial de Administração Fazendária - FAF

Junta de Revisão Fiscal

Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado Rio de Janeiro - CRASE

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Fundo Único de Previdência Social do Estado Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA

<u>Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev</u>
<u>Secretaria de Estado de Obras e Habitação- SEOBRAS</u>
<u>Conselho Consultivo para o Desenvolvimento da Baixada Fluminense</u>
<u>Conselho Deliberativo do Programa PROSANEAR</u>
<u>Conselho Estadual de Política Urbana - CONEPURB</u>
<u>Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP</u>
<u>Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER</u>
<u>Fundo de Desenvolvimento Metropolitano - FDM</u>
<u>Fundo de Programas e Projetos Prioritários - FPPP</u>
<u>Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA</u>
<u>Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB</u>
<u>Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do Estado do RJ - CEHAS</u>
<u>Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social - FEHIS</u>
<u>Secretaria de Estado de Segurança - SESEG</u>
<u>Conselho Consultivo das Corregedorias Gerais da Polícia Civil e da Polícia Militar</u>
<u>Conselho de Administração dos Fundos</u>
<u>Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - CONSPERJ</u>
<u>Fundo Especial da ACADEPOL</u>
<u>Fundo Especial da Polícia Civil - FUNESPOL</u>
<u>Fundo Especial da Polícia Militar - FUNESPOM</u>
<u>Fundo Especial da Secretaria de Segurança Pública - FUNESSP</u>
<u>Instituto de Identificação Félix Pacheco - IIFP</u>
<u>Instituto de Segurança Pública - RIOSEGURANÇA - ISP</u>
<u>Instituto Médico Legal - IML</u>
<u>Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ</u>
<u>Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ</u>
<u>Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP</u>
<u>Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - CPERJ</u>
<u>Fundação Santa Cabrini - FSC</u>
<u>Fundo Especial Penitenciário - FUESP</u>

Secretaria de Estado de Saúde - SESConselho Estadual de Luta contra a TuberculoseConselho Estadual de Saúde - CESFundo Estadual de Saúde - FESInstituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJInstituto Vital Brazil S.A. - IVBSecretaria de Estado de Defesa Civil - SEDECFundo Especial de Corpo de Bombeiros - FUNESBOMSecretaria de Estado de Educação - SEEDUCConselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAEConselho Estadual de Educação - CEEConselho Gestor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério do Estado do Rio de Janeiro - FUNDEBDepartamento Geral de Ações Sócio-Educativas - DEGASESecretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - SECTIDSConselho Estadual Antidrogas - CEADConselho Estadual da Juventude do Estado do Rio de Janeiro- COJUERJConselho Estadual de Assistência Social - CEASConselho Estadual de Defesa Social e Promoção da CidadaniaConselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência- CEPDEConselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEAFundação Leão XIIIFundo Estadual de Assistência Social - FEASFundo Especial de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPRENFundo de Defesa Social e Promoção da Cidadania - FDSPCFundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJFundo para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - FUPDECentro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZOFundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do RJ - FAPERJFundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do RJ - CECIERJ

<u>Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC</u>
<u>Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - FATEC</u>
<u>Fundo para as Ciências do Estado do Rio de Janeiro - FUNCIERJ</u>
<u>Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ</u>
<u>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF</u>
<u>Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS</u>
<u>Agência Metropolitana de Transportes Urbanos - AMTU</u>
<u>Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS</u>
<u>Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL</u>
<u>Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do RJ - CODERTE</u>
<u>Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO</u>
<u>Fundo Estadual de Transportes - FET</u>
<u>Fundo para Operação e Melhoria dos Transportes Coletivos Metropolitanos - FOM Transportes</u>
<u>Secretaria de Estado do Ambiente - SEA</u>
<u>Companhia Estadual de Águas e Esgotos -CEDAE</u>
<u>Centro de Referência de Segurança e Crimes Ambientais - CRESCA</u>
<u>Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA</u>
<u>Comissão Permanente para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro - CODESUS/RJ</u>
<u>Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA</u>
<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI</u>
<u>Conselho Gestor da Baía de Guanabara</u>
<u>Conselho Superior do FECAM</u>
<u>Conselho Consultivo de Gestão da Bacia Hidrográfica da Lagoa Rodrigo de Freitas - Município do Rio de Janeiro</u>
<u>Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM</u>
<u>Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRHI</u>
<u>Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21</u>
<u>Instituto Estadual do Ambiente - INEA</u>
<u>Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ</u>
<u>Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro - FUNTERJ</u>
<u>Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA</u>

<u>Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CEDRUS</u>
<u>Conselho Estadual de Política Agrária - CEPA</u>
<u>Conselho Estadual de Política Agrícola e Pesqueira - CEPAP/RJ</u>
<u>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Janeiro - EMATER</u>
<u>Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO</u>
<u>Fundo Estadual de Defesa Agropecuária</u>
<u>Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA</u>
<u>Companhia Central de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro - CASERJ</u>
<u>Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ</u>
<u>Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB</u>
<u>Comissão Estadual de Emprego e Renda - CEE</u>
<u>Secretaria de Estado de Cultura - SEC</u>
<u>Biblioteca Parque Estadual - BPE</u>
<u>Casa de Cultura Laura Alvim</u>
<u>Conselho Estadual de Cultura - CEC</u>
<u>Conselho Estadual de Tombamento - CET</u>
<u>Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ</u>
<u>Fundação Museu da Imagem e do Som - FMIS</u>
<u>Fundação Casa França Brasil - FCFB</u>
<u>Fundação Theatro Municipal - FTM</u>
<u>Instituto Estadual do Patrimônio Cultural- INEPAC</u>
<u>Sala Cecília Meireles / Auditório Guiomar Novaes</u>
<u>Rádio Roquette Pinto - RRP</u>
<u>Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude - SEELJE</u>
<u>Superintendência de Desportos do Estado do RJ - SUDERJ</u>
<u>Secretaria de Estado de Turismo - SETUR</u>
<u>Comitê Gestor Estadual de Turismo Rural e Agroturismo - COGETURA</u>
<u>Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TURISRIO</u>
<u>Conselho Estadual de Turismo - CET</u>
<u>Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos - SEDHMI</u>

Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDCA

Conselho Estadual dos Direitos do Negro - CEDINE

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH

Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT - CELGBT

Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ

Fundo para Defesa e Direitos da Pessoa Idosa - FUNDEPI

Fundo Especial dos Direitos do Negro - FEDINE

Fundo Especial dos Direitos da Mulher - FEDM

Controladoria Geral do Estado - CGE

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE

ANEXO B – ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2019

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

Conselho Consultivo das Corregedorias Gerais da Polícia Civil e da Polícia Militar

Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - CONSPERJ

Vice-Governadoria

Conselho Estadual de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro- CETRAN/RJ

Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ

Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER

Fundação Leão XIII

Instituto de Segurança Pública - RIOSEGURANÇA - ISP

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - BD/RIO (Em liquidação)

Banco do Estado do Rio de Janeiro - BERJ (Em liquidação)

Centrais Elétricas Fluminense S/A - CELF (Em liquidação)

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

Comitê de Seguros e Riscos do Estado do Rio de Janeiro - COSER

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Companhia de Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro - Metrô/RJ (Em liquidação)

Companhia Fluminense de Trens Urbanos - FLUMITRENS (Em liquidação)

Rádio Roquette Pinto - RRP

Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro - CTC (Em liquidação)

Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado Rio de Janeiro - CRASE

Conselho Consultivo de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro

Conselho do Programa Comunidade Solidária do Estado do RJ - CEPCS

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ

Conselho Estadual de Tecnologia da Informação - CONSETI

Coordenadoria Estadual dos Despachantes Públicos - CEDEP

Departamento do Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro - DPPE/RJ

Departamento do Depósito Público de Niterói - DPPE/NI

Distribuidora de Títulos do Estado do Rio de Janeiro - DIVERJ (Em liquidação)

Empresa Estadual de Viação - SERVE (Em liquidação)

Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP

Fundo para a Infância e Adolescência - FIA

Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IO

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais - SEGOV

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento da Baixada Fluminense

Conselho Estadual de Política Urbana - CONEPURB

Fundo de Programas e Projetos Prioritários - FPPP

Fundo de Desenvolvimento Metropolitano - FDM

Fundo Especial de Apoio à Programas de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPROCON

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/RJ

Representação do Governo do Estado do Rio de Janeiro em Brasília

Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ

Comitê de Incentivos e Benefícios Fiscais

Comitê de Usuários de Informática

Conselho Acadêmico da Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro

Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro - CCERJ

Conselho de Ética

Conselho Superior de Fiscalização Tributária

Fundo Único de Previdência Social do Estado Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA

Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Emprego e Relações Internacionais - SEDEERI

Agência Estadual de Fomento - AgeRio

Comissão Estadual de Emprego e Renda - CEE

Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA

Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e Rodovias do Estado do RJ - AGETRANSP

Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN

Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES

Fundo do Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES

Instituto de Pesos e Medidas - IPEM

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA

Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Emprego e Relações Internacionais -

SEDEERI**Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras - SEINFRA**

Conselho Deliberativo do Programa PROSANEAR

Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP

Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - IEEA

Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM

Conselho de Administração dos Fundos

Fundo Especial da Polícia Civil - FUNESPOL

Fundo Especial da Polícia Militar - FUNESPOM

Fundo Especial da Secretaria de Segurança Pública - FUNESSP

Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM**Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL**

Fundo Especial da ACADEPOL

Instituto de Identificação Félix Pacheco - IIFP

Instituto Médico Legal - IML

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP

Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro - CPERJ

Fundação Santa Cabrini - FSC

Fundo Especial Penitenciário - FUESP

Secretaria de Estado de Saúde - SES

Conselho Estadual de Luta contra a Tuberculose

Conselho Estadual de Saúde - CES

Fundo Estadual de Saúde - FES

Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ

Instituto Vital Brazil S.A. - IVB

Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC

Fundo Especial de Corpo de Bombeiros - FUNESBOM

Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

Conselho Estadual de Alimentação Escolar -CEAE

Conselho Estadual de Educação - CEE

Conselho Gestor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da

Valorização do Magistério do Estado do Rio de Janeiro - FUNDEB

Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do RJ - FAPERJ

Fundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do RJ - CECIERJ

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - FATEC

Fundo para as Ciências do Estado do Rio de Janeiro - FUNCIERJ

Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS

Agência Metropolitana de Transportes Urbanos - AMTU

Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS

Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL

Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do RJ - CODERTE

Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO

Fundo Estadual de Transportes - FET

Fundo para Operação e Melhoria dos Transportes Coletivos Metropolitanos - FOM Transportes

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Centro de Referência de Segurança e Crimes Ambientais - CRESCA

Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA

Comissão Permanente para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro -
CODESUS/RJ

Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI

Conselho Gestor da Baía de Guanabara

Conselho Superior do FECAM

Conselho Consultivo de Gestão da Bacia Hidrográfica da Lagoa Rodrigo de Freitas - Município
do Rio de Janeiro

Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM

Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRIH

Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21

Instituto Estadual do Ambiente - INEA

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ

Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro - FUNTERJ

Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável - CEDRUS

Conselho Estadual de Política Agrária - CEPA

Conselho Estadual de Política Agrícola e Pesca - CEPAP/RJ

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Janeiro - EMATER

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO

Fundo Estadual de Defesa Agropecuária

Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA

Companhia Central de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro - CASERJ

Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC

Biblioteca Parque Estadual - BPE

Casa de Cultura Laura Alvim

Conselho Estadual de Cultura - CEC

Conselho Estadual de Tombamento - CET

Fundação Anita Mantovani de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ

Fundação Museu da Imagem e do Som - FMIS

Fundação Casa França Brasil - FCFB

Fundação Theatro Municipal - FTM

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural- INEPAC

Sala Cecília Meireles / Auditório Guiomar Novaes

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD

Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDEPI

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM

Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

Conselho Estadual de Defesa Social e Promoção da Cidadania

Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência- CEPDE

Fundo para Defesa e Direitos da Pessoa Idosa - FUNDEPI

Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

Fundo Especial de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FESPREN

Fundo Especial dos Direitos do Negro - FEDINE

Fundo Especial dos Direitos da Mulher - FEDM

Fundo de Defesa Social e Promoção da Cidadania - FDSPC

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDCA

Fundo para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - FUPDE

Conselho Estadual dos Direitos do Negro - CEDINE

Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH

Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude - SEELJE

Superintendência de Desportos do Estado do RJ - SUDERJ

Conselho Estadual da Juventude do Estado do Rio de Janeiro- COJUERJ

Secretaria de Estado de Turismo - SETUR

Comitê Gestor Estadual de Turismo Rural e Agroturismo - COGETURA

Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TURISRIO

Conselho Estadual de Turismo - CET

Secretaria de Estado das Cidades - SECID

Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB

Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do Estado do RJ - CEHAS

Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social - FEHIS

Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE

**ANEXO C - DECRETO Nº 44924 DE 22 DE AGOSTO DE 2014
APROVA O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO AOS REFUGIADOS
DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 44924 DE 22 DE AGOSTO DE 2014 APROVA O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO AOS REFUGIADOS DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando o Decreto estadual nº 42.182, de 11 de dezembro de 2009 e o que consta do Processo Administrativo nº E-23/1455/2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados do Rio de Janeiro - PEAR/RJ, elaborado pelo Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados do Estado do Rio de Janeiro, na forma do anexo que acompanha este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2014

LUIZ FERNANDO DE SOUZA

ANEXO AO DECRETO Nº 44.924 DE 22 DE AGOSTO DE 2014

Eixos temáticos	Diretrizes e objetivos	Ações	Produtos	Responsáveis	Prazo e Prioridade
1 - Documentação	1 - Sensibilizar órgãos de segurança e da justiça acerca dos direitos dos(as) solicitantes de refúgio e dos(as) refugiados(as).	Realizar reuniões com os órgãos de segurança e da justiça, particularmente para sensibilizá-los quanto à aplicação da legislação nacional e internacional sobre refugiados(as).	Reuniões e sensibilizações com Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).	Contínuo.
	2 - Aperfeiçoar a qualidade do protocolo de solicitação de refúgio dotando-o de requisitos de segurança e nele incluindo dados qualificativos tais como "filiação" e "data de nascimento".	Realizar articulações e reuniões com a Polícia Federal e Ministério da Justiça.	Novo modelo de protocolo de solicitação de refúgio adotado pela Polícia Federal.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).	Contínuo.
	3 - Articulação com a finalidade de alteração do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) substituindo o termo "refugiado", pela referência: "estrangeiro amparado pela Lei 9.474/97".	Realizar articulações e reuniões com a Polícia Federal e Ministério da Justiça (MJ).	Novo modelo do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) adotado pela Polícia Federal.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).	Contínuo

	4 - Fomentar a emissão do registro de nascimento das crianças solicitantes de refúgio que não possuam certidão de nascimento do país de origem, para garantir que elas possam desfrutar de todos os direitos humanos, incluindo o acesso à educação e à saúde.	Realizar articulações e sensibilizações acerca da temática com os cartórios de registro civil de pessoas naturais (RCPN) e maternidades que realizem o registro de nascimento.	Realização dos registros de nascimento de crianças refugiadas.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).	Continuo.
2 - Educação	1 - Promover os esforços necessários ao acesso à educação tal qual assegura a legislação internacional e brasileira.	1 - Promover a capacitação de educadores na temática do refúgio. 2 - Divulgar documentos legais sobre o refúgio.	1 - Seminários, workshops, palestras, carta aberta, distribuição de material didático produzido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (CARJ).	1 - Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).	Continuo.
	2 - Estudar e promover práticas de integração local de refugiados (as) nas escolas e outros espaços educativos.	1 - Incluir a temática do refúgio, de forma transversal, nos currículos estaduais e municipais; 2 - Firmar parceria com Universidades e centros Universitários que pesquisem o tema; 3 - Realizar eventos, exposições, seminários, palestras, entre outros, que divulguem a cultura dos países de origem dos(as) refugiados(as).	Seminários, feiras culturais, visitas a cinemas, museus, entre outros.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).	Continuo
	3 - Pesquisar e articular a inserção de refugiados(as) em espaços educativos e de formação que fomentem em médio prazo a auto-suficiência dos(as) refugiados(as).	Construir parcerias com entidades, que promovam a educação para o trabalho, visando a capacitação de refugiados(as) e solicitantes de refúgio.	Cursos e oficinas.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).	Continuo.
	4 - Utilizar espaços educativos como veiculadores de informação sobre a condição dos(as) refugiados(as) no Rio de Janeiro e no Brasil.	Criar campanha educativa de sensibilização para o tema do refúgio, veiculando as informações necessárias para o entendimento da questão.	Material de divulgação: livretos, folders, cartazes, entre outros.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).	Continuo.
	5 - Apresentar sugestões ao Conselho Nacional de Educação (MEC) e às Instituições de Ensino Superior para viabilizar o processo de revalidação de diplomas de acordo com a Resolução nº 1 CNE/CES de 28 de janeiro de 2002.	1 - Instaurar procedimento administrativo sobre o processo de revalidação de diploma existente para os(as) refugiados(as) junto ao Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; 2 - Mapear os procedimentos de revalidação de diploma para refugiados(as) em outros países; 3 - Consultar as universidades públicas do estado do Rio de Janeiro sobre os procedimentos administrativos de revalidação de diploma para refugiados(as); 4 - Promover atividades de sensibilização com as reitorias das universidades e seus funcionários sobre a flexibilização do processo de revalidação de diploma.	Mapeamento de boas práticas, reuniões com reitores, palestras, sugestões para a adoção do processo de revalidação de diploma.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).	Continuo.
3 – Emprego e Renda	1 - Promover esforços objetivando a inclusão dos(as) refugiados(as), e em alguns casos dos(as) solicitantes de refúgio, nos mesmos direitos, benefícios e auxílios assistenciais, previdenciários e trabalhistas dos nacionais, tais como Bolsa Família, entre outros.	1 - Elaboração de cartilha sobre os direitos e benefícios disponíveis para os(as) refugiados(as) e solicitantes de refúgio, incluindo informações tais como a legislação trabalhista, os serviços de assistência social e previdenciária; bem como dos documentos, procedimentos e exigências requeridos; 2 - Maior aproximação com as Secretarias de Assistência Social Municipais e Estadual, visando desenvolver um trabalho de sensibilização e divulgação da temática do refúgio, com o objetivo de facilitar o acesso dos(as) refugiados(as) aos diversos programas sociais oferecidos,	1 - Cartilha; 2 - Reuniões com as Secretarias de Assistência Social.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB).	Continuo.

		como por exemplo, o Projovem, o Bolsa Família e o Cartão Família Carioca.			
	2 - Disseminar informações a respeito das regras trabalhistas no país e no estado, de modo a eliminar o desconhecimento, o preconceito e minimizar restrições à inclusão laboral de refugiados(as) e solicitantes de refúgio.	1 - Iniciar o processo de incorporação de empresas privadas, sindicatos e associações profissionais no diálogo sobre as políticas de integração laboral; 2 - Estabelecer programa de acompanhamento tutorial (<i>mentoring</i>), preferencialmente com a participação da iniciativa privada, com a finalidade de apoiar de perto a inserção sociocultural e econômica desses grupos; 3 - Trabalhar com as Secretarias Municipais e Estadual de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, a questão do direito do(a) solicitante de refúgio e do(a) refugiado(a) ao trabalho para que estas façam a divulgação junto às organizações empresariais e de trabalhadores.	1 - Seminários e reuniões com empresas e instituições de interesse; 2 - Reuniões com Secretarias Municipais e Estadual de Trabalho e Renda.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB).	Continuo.
	3 - Fomentar a implementação de iniciativas que promovam a formação e a qualificação profissional de refugiados(as) para o mercado de trabalho nacional.	1- Apoiar, fortalecer e ampliar os convênios para capacitação profissional e treinamento laboral para a população refugiada; 2 - Promover juntamente com as agências de acolhida a triagem dos(as) refugiados(as) que chegam ao país com qualificação e/ou experiência profissional e promover apoio jurídico e facilitação institucional para validação dos diplomas, além de apoio institucional para recolocação profissional; 3 - Inclusão de refugiados(as) nos cursos PLANTEq (Sistema Nacional de Emprego (SINE)/ Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB); 4 - Ampliação de convênios com instituições vinculadas a ações voltadas para capacitação, formação e qualificação profissional, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/Rio).	1 - Premiação para instituições parceiras/Ofícios para instituições de interesse/Reuniões para apresentação de interesse de parcerias; 2 - Avaliação da situação educacional dos(as) refugiados(as) e encaminhamento para setores de instituições sensíveis ao tema para revalidação de diplomas de nível superior e demais certificados de formação; 3 - Reuniões com Secretarias Municipais e Estadual de Trabalho e coordenadores das agências Serviço de Atendimento ao Trabalhador (SAT); 4 - Ofícios e reuniões com representantes destas instituições.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB).	Continuo.
	4 - Apoiar e incentivar iniciativas baseadas no associativismo, empreendedorismo e economia solidária envolvendo refugiados(as), bem como incentivar política de contratação em seu benefício.	1 - Estimular a criação de programas de crédito para refugiados(as), ou facilitar o acesso dos mesmos aos programas já existentes (como o Programa de Microcrédito Produtivo do Estado do Rio de Janeiro – SETRAB), com a finalidade de estimular/apoiar a abertura de novos empreendimentos ou ampliação de seu negócio; 2 - Promover a sensibilização das equipes das agências Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) do estado; 3 - Criar estratégias de incentivos às empresas para a contratação de solicitantes de refúgio e refugiados(as) em diversas áreas de atuação; 4 - Incentivar a criação de vagas e a contratação de refugiados(as) nas obras do governo do Estado (Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), atentando para o cumprimento da legislação trabalhista e o incentivo para as fiscalizações de trabalho;	1 - Reuniões com a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB); 2 - Cursos de capacitação para equipes das agências Seguro de Acidente de Trabalho (SAT/"Mala direta") com material informativo sobre refúgio para empresas parceiras do SAT; 3 - Incentivos fiscais ou premiações; 4 - Ofícios e reuniões com as Secretarias Municipal e de Estado de Obras; 5 - Ofícios e reuniões com a Secretaria Especial da Ordem Pública da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e Prefeituras Municipais do estado do Rio de Janeiro; 6 - Reuniões com Comitês organizadores de eventos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB).	Continuo.

		<p>5 - Buscar junto às Prefeituras Municipais do estado do Rio de Janeiro formas de possibilitar/facilitar autorização para os(as) refugiados(as) artesãos(as) trabalharem vendendo seus produtos nas diversas feiras de artesanato da cidade;</p> <p>6 - Estabelecer parcerias com Comitês organizadores dos grandes eventos que ocorrerão no Rio de Janeiro nos próximos anos (Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, Olimpíadas, Copa do Mundo), com vistas a possibilitar a inserção nas diversas frentes de trabalho por eles criados.</p>			
4 - Moradia	1 - Mapear e buscar a inclusão de refugiados (as) em políticas de moradia de baixo custo.	Efetuar levantamento dos serviços e políticas de moradia de baixo custo para refugiados inclusive serviços de abrigo emergencial e número de vagas existentes.	Relação dos serviços e políticas de moradia de baixo custo disponíveis para os(as) refugiados(as).	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Curto.
	2 - Ampliar os serviços existentes de acolhida e abrigo para refugiados(as) e solicitantes de refúgio.	1 - Promover a redefinição dos perfis de acolhimento de cada abrigo no estado do Rio de Janeiro para incluir a situação de vulnerabilidade dos(as) refugiados(as) como prioritária na disposição das vagas;	Instrumentos jurídicos adequados para a redefinição de perfis de acolhimento, ampliação do número de vagas e criação de novas vagas e abrigos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	1 - Curto. 2 - Curto. 3 - Longo.
		2 - Promover a ampliação do número de vagas para refugiados(as) nos abrigos já existentes;			
		3 - Promover a criação de abrigos prioritários para refugiados(as).			
	3 - Articular a inclusão de refugiados(as) nas políticas de concessão de crédito destinadas à aquisição, construção e reforma de moradia.	1 - Articulações junto ao Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal e outras instituições de concessão de crédito inclusive privadas;	Concessão de crédito para aquisição, construção ou reforma de moradia para refugiados(as) e seguro fiança, para aluguel, através da alteração no regulamento dos órgãos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Médio.
		2 - Articular junto à instituições financeiras a criação de um seguro fiança específico para refugiados.			
	4 - Promover a criação de um auxílio moradia (aluguel social), por tempo determinado, para refugiados(as).	Elaborar uma norma para instituir o auxílio moradia para refugiados(as).	Norma elaborada para encaminhamento às autoridades competentes.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Habitação (SEH).	Contínuo.
5 - Saúde	1 - Mapear, divulgar e orientar os serviços de saúde no Estado e Municípios, para facilitar o acesso e cuidado dos principais agravos físicos e psicossociais que acometem a população refugiada.	1 - Realizar mapeamento, articulação e divulgação das políticas e serviços de saúde federal, estadual e municipais nos espaços de atenção aos(as) refugiados(as) com o objetivo de facilitar o acesso à saúde;	1 - Mapeamento dos serviços de saúde no estado para o atendimento das principais enfermidades físicas e psicossociais que acometem a população refugiada;	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Estado de Saúde (SES).	Contínuo.
		2 - Divulgar a Carta Aberta aos Dirigentes e Gestores das Unidades de Saúde junto às unidades de saúde e Secretários Municipais de Saúde e a carta dos Direitos dos Usuários do SUS junto à população refugiada;	2 - Divulgação dos serviços de saúde no estado para o atendimento das principais enfermidades físicas e psicossociais que acometem a população refugiada;		
		3 - Divulgar o material em duas ou mais línguas;	3 - Sensibilização dos profissionais dos serviços de saúde no estado e municípios para o atendimento das principais enfermidades físicas e psicossociais que acometem a população refugiada;		
		4 - Produzir uma plataforma de cursos e oficinas para capacitação dos profissionais.	4 - Plataforma de capacitação dos profissionais de saúde.		
6 - Ambiente e Sociocultural e Consolidação para a Temática	1 - Promover um movimento de conscientização transversal (entre setores) e vertical (entre governo e sociedade) sobre o caráter humanitário das políticas de atenção aos(as) refugiados(as).	Promover a sensibilização dos(as) funcionários(as) que atuam nas diferentes instituições públicas, para que, além de melhorar a qualidade no atendimento à população refugiada, sejam também agentes multiplicadores desta temática.	Cartilha e desenvolvimento de atividades de capacitação para os(as) funcionários(as) públicos.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).	Contínuo.

	2- Ampliar o conhecimento e a informação disponível à população em geral sobre a temática, bem como sobre as culturas e realidades experimentadas em seus países originários do refúgio.	Fomentar e viabilizar a promoção de campanhas de divulgação sobre a questão dos(as) refugiados(as) no estado, por meio de diversas mídias, a fim de estimular a sensibilização da comunidade local para a temática.	Eventos específicos, com inclusão da temática através de matérias jornalísticas, documentários, entre outros.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).	Continuo.
	3 - Promover iniciativas de aproximação entre brasileiros(as) e refugiados(as) por meio de projetos e espaços culturais de consumo e produção dos dois grupos em contínua interação.	1 - Fomentar iniciativas e projetos que valorizem as diversidades culturais da comunidade dos(as) refugiados(as) no território do estado do Rio de Janeiro, buscando, simultaneamente, repelir a disseminação de posicionamentos e notícias não condizentes com o panorama geral e a realidade dos(as) refugiados(as) no mesmo território; 2 - Promover e fomentar a criação de incentivos para incrementar a acessibilidade de refugiados(as) à políticas, espaços e eventos nos quais a cultura brasileira esteja em evidência.	1- Participação dos(as) refugiados(as) em atividades culturais organizadas por escolas, universidades, igrejas, associações de moradores, dentre outros espaços frequentados pelos(as) brasileiros(as); 2 - Participação de brasileiros(as) em atividades culturais promovidas pela comunidade refugiada.	Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados (CEIPAR), Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), Secretaria de Estado de Governo (SEGOV).	Continuo.

**ANEXO D – PROJETO DE LEI N 826/2015 - INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE
ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROJETO DE LEI Nº 826/2015

EMENTA:

**INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE
ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO.**

Autor(es): Deputado ANDRÉ L. CECILIANO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de facilitar a adaptação dos mesmos no território fluminense.

Parágrafo Único: Todos os direitos estabelecidos na presente Lei são extensivos aos brasileiros natos domiciliados no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Programa que trata a presente Lei terá como objetivo, dentre outros:

I - realização de ações governamentais de acolhimento de refugiados nos locais de ingresso dos mesmos, tais como, aeroportos, portos, rodoviárias e assemelhados;

II – cadastro nos programas habitacionais do estado;

III – enquadramento em Programas de Assistência Social;

IV – disponibilização de cursos de língua portuguesa;

V – qualificação profissional dos jovens e adultos oriundos de territórios mencionados na presente Lei;

VI – iniciativas de introdução dos menores no sistema regular de ensino público;

VII – incentivo à realização e participação em eventos para manifestações culturais regionais dos países de origem dos refugiados.

VIII – concessão de incentivo para investimentos em atividades de pequeno porte e micro empreendimentos.

Art. 3º - O Poder Executivo deverá instalar posto de atendimento específico para a realização de cadastro voluntário dos refugiados.

§1º - O cadastro de que trata o *caput* deste artigo será utilizado para triagem das necessidades específicas de cada indivíduo afim de viabilizar os objetivos do presente programa, devendo conter:

I – nome, idade e estado civil;

II – qualificação profissional, se houver;

III – nome dos integrantes e idade dos membros da família;

IV – indicação de endereço acolhedor, se houver;

V – indicação de membros da família já estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro.

§2º - Os postos de atendimento realizarão encaminhamento às entidades governamentais, da sociedade civil sem fins lucrativos, organizações não governamentais ou municipais conveniadas, de acordo com a necessidade individual dos refugiados.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá firmar convênios com os municípios, com instituições

públicas e privadas, instituições religiosas e afins para criação de unidades acolhedoras de refugiados.

Parágrafo Único: O órgão competente do Poder Executivo realizará campanhas periódicas de estímulo ao acolhimento de refugiados pelas famílias fluminenses.

Art. 5º - A Secretaria de Estado competente realizará ações sociais voltadas à capacitação e prestação de serviços gratuitos aos refugiados.

§1º – As ações sociais de que trata o *caput* deste artigo abarcarão o oferecimento de serviços essenciais, inscrição em cursos de língua portuguesa, profissionalizantes e de qualificação profissional.

§2º – Os eventos contarão com órgãos responsáveis pela emissão de documentos no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º – Serão empreendidas ações voltadas ao aproveitamento do potencial cultural dos refugiados, tais como:

I – conhecimentos gastronômicos;

II – dança;

III – música;

IV – artesanato;

V – outras manifestações regionais.

§1º – As ações de que trata o *caput* deste artigo consistirão no aproveitamento da mão de obra dos refugiados para comercialização do produto em feiras e eventos organizadas pelo órgão competente do Poder Executivo.

§2º – Os valores arrecadados com a exposição e comercialização dos produtos e/ou com as apresentações culturais tradicionais, serão revertidos aos refugiados, afim de integrarem a sua renda, sendo vedada qualquer tipo de desconto.

§3º – O Poder Executivo poderá firmar convênios com instituições privadas para contratação de mão de obra dos refugiados para aproveitamento do potencial cultural de que trata a presente Lei.

Art. 7º – O Poder Executivo realizará, através de seu órgão competente, eventos culturais voltados a manifestações regionais dos países de origem dos refugiados com a participação dos indivíduos de que trata a presente Lei.

Art. 8º – O órgão competente será responsável pela inclusão dos refugiados nos cadastros de Programas Habitacionais do Estado.

Art. 9º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por ato próprio.

Art. 10 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de setembro de 2015.

ANDRÉ L. CECILIANO
Deputado Estadual

ANEXO E – OS PÉROLAS NEGRAS

Os Pérolas Negras

No Haiti e no Brasil, Relatório de Junho, 2019

Introdução

Fundada em 2008 no Haiti, iniciada a construção em 2009, interrompida pelo terremoto de 2010, a Academia Pérolas Negras tornou-se operacional no Haiti em Julho de 2011. Um segundo Centro de Treinamento foi criado no Brasil em 2016. Registrou-se na Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ) em 2017. Campeã carioca da Série C em seu primeiro ano, a APN subiu para a Série B2 em 2018. As informações recolhidas aqui combinam esses momentos da história da Academia Pérolas Negras – o tempo original no Haiti, o desenvolvimento no Brasil e a evolução para uma rede internacional com um polo central em Resende, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro.

O relatório faz uma caracterização dos jovens que passaram pela Academia no Haiti e no Brasil. Interessa-nos o impacto da formação na APN na vida desses jovens. Além das informações registradas nas Secretarias da APN no Haiti e no Brasil, recorreremos às mídias sociais. Facebook, Instagram, Zap, promovem uma atualização cotidiana dos relacionamentos e das informações compartilhadas pelos seus seguidores. Embora dispersos por cidades e países, atletas, ex-atletas e treinadores da APN falam-se com frequência, por vezes diariamente. Os círculos virtuais envolvem cerca de 400 membros e ex membros da Academia Pérolas Negras. Participantes dessas redes, nossos principais pesquisadores, Solon, no Brasil, e Jakob, no Haiti, são reconhecidos como pontos focais junto à direção da APN. Em nome dela, distribuíram perguntas, recolheram respostas e esclareceram dúvidas. Para além dos registros formais, a pesquisa cresceu e ganhou atualidade graças aos relacionamentos que as mídias sociais proporcionam.

O Cadastro – no Haiti e no Brasil, Gênero e Nacionalidades

A análise que se segue começou com uma listagem de quase 400 pessoas, que foi reduzida a um cadastro de 327 nomes sobre os quais conseguimos um conjunto relevante de informações atuais. Inclui atletas que se formaram na APN no Haiti desde os inícios em 2011. Uma parte deles veio continuar sua formação no Brasil a partir de 2016. Desde então, três turmas de brasileiros ingressaram na APN, e em 2018 recebemos um refugiado venezuelano e quatro sírios. A lista haitiana **não inclui** os atletas em treinamento no Haiti atualmente. Ficam de fora, pois, uns 200 adolescentes nas faixas etárias Sub 13, Sub 15 e Sub 17. A lista da APN no Brasil, por sua vez, inclui atletas que fazem sua formação e trabalham na Academia, bem como aqueles que já deixaram a Academia e seguiram outros destinos.

No total, o cadastro é formado de 327 nomes, sendo 216 haitianos, 106 brasileiros, 4 sírios e 1 venezuelano. 293 são do gênero masculino e 34 femininos. As meninas do cadastro são todas haitianas, posto que no Haiti a APN tem sido mais dedicada ao esporte feminino. Sinal disto é que a nossa principal técnica de futebol no Haiti para ambos os sexos é Marie Claire, uma mulher que, aliás, foi formada na própria Academia. A APN no Brasil inclui uma componente feminina, mas de maneira ainda tímida. Espera-se um bom reforço na próxima temporada.

Atletas descritos neste relatório			
Masculino	293	Feminino	34
Haitianos	216	Brasileiros	106
Sírios	4	Venezuelanos	1

Ano de Nascimento

É um grupo jovem. Apenas 6 egressos (2%) têm mais de 29 anos. Apenas 52 (16%) têm mais de 24 anos. 166 (51%) têm 19 anos ou menos. A Academia Pérolas Negras é um espaço de formação de atletas que buscam a excelência esportiva e a qualidade de vida cidadã.

Atletas por Ano de Nascimento			
1981/89	6	1990/95	46
1996	27	1997	38
1998	41	1999	50
2000	65	2001	27
2002	12	2003	5
2004	7	Sem info	3

Onde Trabalham

Fontes oficiais indicam que 80% dos haitianos vivem abaixo da linha da pobreza e 54% em extrema pobreza. Três quartos da população vivem com US\$2,00 ou menos por dia. Nossos jovens haitianos são oriundos dessas classes pobres. São originários de comunidades como Bel Air, Cité Soleil, Canaan e outras que contam entre os grupamentos urbanos mais vulneráveis do planeta. São ambientes de economia informal, onde trabalho regado por leis é raridade. No Haiti, como no Brasil, os jovens formam o segmento mais afetado pelo desemprego e a informalidade.

A Academia Pérolas Negras faz diferença neste quadro. Trabalha de modo amplo nas comunidades, com foco na adolescência e juventude. Com o futebol, busca talentos e habilidades capazes de suportar a disciplina e a dedicação de uma formação de excelência. A formação inclui presença em competições que abrem oportunidades de trabalho profissional. A APN é portanto um espaço de formação e uma ponte para o mercado do futebol. Ainda que nem todos sejam bem sucedidos como atletas de alto rendimento, a formação obtida abre-lhes outras possibilidades. A quase totalidade dos Pérolas Negras têm trabalho regular e, ainda que muito jovens, conseguem já ajudar suas famílias.

Considerando os 216 haitianos em nosso cadastro de ex alunos da Academia Pérolas Negras, 176 (81%) trabalham atualmente no Haiti. Desses, 112 (52%) jogam profissionalmente e 64 (30%) dedicam-se a outros trabalhos, a maior parte (21%) em atividades relacionadas ao esporte. São números impressionantes considerando-se o desemprego crônico que atinge o Haiti e sobretudo a juventude haitiana. Vale registrar ainda, por contraste, que 3 dos nossos alunos (1,39%) escolheram afinal o “caminho errado”, da violência criminal. Um destes foi recentemente assassinado.

176 trabalham no Haiti			
Jogam Profissional	112	Outros Trabalhos	64
1ª Divisão	50	Esporte Amador	28
2ª Divisão	26	Esporte Profissional	15
3ª Divisão	36	Trabalha na APN Haiti	2
		Outros trabalhos	16
		Fora da Lei	3

Um número expressivo de Haitianos egressos da APN conseguiu migrar e encontrar trabalho em outros países. Juntaram-se à “Diáspora” haitiana, que forma capítulo importante da história do

país, assim como de sua economia. As remessas dos migrantes para seus familiares, ainda que em pequenas quantias mensais, somam valores relevantes para os ingressos externos do Haiti.

Encontramos egressos da Academia Pérolas Negras em diversos países. Com efeito, 18% dos haitianos que passaram pela APN no Haiti e/ou Brasil lograram migrar e trabalhar no exterior, quase sempre pelo futebol. O rol de países, como se vê no quadro abaixo, é importante não apenas pelo número, mas também pela sua expressividade no mundo do futebol profissional.

A liderança dos USA como destino de ex formandos da APN explica-se pela proximidade geográfica e pelo universo de oportunidades que se abrem na América do Norte. Apesar das barreiras do preconceito, a migração haitiana para os USA alcança hoje a escala do milhão de almas. No futebol, uma regra americana faz diferença e agrega valor: jovens na adolescência só têm acesso aos torneios relevantes através da rede escolar. A escola é o caminho obrigatório para o acesso aos esportes de alto rendimento, futebol inclusive. A importância dada à educação na filosofia de trabalho da APN ganha mais sentido prático na cultura esportiva norte americana.

Egressos Haitianos da APN que jogam em outros países			
Nos USA	21	Na APN Brasil	8
Chile	1	França	1
Cuba	1	Martinica	1
República Dominicana	3	Armênia	2
Portugal	1		
Total dos q jogam c/o Profissionais em outros países			39

Como se vê, a quase totalidade dos adolescentes haitianos formados na APN no Haiti e/ou no Brasil encontraram um caminho de superação das condições de vida em que nasceram. A disciplina da formação esportiva, os valores que norteiam o esporte de alto rendimento, as condições de convivência na Academia, a ênfase na educação para vida, a qualidade técnica dos treinadores, tudo isto abre um campo de oportunidades excepcional no país. O talento somado à disciplina e aos valores do esporte criam um grande círculo de joias raras que fazem jus ao nome, “Pérolas Negras”.

Os resultados falam por si: apesar de tão jovens, 45% dos 112 atletas que jogam profissionalmente no Haiti, jogam em clubes da 1ª Divisão do país. E mais, outros 18% conseguiram colocação no futebol de países de alto nível, seja nos USA, na Europa ou no Brasil. Mais ainda, entre os atletas haitianos que jogam no Haiti ou no exterior, 80 deles foram em algum momento convocados para a Seleção Nacional do país em suas respectivas categorias, sub 17, sub 20, sub 23 e Profissional Senior. 80 selecionados sobre 216 formandos nos dão 37% de aproveitamento para o mais elevado rendimento no futebol do país.

Estudos

A educação é parte fundamental da filosofia de trabalho da Academia Pérolas Negras. Manifesta-se em programas de reforço e aceleração escolar, aprendizado de línguas, novas tecnologias, resolução pacífica de problemas e conflitos, palestras, vídeos e outras atividades. Manifesta-se ainda no estímulo constante à participação no ensino público regular e à continuação em níveis superiores de aprendizagem. Parcerias com universidades e centros de formação técnica abrem oportunidades para os formandos da APN. Nada disso é fácil, pois é intenso o tempo de treinamentos e competições. Continuar a estudar exige esforço e bom entendimento.

A pesquisa mostra a assimilação pelos atletas do valor dado à educação em sua formação. 290 jovens continuam a estudar mesmo depois de deixar a APN. Isto representa 92% do universo pesquisado. Interessante que os ex alunos continuam a estudar nos países para onde migram, com destaque para os USA, onde a educação e o esporte de alto rendimento estão interligados.

Artunidade de estudar nos USA é relacionada, provavelmente, à qualidade da formação esportiva de nossos atletas, competência que abre portas no competitivo sistema educacional americano.

Onde Estuda	
Haiti	150
Brasil	103
USA	24
Chile	8
República Dominicana	3
França	1
Martinica	1
Total	290

Nível de Estudo	
Ensino Fundamental	46
Ensino Médio	129
Curso Técnico	9
Faculdade	57
Total	241
Sem informação	49

A origem em situações socialmente precárias e a juventude dos atletas configuram razoável em termos dos níveis de estudo implicado. 46 jovens, 19% dos que informam o nível educacional, precisam ainda completar o ensino fundamental. A maioria (54%) está no Ensino Médio, o que reflete um nível razoável quanto à relação série/idade, posto que menores que 20 anos. Um quarto deles, 26%, seguem em nível superior, seja em curso técnico (arbitragem, por exemplo) ou em diversas faculdades. O Ensino a Distância é mais viável.

Quanto ganham?

A pergunta é constrangedora. No Haiti ainda mais do que no Brasil, o valor do ganho pessoal pertence à esfera íntima. Ainda assim, considerando medidas de impacto da formação na APN sobre a vida dos formandos, ousamos perguntar e conseguimos respostas de 165 jovens, o que representa 52% de nosso cadastro. Dividimos os resultados em cinco categorias, de E a A, da menor para a maior, como descrito no quadro abaixo.

Classes	Descrição	Nr de Jovens (Total 165)	Ganho Médio Em US\$	% sobre Total de Amostra
E	Menos do que US\$100 mensais	26	59	16%
D	Entre \$100 e US\$199 mensais	41	155	25%
C	Entre US\$200 e US\$399 mensais	46	259	28%
B	Entre US\$400 e US\$799 mensais	37	465	23%
A	Entre US\$800 e US\$8.000 mensais	13	2.047	8%

CLASSE E - 26 ex formandos estão nesta Classe ou 16% da amostra. São pessoas que declaram ganhar menos que US\$100 por mês. Em média, ganham US\$59,00 por mês. Em comparação, 75% da população haitiana sobrevive com menos de US\$60,00 por dia. Os alunos da Academia Pérolas Negras no Haiti são, em maioria, oriundos desta classe que vive em extrema pobreza. Pela amostra, algo como 8% permanecem no nível de renda do seu grupo de origem, enquanto 92% ultrapassaram suas condições originais. No entanto, dos 26 ex alunos nesta condição, 19 têm menos de 20 anos de idade. São muito jovens, portanto, em começo de carreira, e já se posicionam com emprego e renda superior à de seus pais. No Haiti e no Brasil, os jovens são os que mais sofrem com o desemprego. Os Pérolas Negras, ao contrário abrem caminhos para uma juventude oriunda de situações de extrema pobreza. 93% da amostra tem menos de 24 anos de idade.

CLASSE D - 41 ex alunos, 25% da amostra, estão na Classe D. Declaram ganhar entre USD100 e 199 por mês. Dos 41 ex alunos, 27 são haitianos e vivem no Haiti. Os demais vivem no Brasil. 31 deles têm menos de 20 anos de idade. Estão na categoria sub20, que no Haiti e no Brasil, com frequência, não é sequer remunerada.

CLASSE C - 46 ex alunos, ou 28% da amostra estão na Classe C, que declara ganhar entre S\$200 e 399 por mês, com média salarial de USD264,00 mensais. Dos 46 desta classe, 28 vivem no Haiti, enquanto os demais distribuem-se pela República Dominicana, USA, Chile e Brasil. Em geral, este grupo é menos jovem. Apenas 18 dentre os 46 têm menos de 20 anos de idade.

CLASSE B - 37 ex alunos situam-se na Classe B, que declara ganhar entre US\$400 e US\$799 mensais. São 23% da amostra. É um grupo que ultrapassou com muita vantagem o nível de renda de seus pais. Isto vale pelo menos para os Haitianos, que são 43% desta classe. De todos da Classe B apenas um deles conseguiu este nível salarial no Haiti. Os demais conseguiram migrar e jogar em outros países, tais como USA (6), Martinica (1) e Brasil (26).

CLASSE A - Dos 13 egressos que compõem a Classe A, que declara ganhar entre US\$800 e US\$8.000 mensais, 10 são haitianos e 3 brasileiros. Dois deles são homens feitos, nascidos nos anos 1980s. Há dois muito jovens, com menos de 20 anos de idade e os demais contam por volta dos 25 ou seja, estão em plena carreira desportiva. Três estão no Brasil e os demais nos USA, na Europa e na Armênia.

Conclusão

Em resumo, jovens criados em condições adversas, com frequência hostis, obtêm na Academia Pérolas Negras uma formação e um contexto que lhes possibilitam uma rápida progressão. Antes mesmo de completarem 20 anos de idade, estão já em condição de ajudar suas famílias. Este é, aliás, um objetivo reiterado pelos jovens assim que ingressam na Academia. As remessas mensais, ainda que modestas, começam já no primeiro mês de atividades remuneradas por uma bolsa ou um emprego. São modestas, porém relevantes num contexto de extrema pobreza.

À diferença da maioria de seus conterrâneos, desfrutam de uma bolsa ou de um trabalho regular, contam com moradia, alimentação balanceada, cuidados de saúde básicos e complexos, programa de desenvolvimento físico segundo o perfil e as funções individuais, treinamentos táticos e estratégicos, educação ampliada, inclusive com o aprendizado de línguas e novas tecnologias da comunicação, competições que os levam a movimentarem-se para além de suas comunidades, cidades e países, exposição a desafios semanais (cada jogo é

uma batalha...), experiência profunda em como lidar com vitórias, derrotas e empates, o destaque, o aplauso e a crítica pública. A formação dos Pérolas Negras é uma aventura que transforma radicalmente a vida desses meninos e meninas. E mais, ao lado da aventura vem a consciência de que é preciso preparar-se para um outro momento de vida, para além do embalo da juventude. Como se sabe, a carreira do atleta dificilmente alcança os 40 anos de idade. De todas as informações aqui reunidas, faz gosto aprender que 92% dos nossos formandos decidiram e encontraram meios de continuar a estudar.

Bom também constatar que graças às mídias sociais, os Pérolas Negras tornam-se referência de vida em suas comunidades de origem e além. Além dos números, movimentam imagens e histórias que são contadas mundo a fora. Viram personagens.